

II. SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA-GERAL

O Capítulo XVI da Carta estabelece as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA, sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria-Geral, é seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, a seu ver, possa afetar a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los, regulamentar suas atribuições e deveres e fixar sua remuneração. O Secretário-Geral Adjunto, também eleito pela Assembléia Geral, é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral, cujas funções exerce durante sua ausência temporária ou impedimento definitivo. Atua como delegado do Secretário-Geral em tudo aquilo de que for por ele incumbido.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL

De acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral, nos termos do artigo 111 da Carta, exerce as funções de alta direção vinculadas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais entre todos os Estados membros da Organização.

Fortalecimento da democracia

O compromisso e a participação da Secretaria-Geral no Haiti intensificaram-se consideravelmente no último ano, com vistas a facilitar a resolução da crise política decorrente das irregularidades nas eleições legislativas de maio de 2000. O Secretário-Geral apoiou os esforços e o empenho do Secretário-Geral Adjunto no sentido de facilitar as negociações e encaminhar as partes rumo a um acordo. Em 2 de outubro de 2001, o Secretário-Geral, em cumprimento ao disposto na resolução AG/RES. 1831, estabeleceu o Grupo de Amigos do Haiti, que opera em Washington, D.C. e em Port-au-Prince, como um corpo político de apoio aos esforços do Secretário-Geral adjunto para ajudar a resolver a crise política e institucional.

Prevenção de conflitos

Em 20 de julho de 2000, os governos de Belize e da Guatemala acordaram em estabelecer um marco de negociação para formalizar e facilitar negociações bilaterais de nível ministerial em busca de uma solução definitiva para a sua controvérsia territorial. O marco de negociação acordado entre as partes conta com o apoio de um grupo de conciliadores designados por ambos os países e de uma comissão mista encarregada de aplicar medidas de fomento da confiança, e como a participação do Secretário-Geral como Testemunha de Honra das reuniões. Criou-se também, no âmbito do Fundo de Paz da OEA, o subfundo específico “Apoio às negociações entre Belize e a Guatemala”, destinado a financiar os custos relacionados com o funcionamento do Grupo de Conciliadores no diálogo entre os dois países. Este fundo recebeu doações específicas dos governos de Belize e da Guatemala e dos governos das Bahamas, Canadá, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, México e Reino Unido.

Ao longo do ano, as partes realizaram seis reuniões de nível ministerial na sede da OEA, com o apoio logístico do Gabinete do Secretário-Geral. Na reunião realizada em maio de 2001, cada parte expôs ao Grupo de Conciliadores as bases de suas reivindicações territoriais, o que serviu de insumo para que os conciliadores pudessem elaborar propostas exequíveis para a solução total, definitiva, honrosa e permanente de suas divergências. O processo de negociação foi estendido até 31 de agosto de 2002, e o Grupo de Conciliadores comprometeu-se a apresentar suas propostas às partes antes da conclusão do processo.

Segurança hemisférica

A Secretaria-Geral proporcionou à Comissão de Segurança Hemisférica o apoio administrativo e técnico necessário para os mandatos que lhe foram atribuídos pela Assembléia Geral da Costa Rica e pela Cúpula das Américas de Québec.

Como parte de suas atividades, a Secretaria-Geral continua a preparar um inventário das medidas de fomento da confiança e da segurança e um registro de peritos na matéria, que é distribuído anualmente

aos Estados membros. Com a cooperação do governo dos Estados Unidos, a Secretaria-Geral avançou no desenvolvimento de um sistema eletrônico para a apresentação dos relatórios dos Estados membros sobre a aplicação de medidas de fomento da confiança e da segurança. O sistema deverá entrar em operação em 2002 e espera-se que os Estados membros possam utilizá-lo imediatamente.

A Secretaria-Geral prestou assessoramento e apoio técnico às atividades da Comissão de Segurança Hemisférica, em particular na elaboração e preparação de documentos de apoio para as reuniões preparatórias da Conferência Especial de Segurança, a ser realizada no próximo ano, por mandato das Cúpulas das Américas. As sessões preparatórias da Conferência dedicam-se à consideração dos enfoques comuns mais apropriados para abordar os diferentes aspectos da segurança internacional, estudar os problemas e riscos para a paz no Hemisfério e examinar e avaliar os instrumentos relacionados com a paz e a segurança, as instituições e processos do Sistema Interamericano e os acordos, mecanismos e processos de segurança sub-regionais.

Em cumprimento aos mandatos recebidos da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral da OEA adotou várias medidas para dar atendimento às preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares. Nesse sentido, a Secretaria-Geral apoiou os trabalhos do Grupo de Trabalho da Comissão de Segurança Hemisférica, encarregado da Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados insulares. Durante essa reunião, que será realizada previamente ao Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, espera-se adotar um modelo de gestão de segurança para os pequenos Estados.

Em cumprimento à resolução AG/RES. 1800, a Secretaria-Geral prestou apoio administrativo e de secretaria à Comissão de Consulta da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos. A segunda reunião ordinária da Comissão realizou-se de 17 a 18 de maio de 2001.

Prevenção da violência

As atividades de prevenção da violência nas Américas continuam a ser atentamente seguidas pela Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência, estabelecida em junho de 2000, da qual são membros a OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Banco Mundial e os Centros para o Controle e a Prevenção de Doenças (CDCs).

Ao estabelecerem a Coalizão, os membros comprometeram-se a contribuir com seu trabalho conjunto para os esforços nacionais e hemisféricos tendentes a prevenir e reduzir os níveis de violência que afetam as Américas. Em 22 de fevereiro de 2002, na sede da OEA, os membros da Coalizão, convocados pelo Secretário-Geral, avaliaram os resultados das atividades realizadas e examinaram o plano estratégico de trabalho da Coalizão para os próximos cinco anos.

Terrorismo (apoio ao CICTE)

Os ataques terroristas perpetrados nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 cobraram a vida de quase 3.000 pessoas, entre as quais cidadãos de 28 dos 34 países membros da OEA. Apenas dez dias mais tarde, em 21 de setembro, realizou-se a Vigésima Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, que adotou a resolução RC.23/RES.1/01, "Fortalecimento da cooperação hemisférica para prevenir, combater e eliminar o terrorismo". Nessa resolução, os Ministros instruíram

todos os Estados membros da OEA a adotar medidas eficazes para impedir que os grupos terroristas sejam capazes de operar em seus territórios; reforçar a cooperação nos planos regional e internacional e, em particular, fortalecer a cooperação judicial recíproca e o oportuno intercâmbio de informação; e assinar ou ratificar, conforme o caso, a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada em Nova York, em 9 de dezembro de 1999.

Além disso, os Ministros instruíram o Conselho Permanente da OEA a convocar uma reunião do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) a fim de identificar ações de fortalecimento da cooperação interamericana para prevenir, combater e eliminar o terrorismo, e encarregaram o Secretário-Geral de prestar a necessária assistência às atividades do CICTE em conformidade com a resolução AG/RES. 1650 (XXIX-O/99).

Em cumprimento a essa resolução, a Secretaria-Geral tem trabalhado de maneira diligente e efetiva para apoiar e atender as necessidades e requisitos do CICTE. Desde a data da reunião dos Ministros, a Comissão realizou duas reuniões extraordinárias, em 15 de outubro e 29 de novembro de 2001, e sua Segunda Sessão Ordinária em 28 e 29 de janeiro de 2002. Participaram destas reuniões autoridades de alto nível e peritos dos Estados membros.

Na Segunda Reunião Ordinária do CICTE, os Estados membros da OEA apresentaram seus relatórios sobre as medidas tomadas em cumprimento à resolução da Vigésima Terceira Reunião de Consulta e adotaram um documento de recomendações e conclusões sobre medidas a serem implementadas para fortalecer os controles de fronteira e os controles financeiros, bem como um novo plano de trabalho para o Comitê. Por motivo dessa reunião, o Secretário-Geral reiterou seu decidido apoio às atividades do CICTE e ao combate e prevenção do terrorismo nas Américas. No transcurso dos últimos meses, o CICTE fortaleceu sua capacidade de recursos humanos, estabeleceu seus escritórios no edifício de serviços gerais da OEA e recebeu doações de recursos e equipamentos dos Representantes Permanentes, dos Observadores e da Secretaria-Geral da OEA.

A resolução adotada na Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores também incumbiu o Conselho Permanente de elaborar um projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo, a ser apresentado no próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral da Organização. Este mandato foi transmitido à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos, que estabeleceu um grupo de trabalho presidido pelo Representante Permanente do México junto à OEA com a finalidade de elaborar o projeto de convenção. Este grupo pretende realizar três sessões de trabalho, com a participação de peritos dos países membros.

Também em resposta aos atentados terroristas de 11 de setembro, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi invocado por seus Estados Partes. Em 21 de setembro de 2001, realizou-se a Vigésima Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão de Consulta em aplicação do Tratado, ocasião em que foi adotada a resolução RC.24/RES. 1/01, “Ameaça terrorista nas Américas”. Os Estados Partes do TIAR asseveraram que os ataques terroristas aos Estados Unidos eram ataques terroristas a todos os Estados americanos, e comprometeram-se a aplicar todas as disposições pertinentes do Tratado e do princípio de solidariedade continental e a prestar efetiva assistência técnica recíproca para enfrentar tais ataques e manter a paz e a segurança no Continente.

O Estados Partes também acordaram manter o Órgão de Consulta informado sobre as medidas adotadas em conformidade com essa resolução; manter aberta a Vigésima Quarta Reunião de Consulta,

atuando como Órgão de Consulta, para assegurar a pronta e efetiva aplicação da resolução; e designar uma comissão no Conselho Permanente da OEA, integrada pelos representantes de cada Estado Parte do Tratado do Rio de Janeiro, com a finalidade de realizar consultas adicionais e adotar medidas para dar seguimento aos critérios adotados.

A Comissão designada pelo Órgão de Consulta foi estabelecida sob a presidência do Representante Permanente do Brasil junto à OEA. A Secretaria-Geral proporcionou todo o apoio necessário à Comissão e, de modo especial, para a sua primeira sessão, realizada em 16 de outubro de 2001. Nessa ocasião, a Comissão reiterou seu apoio individual e coletivo às ações do governo dos Estados Unidos no exercício de seu direito imanente à legítima defesa individual e coletiva e ratificou sua disposição de prestar assistência e apoio adicional, levando em consideração todas as disposições do TIAR em função dos ataques de 11 de setembro, e de prevenir e evitar futuros ataques terroristas.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA

Mediante a Ordem Executiva N° 99-2, reorganizou-se o Departamento de Informação Pública, cuja finalidade é executar um programa de informação e divulgação por meio de atividades de imprensa, rádio, televisão, fotografia, Internet, serviços de referência, relações públicas e produção, a fim de levar ao público dos Estados membros a realidade da OEA, contribuindo para ampliar o conhecimento e a compreensão dos propósitos, programas e realizações da Organização.

O Departamento de Informação Pública continuou sua tarefa de expandir o alcance da OEA e ampliar e melhorar suas comunicações, produtos e serviços, para cujo fim investiu em nova tecnologia e criou novos produtos destinados a audiências específicas. Nesse sentido, criou *Americas Forum/Foro de las Americas*, uma revista eletrônica (*e-zine*) que serve de mecanismo para o diálogo hemisférico sobre temas de importância para a região. A revista inclui artigos sobre tópicos de interesse que remetem os leitores para notícias, informes e entrevistas realizadas pelo pessoal do Departamento. A publicação chega a 14.000 acadêmicos, funcionários governamentais, jornalistas, estudantes e membros da sociedade civil.

Outro produto novo é *Despejando Dudas/Hoy en las Américas*, programas produzidos em inglês e espanhol para os meios de comunicação, que são regularmente transmitidos pela Internet, por estações de rádio e pela rede de televisão do Departamento de Estado dos Estados Unidos e suas embaixadas. O Departamento também está empenhado na criação de novas formas de associação e colaboração com outros setores da OEA, entre os quais os escritórios da Organização nos países membros e as Missões Permanentes.

Rádio

O Departamento investiu no equipamento digital para *La Voz de la OEA*, atualizando sua tecnologia e aumentando sua capacidade de produção com maior criatividade. O estúdio digital habilitará o Departamento a divulgar uma combinação de notícias, eventos públicos e música pela Internet. A conexão por rádio permite a conexão de várias estações radiofônicas com *La Voz de la OEA* e convidar os ouvintes locais a formular perguntas e a dialogar com os participantes das mesas redondas que organiza.

Imprensa

No período de janeiro a novembro do último ano foram divulgados 236 comunicados de imprensa, enviados às agências internacionais de notícias, aos correspondentes da mídia latino-americana e caribenha na sede, aos meios de informação nos países membros da OEA, às Missões Permanentes e aos Escritórios nacionais.

A seção de imprensa trabalhou em estreito contato com as Missões Permanentes para assegurar a cobertura de acontecimentos relevantes, entre os quais visitas de líderes políticos, e para organizar entrevistas com visitantes dos Estados membros com os meios de comunicação de Washington e do exterior.

- *Informe Semanal*

A área de imprensa continua a publicar nas segundas-feiras, o *Informe Semanal*, que oferece a todos os funcionários da Secretaria-Geral uma informação sucinta sobre as atividades mais recentes no âmbito da Organização. O *Informe* é distribuído às Missões Permanentes, aos Escritórios da OEA nos países membros a agências internacionais de notícias. Por outro lado, numerosos Escritórios criaram uma rede de distribuição do *Informe*, que abrange amplos setores das entidades de governo em cada país e os meios de imprensa locais.

- *Comunicações estratégicas*

As comunicações estratégicas continuam a aumentar a penetração da OEA nos meios de comunicação em massa. A cobertura das missões eleitorais melhorou em qualidade e quantidade na medida em que o Departamento continuou a estabelecer e desenvolver relações pessoais com destacados jornalistas do Continente.

A seção prepara a publicação de *Notícias da OEA*, que também foi incorporada à página em rede da OEA. Esta versão eletrônica complementa as versões bimensais impressas, publicadas em inglês e espanhol, com uma tiragem de 15.000 exemplares, que continuam a ser enviadas a audiências específicas de todas as Américas e aos Escritórios da Organização nos países membros, para distribuição a seus contatos locais.

As comunicações estratégicas são onexo principal com os meios de comunicação dos Estados Unidos. As recentes crises em alguns países (Peru, Equador e Haiti) tornaram necessário aumentar a cobertura, e os esforços concentram-se no estabelecimento de contatos mais estreitos com meios de comunicação e jornalistas influentes e na promoção dos valores e atividades da Organização.

Nos últimos meses, a OEA foi mencionada em publicações importantes como os jornais *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Miami Herald*, *Chicago Tribune*, *The Financial Times*, *Dallas Morning News* e a revista *Time*. Merecem destaque a visita do Secretário-Geral à Escola Kennedy de Governo, da Universidade de Harvard, e sua participação em salas de discussão com jornalistas do *The Boston Globe* e *The Christian Science Monitor*. Neste período, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto foram entrevistados por *CNN International* em várias transmissões, e por outras cadeias nacionais e internacionais.

- *Internet*

O *site* da OEA na Internet continua a crescer, e a reação do público à qualidade do seu desenho e conteúdo tem sido alentadora. Neste ano, o Departamento transmitiu pela Internet as reuniões mais importantes da OEA em Washington, D.C., e os períodos ordinário e extraordinário de sessões da Assembléia Geral realizados respectivamente em San José, Costa Rica, e Lima, Peru.

- *Multimídia*

A seção de imprensa trabalha em estreito contato com *Multimidia* na preparação dos grupos de discussão para *Despejando Dudas/Hoy en las Américas*. Em cada programa, participam como anfitriões diferentes jornalistas de destaque, o que tem resultado em maior cobertura dos assuntos da OEA.

Além disso, o setor de imprensa, em estreita colaboração com *Multimidia*, distribui a publicação *Americas Forum/Foro de las Américas*. Em numerosas ocasiões, jornalistas de diferentes meios de comunicação solicitaram autorização para reproduzir artigos publicados no *e-zine*, o que gerou novo incentivo para que as audiências participem, remetendo artigos para fins de publicação.

Revista *Américas*

No ano passado, a Secretaria-Geral publicou os três primeiros números do Volume 53 (2001) da revista *Américas*: correspondentes respectivamente aos meses de fevereiro, abril e junho, em espanhol, inglês e francês. Imprimiu-se um total de 80.000 cópias de cada número. O governo do Canadá contribuiu com US\$33.250 para apoiar a produção dos três primeiros números da edição em francês. No âmbito do acordo com esse governo, procedeu-se à distribuição gratuita de 25.000 exemplares de cada número em todo o território canadense. Contudo, os esforços do governo do Canadá e da Secretaria-Geral no sentido de conseguir apoio de outras fontes de financiamento para possibilitar a continuidade da edição em francês foram infrutíferos, e foi necessário suspender a publicação nesse idioma.

A Secretaria-Geral publicou os outros três números (4, 5 e 6) do Volume 53 da revista *Américas* respectivamente em agosto, outubro e dezembro, em inglês e espanhol. Imprimiu-se um total de 55.000 cópias de cada número. Há, no momento, cerca de 30.000 assinantes ativos em todo o mundo, e 18.000 cópias foram destinadas a bancas dos Estados Unidos e do Canadá. Uma intensa distribuição gratuita a governos e instituições nos países membros é feita por meio dos Escritórios da OEA e de intercâmbios com bibliotecas. A receita gerada pelas assinaturas e pelas vendas em bancas produz fundos que cobrem aproximadamente 40% do custo da revista.

Como parte de uma campanha de vendas, a Secretaria-Geral enviou 500.000 cópias promocionais a assinantes em potencial, oferecendo-lhes como incentivo a Agenda *Américas* para o ano 2002. Em cumprimento à resolução AG/RES. 1839 (XXXI-0/01), a Secretaria-Geral também preparou um plano trienal para fortalecer as perspectivas financeiras da revista *Américas*, que está sendo considerado atualmente pela Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários do Conselho Permanente.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

A finalidade do Departamento de Serviços Jurídicos, cujas funções foram estabelecidas mediante a Ordem Executiva Nº 96-4, consiste em dar atendimento aos assuntos jurídicos relacionados com as atividades da Organização, sua relação com outras entidades e a aplicação de suas normas e regulamentos internos. O Departamento cumpre seus objetivos, prestando serviços de assessoramento jurídico, de representação em litígios e em negociações e de elaboração de documentos legais para a Secretaria-Geral, os órgãos políticos e outros órgãos da Organização. Por sua própria natureza, o trabalho é volumoso, diversificado e intenso.

Assessoria jurídica

O Departamento prestou assessoria jurídica, verbal e escrita, nos períodos ordinários e extraordinários de sessões da Assembléia Geral e do Conselho Permanente, sobre assuntos administrativos, orçamentários e de procedimento. Assessorou a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) e preparou vários documentos de trabalho. Também apoiou diferentes delegações na preparação de projetos de resolução, relatórios e outros instrumentos sobre política de pessoal, orçamento, medidas para a melhoria administrativa da Organização e normas para a gestão de fundos específicos.

O Departamento cooperou com o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos, inclusive com a Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), com pareceres jurídicos, projetos de resolução e preparação de regulamentos. Assessorou a Secretaria Executiva da AICD em matéria de consultas jurídicas, redação e negociação de acordos, aperfeiçoamento dos acordos modelo para a execução de projetos, incluindo os formulários para os acordos de práticas ótimas, redação de acordos para a execução de projetos específicos, entre os quais se pode destacar os acordos com o Conselho Superior de Contratações e Aquisições da República do Peru, o Banco Central da Reserva de El Salvador, *Gilat To Home Latin America*, *Winrock International* e acordos de prestação de serviços técnicos e administrativos para projetos de grande porte com a Guatemala e El Salvador. É importante mencionar a participação do Departamento na preparação e negociação de documentos referentes a acordos, emendas, contratos e bases de licitação para a execução de um projeto de grande porte para a reconstrução de habitações em comunidades afetadas pelo furacão *Mitch* em Honduras.

Para a Comissão de Aposentadoria e Pensões, o Departamento sugeriu modificações no seu projeto sobre políticas e procedimentos e assessorou a Comissão e o Secretário Tesoureiro em diversos temas. Para a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) e sua Secretaria, preparou e revisou projetos de resoluções, pareceres jurídicos e acordos de cooperação com diferentes organizações internacionais, regionais e nacionais, entre os quais acordos de ensino à distância pela Internet. Em conjunto com essa Secretaria, elaborou procedimentos para a apresentação de propostas interamericanas nos foros da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e prestou assessoria jurídica na Décima Reunião da Comissão Executiva Permanente da CITEL (COM/CITEL) realizada em Salinas, Equador, em dezembro de 2001.

O Departamento também assessorou a Comissão Interamericana de Portos em sua segunda reunião, realizada em São José, Costa Rica, em setembro de 2001, e preparou a Ordem Executiva que

estabelece o escritório da Comissão na estrutura da Secretaria Executiva da AICD. A pedido da Unidade de Desenvolvimento Social e Educação, prestou assessoramento jurídico à Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho, realizada em Ottawa, Canadá, em outubro de 2001. Para esta mesma Unidade, assessorou a redação de acordos com o Centro David Rockefeller, a Universidade de Harvard, o Instituto Ítalo-Latino-Americano, a Fundação *Youth Orchestra of the Americas*, a Orquestra de Câmara do Rio de Janeiro e a Organização do Grão-Caribe para Monumentos e Sítios, entre outros.

A pedido da Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o Departamento colaborou com a Assembléia Geral de Delegadas da CIM e atendeu consultas formuladas pela Secretaria Executiva ao longo do ano. Prestou assistência à Comissão do Fundo Rowe e à sua Secretaria Técnica na redação e negociação de acordos com instituições dos Estados membros para ampliar o alcance dos empréstimos estudantis do Fundo e na preparação do contrato com a Cooperativa de Crédito da OEA para a administração dos empréstimos do Fundo. Assessorou a Junta Americana de Defesa e o Colégio Interamericano de Defesa em temas referentes aos seus recursos humanos e à arrecadação de fundos, respectivamente. Também assessorou o Instituto Indigenista Interamericano na liquidação de benefícios de seus cargos de direção.

Para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Departamento, por meio do seu Diretor, assessorou o Diretor-Geral, a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e o Comitê Executivo em temas de direito administrativo, tributário, trabalhista e internacional. Desempenhou papel decisivo no posicionamento do IICA como organismo associado ao processo das Cúpulas e na arrecadação de cotas em mora, previamente à Décima Primeira Reunião da JIA.

Em relação à Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), o Departamento, por intermédio de um advogado para tanto designado em tempo quase integral, participou da preparação e negociação de acordos de cooperação para a execução de projetos sobre lavagem de dinheiro, armas de fogo, desenvolvimento alternativo e a luta contra o tráfico de entorpecentes. Representou a Secretaria Executiva da Comissão em diferentes foros que haviam manifestado interesse pelos mandatos da CICAD e prestou assistência técnica à Comissão Centro-Americana Permanente contra as Drogas mediante a formulação de recomendações para a modificação do seu Convênio Constitutivo. Também assessorou a CICAD em assuntos de direitos autorais no âmbito da Internet.

No contexto do Gabinete do Secretário Geral, o Departamento trabalhou com o Secretário-Geral na preparação do documento sobre a reestruturação da Organização dos Estados Americanos em conformidade com a resolução AG/RES. 1836 (XXXI-O/01), coordenando os insumos das diferentes áreas da Secretaria-Geral e redigindo uma série de projetos de ordens executivas e de modificações de estatutos e regulamentos de diversos órgãos, necessários para implementar a reestruturação. Também deu assistência jurídica a iniciativas da Secretaria-Geral.

Assessorou o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto nas missões de verificação da OEA. Também deu assistência jurídica ao Programa da Assembléia Geral Modelo e participou de suas reuniões na qualidade de assessor jurídico. Para os Escritórios nacionais, prestou assistência jurídica na redação e revisão de vários contratos de comodato e aluguel dos respectivos locais, em assuntos tributários e trabalhistas e na preparação de emendas aos acordos de sede.

Preparou uma Ordem Executiva sobre a reorganização da Junta de Publicações e a nova política de publicações da Organização. Participou da Junta como membro e assessor jurídico e cooperou com o

Departamento de Informação Pública na preparação da nova Ordem Executiva referente à sua reorganização e da redação de acordos com outras entidades.

Colaborou com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) na estruturação e revisão de acordos e contratos para as missões de observação eleitoral e para a execução de tarefas de remoção de minas e seu financiamento, projetos de automatização do voto em diferentes processos eleitorais, projetos sobre modernização do Estado e promoção da participação cidadã em processos eleitorais e para a realização de seminários e programas de capacitação em diversas áreas correlatas. O Diretor do Departamento atuou como observador e assessor jurídico na Missão de Observação eleitoral da UPD nas mais recentes eleições gerais realizadas na Nicarágua.

Cooperou com a Unidade de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e com a Unidade Intersetorial de Turismo na preparação, revisão e execução de acordos para projetos em diferentes países. Para o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), prestou assessoramento relativo às conseqüências jurídicas de uma proposta de reforma.

O Departamento assessorou a preparação, negociação e elaboração dos acordos com o Departamento das Relações Exteriores e Comércio Internacional do Canadá, mediante os quais este país vem concedendo significativos recursos para projetos da UPD e da Unidade de Comércio, entre outras. Também prestou assistência ao Escritório de Seguimento das Cúpulas na redação de uma carta de entendimento para o estabelecimento de uma instância de coordenação permanente entre os organismos vinculados ao processo das Cúpulas.

A pedido expresso da Subsecretaria de Administração, o Departamento revisou e negociou os documentos jurídicos relacionados com o financiamento de US\$25 milhões obtido para a renovação do Edifício da Secretaria-Geral e assessorou-a em matéria de interpretação de normas para sua aplicação a casos concretos, tais como pedidos de audiência e reconsideração referentes a reclassificações de cargos, benefícios de repatriação, viagens ao país de origem e políticas de pessoal, temas financeiros e orçamentários. Na mesma linha, preparou uma série de ordens executivas e memorandos administrativos relacionados com contratos por tarefa, contratação de pessoal de apoio temporário e profissionais locais.

Prestou assessoramento em assuntos societários e tributários a entidades sem finalidade de lucro vinculadas à Organização, tais como a Fundação de Estudos Interamericanos para a Assembléia Modelo da OEA, a Organização das Mulheres das Américas, *Young Americas Business Trust* e Fundação para Américas.

Na qualidade de membros e/ou assessores jurídicos, o pessoal do Departamento participou de vários grupos de trabalho e comissões, entre as quais as Comissões de Seguros, de Seleção e Adjudicação e de Vendas.

Litígios

O Departamento defendeu os interesses da Organização no processo interposto perante o Tribunal Administrativo contra a Secretaria-Geral por uma funcionária, que reclamava o pagamento retroativo de subsídio familiar e de salário na escala com dependentes. As partes chegaram a um acordo de transação perante o Tribunal.

Também concertou acordos de transação com contratados, assim evitando demandas desnecessárias contra a Organização.

Outras atividades

Tal como em anos anteriores, o Departamento organizou um seminário para a Associação de Advogados de Organizações Internacionais, em que se intercambiaram experiências em matéria de direito administrativo, trabalhista, internacional e tributário. A convite da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, o Diretor do Departamento pronunciou palestra sobre o tema “A Estrutura da Organização dos Estados Americanos: um Resumo”, por ocasião do seminário *El Sistema Interamericano frente al nuevo siglo*, realizado em Rionegro, Colômbia, em março de 2001.

Além disso, atendendo a convite formulado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Comparado, da Faculdade de Direito da Universidade Central da Venezuela, o Diretor do Departamento ofereceu classes aos pós-graduados dessa Universidade sobre temas de Direito dos Estados Unidos. O Departamento participou das reuniões da Federação Interamericana de Advogados (FIA), representado por um de seus advogados principais, que exerce o cargo de Secretário-Geral da Federação.

Em conjunto com a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, o Departamento preparou a primeira e segunda edição de um CD-ROM com informação geral sobre as atividades jurídicas tanto do Departamento como da Subsecretaria.

ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral respondem ao disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, nas Normas Orçamentárias e Financeiras, Capítulo XV, e na Ordem Executiva Nº 95-05, que estabelecem a função de auditoria interna em apoio ao Secretário-Geral e aos órgãos dirigentes para controlar o cabal cumprimento das responsabilidades dos distintos níveis de administração, referentes aos programas e recursos da Secretaria-Geral, a fim de garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e das transações financeiras realizadas tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Verifica a observância e o cumprimento das políticas, normas e práticas estabelecidas, a fim de constatar sua exatidão, eficácia e economia.

Auditorias

No período compreendido entre 1º de março de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, o Escritório do Inspetor-Geral efetuou 16 auditorias operacionais e de cumprimento para a revisão sistemática dos controles internos de contabilidade e administração, bem como cinco pesquisas. Na execução de suas atividades operacionais, o Escritório manteve a mais ampla cobertura possível na sede, concentrando seu trabalho de auditoria nas operações de maior risco e nas que revestem maior potencial de aumento da eficiência, economia e efetividade. O Escritório atuou com ampla liberdade e independência na realização de suas atividades, sem restrições e com acesso absoluto a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede como em outros locais.

Nesse período, as atividades operacionais de auditoria na sede visaram a avaliar os controles internos e administrativos e a assegurar o cumprimento das normas e procedimentos adotados pela OEA. O Escritório revisou as operações do programa de reembolso de impostos, os contratos por tarefa e os contratos SOC; a Divisão de Desenvolvimento Humano (Departamento de Bolsas de Estudos) da AICD; a Secretaria de Conferências e Reuniões; os gastos de viagem da Secretaria-Geral; o sistema automatizado ORACLE – Servidor NT; aplicações e segurança administradas pela Secretaria de Administração; os controles internos na Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD); e o Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe. Também revisou as atividades operacionais e financeiras dos Escritórios da Secretaria-Geral em Belize, El Salvador, Grenada, Guiana, Honduras, Jamaica e Uruguai, e o Instituto Interamericano da Criança (IIN), para determinar o grau de correspondência da execução de suas atividades com as normas e procedimentos adotados pela OEA.

Adicionalmente, o Escritório revisou 21 projetos executados em vários Estados membros, a fim de assegurar-se do cumprimento dos acordos e determinar se os objetivos especificados foram alcançados. Foram auditados os seguintes projetos: 1) Melhoramento de sistemas de crédito para o desenvolvimento da microempresa no Caribe; 2) Transferência de tecnologia para reativar as comunidades afetadas pelo furacão *Mitch*; 3) Apoio ao funcionamento do Programa regional de gestão tecnológica e científica; 4) Apoio informático à organização eleitoral; 5) Projeto de aprendizagem baseada na tecnologia; 6) Projeto agrícola nas savanas intermédias; 7) Sistema de informação para um desenvolvimento com tecnologias limpas; 8) Programa de habitação; 9) Plano mestre para o desenvolvimento do turismo da Ilha Tigre e no Golfo de Fonseca; 10) Treinamento bibliográfico USA; 11) BID IIN-SIPI El Salvador; 12) A mulher rural e a agricultura: projeto de crédito informal; 13) Cooperação para o desenvolvimento e a transferência de

tecnologias para o desenvolvimento sustentável no Caribe; 14) Planejamento para a adaptação à mudança climática na zona costeira do Caribe; 15) Projeto Sistema de Informação Ambiental para o MERCOSUL (AICD); 16) Programa de capacitação didática e pedagógica para educadores da região; 17) Programa de apoio à família rural; 18) Programa de cooperação técnica regional em temas da integração; 19) Projeto de fortalecimento educacional e desenvolvimento social da infância de baixos recursos mediante a criação e multiplicação de orquestras infantis na região; 20) Projeto modelo de integração científica e tecnológica entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai, Fase II: Extensão espacial e temporal da rede; e 21); Projeto modelo de integração científica e tecnológica entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai.

Outras atividades

O Escritório do Inspetor-Geral continuou suas atividades de seguimento para certificar-se da aplicação das recomendações contidas nos relatórios que emitira previamente. Também prestou assessoria e assistência mediante análises, avaliações, pesquisas e recomendações pertinentes às atividades revisadas, e participou como observador em várias comissões da Secretaria-Geral.

Também realizou pesquisas específicas referentes a controles internos de desembolsos do *Trust for the Americas* da AICD, bem como constatações específicas relacionadas com os Escritórios da Secretaria-Geral em El Salvador, Guiana e Saint Kitts e Nevis, e na Unidade de Imprensa da Secretaria de Conferências e Reuniões.

SETOR DE PROTOCOLO

O Setor de Protocolo planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e dos Secretários Executivos e Subsecretários. Serve de elemento de ligação entre as Missões Permanentes junto à OEA e o Departamento de Estado dos Estados Unidos no que se refere a privilégios e imunidades dos membros das Missões. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal da OEA para fins protocolares e sociais.

Protocolo e cerimonial

O Setor organizou sessões solenes para as visitas dos presidentes da Bolívia, Estados Unidos, Guatemala e México, para os Primeiros-Ministros do Canadá e de São Vicente e para os Ministros das Relações Exteriores do Canadá e da Costa Rica, bem como para as visitas de cortesia dos Ministros das Relações Exteriores da Croácia e do Uruguai.

Organizou cerimônias e sessões protocolares para o Dia Pan-Americano, o aniversário natalício de Simón Bolívar e a comemoração do Descobrimento da América – Encontro de Dois Mundos, e preparou 35 cerimônias de assinatura e depósito de instrumentos de ratificação de protocolos, ademais de outros acordos entre a Organização e os países membros.

Coordenou a apresentação de credenciais de 12 novos Representantes Permanentes e organizou atos para todas as despedidas de embaixadores. Na Assembléia Geral realizada em San José, Costa Rica, organizou a recepção oferecida pelo Secretário-Geral a aproximadamente 600 convidados. Também prestou apoio protocolar para a inauguração de exposições organizadas em 2001 pelo Museu de Arte das Américas.

Administração do Edifício Principal

O Setor de Protocolo administrou o uso do Edifício Principal, onde se realizaram mais de 215 recepções, cafés matinais, almoços e jantares, seminários e reuniões técnicas sob os auspícios da Secretaria-Geral ou das Missões Permanentes. A arrecadação a título de aluguel do Edifício durante o ano deverá totalizar US\$199.000. Também se realizaram 19 Semanas de Países. Este programa, que é coordenado pelo Setor de Protocolo, reserva aos países membros e observadores uma semana para a realização de eventos culturais e acadêmicos.

Vários eventos levados a cabo por organizações que alugaram o Edifício requereram significativo apoio protocolar. Entre estes, citem-se um dos diversos bailes por motivo da posse do Presidente Bush, uma cerimônia organizada pelo *Center for Democracy* em honra do Rei Juan Carlos I, da Espanha, e um evento de arrecadação de fundos que contou com a participação da Rainha Noor, da Jordânia.

Apoio às Missões Permanentes e ligação com o Departamento de Estado dos Estados

Anteriormente ao seu encaminhamento ao Departamento de Estado, o Setor de Protocolo revisou, completou e processou cerca de 3.600 pedidos formulados pelas Missões Permanentes e seu pessoal. Estes pedidos incluíram credenciações, renovações e mudanças de vistos, licenças de trabalho e sua renovação, importação e aquisição de artigos com isenção de tarifas, obtenção e renovação de cartões de isenção de impostos e de carteiras de motorista para diplomatas, registro de automóveis, renovação de registros, verificação de seguros e venda ou exportação de veículos. O Setor também prestou serviços de ligação entre as missões e autoridades locais e estaduais.

O Setor atualizou, publicou e distribuiu o Guia de Missões, Chefes de Estado e de Governo, e altas autoridades governamentais, órgãos da OEA e entidades filiadas. Além disso, preparou e distribuiu às Missões Permanentes um manual de procedimentos. Nesse Manual, detalham-se formulários, documentação pessoal e outros dados requeridos pelo Departamento de Estado para poder acreditar os diplomatas junto à OEA e seus dependentes e estender-lhes os privilégios e serviços a que fazem jus.

ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES EXTERNAS

O Escritório de Relações Externas foi estabelecido pela Ordem Executiva N° 97-4, de 23 de julho de 1997. Sua finalidade é assessorar as diferentes instâncias da Secretaria-Geral e os órgãos dirigentes em todas as atividades vinculadas com as relações externas, promovendo e mantendo comunicações com o país sede da Organização e, entre outros, com organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, o setor privado e entidades sem finalidade de lucro.

O Escritório de Relações Externas desenvolveu várias atividades com o propósito de melhor divulgar os programas da Organização e aumentar o apoio e as contribuições para seus projetos e iniciativas. Citem-se, entre outras, as reuniões mantidas com representantes dos Estados Observadores e com suas altas autoridades para intercambiar idéias e informação sobre temas de interesse comum negociar acordos de cooperação com a Secretaria-Geral e organizar eventos conjuntos.

Em 2001, o Escritório negociou um total aproximado de US\$1 milhão em contribuições em caixa e espécie, destinadas por vários Observadores Permanentes. Por outro lado, expandiu sua página na Internet sobre Observadores Permanentes, que inclui informação e documentação relevante para a condição de Observador Permanente, informação detalhada sobre cada país observador e dados gerais sobre contribuições e sua participação nas atividades da Organização. O Escritório, trabalhando em estreito contato com as áreas técnicas, também preparou e enviou, para consideração dos países observadores, um jogo de material informativo com detalhes sobre vários projetos de cooperação técnica administrados pela Secretaria-Geral que requerem financiamento. Adicionalmente, o Escritório organizou diversas cerimônias de doação de contribuições efetuadas pelos países observadores e coordenou a divulgação dos respectivos comunicados de imprensa.

Durante o ano, colégios, universidades e outras instituições acadêmicas continuaram a visitar o Edifício Principal da OEA. O Escritório recebeu 4.080 visitantes, ofereceu 140 visitas orientadas por guias e coordenou 69 sessões informativas para grupos externos interessados no Sistema Interamericano. Como parte de suas atividades, prepara e distribui semanalmente aproximadamente 50 jogos de material informativo sobre os programas e atividades da Organização.

No mesmo período, o Escritório recebeu e respondeu a mais de 500 pedidos de informação entre mensagens eletrônicas, cartas e telefonemas. Também ajudou mais de dez editoras de enciclopédias a atualizar seus dados sobre a Organização.

O programa de oradores do Escritório ofereceu uma série de conferências organizadas em conjunto com o Centro para Estudos Latino-Americanos da Universidade George Washington, com o objetivo de enriquecer o diálogo hemisférico sobre temas de prioridade para os Estados membros. Citem-se, neste ciclo, a Conferência Especializada sobre Comércio Hemisférico e a Área de Livre Comércio das Américas, a conferência sobre segurança hemisférica e democracia, as conferências sobre a Terceira Cúpula das Américas, e sobre os seus resultados, a conferência sobre o impacto econômico dos acontecimentos de 11 de setembro e a conferência sobre terrorismo, democracia e direitos humanos, esta última com a participação especial da renomada jornalista e autora Georgie Anne Geyer. Este evento recebeu ampla cobertura de vários meios de comunicação, entre os quais se destaca a cobertura dada pela cadeia de televisão C-SPAN.

O programa de oradores também organizou dois eventos para delegados das Missões Permanentes e altos funcionários da Secretaria-Geral, a saber: o documentário “*Las Américas en el siglo XXI*”, de Charles Krause, que se fez presente para dialogar com o público depois dessa apresentação, e uma mesa redonda sobre “Direitos humanos na América Latina e o papel da OEA no Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, dirigida pelo Doutor Klaas Dykman, da Universidade de Hamburgo. O Escritório também coordenou a apresentação, para as Missões Permanentes e Observadoras da Organização da Cruz Vermelha americana, de dois programas que mantém com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS): “Atenção integrada para as doenças prevalentes da infância na América Latina, e “O HIV/AIDS no Caribe”. E, no âmbito do seu programa de oradores, organizou uma sessão informativa sobre a OEA e suas atividades, para os membros da Associação do Pessoal Legislativo do Congresso dos Estados Unidos.

O Escritório também coordenou a participação de peritos da Organização num seminário sobre liderança auspiciado pela *Southeastern Louisiana University* e enviou um representante para oferecer uma palestra sobre liderança nas Américas e o papel da OEA. Trabalhou com o Centro de Relações Públicas da Universidade de Maryland no desenvolvimento de uma estratégia integral de relações públicas para a Organização e acordou o envio de representantes a essa Universidade para dialogar com vários grupos de estudantes sobre as relações públicas no âmbito multilateral.

Uma das principais iniciativas do Escritório consistiu na criação de um banco de dados centralizado e integral para referência e uso de todas as áreas da Secretaria-Geral. Além disso, continuou a desenvolver e expandir *El Rincón de los Niños en la OEA*, a página da OEA na Internet desenhada para servir de centro cibernético de informação e entretenimento para crianças, escolares, professores e o público em geral. Dentro de suas atividades para a juventude, também trabalhou com *AVANCE/Head Start*, uma organização sem finalidade de lucro, no exame de possíveis projetos conjuntos, e com os organizadores da Conferência Internacional da Criança, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Finalmente, apoiou os esforços do Departamento de Informação Pública para o lançamento da revista eletrônica da OEA, e para o programa de televisão *Despejando Dudas*, duas iniciativas que visam a melhor divulgar as atividades da Organização.

ESCRITÓRIO DE SEGUIMENTO DAS CÚPULAS

O Escritório de Seguimento das Cúpulas foi estabelecido mediante a Ordem Executiva Nº 98-3, de 16 de julho de 1998, para coordenar as ações e realizar o acompanhamento dos mandatos emanados do Plano de Ação de Santiago, da Segunda Cúpula das Américas. É a instância da Secretaria-Geral encarregada de assessorar o Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto e os órgãos políticos da Organização nos temas relacionados com o acompanhamento desta e de futuras cúpulas.

No período abrangido por este relatório, o Escritório de Seguimento das cúpulas desenvolveu atividades nas áreas indicadas a seguir.

Apoio aos trabalhos do Grupo de Revisão da Implementação das Cúpulas (GRIC) para a preparação e realização da Terceira Cúpula das Américas

O Escritório de Seguimento das Cúpulas participou, em coordenação com as autoridades do Ministério das Relações Exteriores do Canadá e com o Coordenador Nacional desse país, em sua qualidade de Presidente do GRIC, de todas as instâncias do processo preparatório da Terceira Cúpula das Américas. O apoio do Escritório consistiu na organização e assistência técnica para as reuniões de negociação do GRIC realizadas em Washington, D.C., Barbados e Québec, nas quais foram preparados os documentos que os Presidentes subscreveram na Cúpula de Québec. O Escritório colocou à disposição dos coordenadores nacionais dos 34 países uma rede de informação reservada para os governos na página em rede do Processo das Cúpulas, por meio da qual distribuiu todos os documentos de negociação na fase preparatório da Cúpula de Québec. Também apoiou a tradução dos documentos.

Nessas reuniões, o Escritório encarregou-se da preparação e distribuição dos documentos, da organização logística das reuniões e do apoio de secretaria na negociação dos documentos em inglês e espanhol. Apoiou o Coordenador Nacional do Canadá na apresentação do seu relatório como Presidente da Comissão Especial de Gestão de Cúpulas Interamericanas (CEGCI). Ademais, encarregou-se da coordenação da participação da OEA e dos demais organismos internacionais no processo de preparação da Cúpula e serviu de ligação para coordenar, por meio da CEGCI, a participação da sociedade civil nesse processo. Igualmente, apoiou participou de um processo de consulta com a sociedade civil, que envolveu mais de 200 organizações em 18 países da região.

Por ocasião da Terceira Cúpula das Américas, o Escritório apresentou um relatório de âmbito hemisférico sobre as atividades realizadas pelo BID, a OPAS, a CEPAL, a OEA e o Banco Mundial em cumprimento aos mandatos da Cúpula de Santiago. Também participou ativamente como Secretaria da Comissão de Estilo, em relação aos documentos oficiais aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo e, finalmente, coordenou a participação do Secretário-Geral nos trabalhos da Cúpula.

Secretaria do Processo das Cúpulas

A partir da Terceira Cúpula das Américas, em cumprimento ao disposto na resolução AG/RES. 1824 (XXXI-O/01), o Escritório desempenha as funções de Secretaria do Processo das Cúpulas. O Escritório prestou apoio técnico e logístico às duas reuniões realizadas pela Comissão Executiva do GRIC, realizadas em junho e outubro, e à reunião do GRIC realizada em 25 e 26 de outubro de 2001. Para tanto, o Escritório teve a seu cargo a publicação de toda a documentação dessas reuniões na seção para

governos do Sistema de Informação da Cúpula das Américas, a redação da ata da reunião do GRIC, o fornecimento de toda a informação requerida pelos países sobre o processo das Cúpulas e o seguimento dos mandatos aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas.

Apoio à Comissão Especial de Gestão de Cúpulas Interamericanas

O Escritório de Seguimento das Cúpulas proporciona apoio técnico a essa Comissão e é responsável pela coordenação da participação da sociedade civil em suas reuniões. No período abrangido por este relatório, a Comissão realizou duas reuniões abertas, para o recebimento de insumos da sociedade civil para o Plano de Ação de Québec. O Escritório encarregou-se da elaboração do relatório do Presidente, que inclui as sugestões oferecidas pela sociedade civil e foi posteriormente apresentado ao GRIC. Coordenou as atividades da OEA na implementação dos mandatos da Cúpula e preparou o relatório que a CEGCI apresenta aos Ministros das Relações Exteriores na Assembléia Geral, referente às atividades da OEA em cumprimento a esses mandatos.

Apoio à Comissão sobre a Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA

O Escritório de Seguimento das Cúpulas coordenou a participação das organizações da sociedade civil nas atividades da OEA, orientou o processo de acreditação estabelecido nas “Diretrizes para a Participação de Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA” e exerceu a função de secretaria técnica da Comissão. Para tanto, o Escritório apoiou e assessorou a preparação de documentos informativos e de base sobre distintos mandatos referentes ao processo de acreditação. Neste período, coordenou a apresentação, à Comissão, de mais de 20 pedidos de acreditação de organizações da sociedade civil.

Ademais, realizou reuniões de trabalho com o BID e o Banco Mundial, com agências de cooperação nacionais e internacionais (USAID, AICD) e com organizações da sociedade civil com a finalidade de apoiar o propósito dos Estados membros de incrementar as relações com a sociedade civil e identificar novas formas de cooperação e trabalho conjunto, bem como de informar sobre o processo de acreditação junto à OEA. O Escritório mantém um portal eletrônico a serviço da sociedade civil e dos Estados membros, e um banco de dados sobre práticas ótimas de participação da sociedade civil na OEA.

Grupo de trabalho conjunto dos organismos internacionais

No mês de julho, o BID, a OPAS, a CEPAL e a OEA assinaram uma carta de entendimento com o objeto de melhorar a coordenação do apoio à implementação e ao seguimento dos mandatos da Cúpula das Américas. Estabeleceu-se, por meio dessa Carta, um grupo de trabalho conjunto do qual também participará o Banco Mundial. O Escritório de Seguimento das Cúpulas presta os serviços de secretaria do para o Grupo de Trabalho e está a cargo da coordenação de suas atividades.

O Grupo de Trabalho reuniu-se para planejar atividades conjuntas e intercambiar informação sobre programas, projetos e atividades que guardam relação com o cumprimento de mandatos da Cúpula de Québec. Nesse sentido, o Escritório de Seguimento das Cúpulas apresentou à reunião do GRIC, em nome destas instituições, um relatório das atividades de cada organismos em cumprimento aos mandatos da Cúpula de Québec.

Seguimento das reuniões ministeriais e setoriais relacionadas com o processo das Cúpulas

Como parte do seguimento das reuniões ministeriais relacionadas com o processo das Cúpulas, o Escritório coordenou-se com as áreas técnicas da OEA responsáveis pelos temas das reuniões listadas a seguir, para as quais ofereceu uma apresentação do contexto geral das Cúpulas e da implementação dos mandatos:

- Reunião dos Ministros Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Bolívia, 29 a 31 de julho de 2001.
- Reunião dos Ministros do Trabalho, Canadá, 17 a 19 de outubro de 2001.
- Reunião dos Ministros da Agricultura, República Dominicana, 26 de novembro de 2001.
- Reunião do Comitê Executivo da Iniciativa de Transportes para o Hemisfério Ocidental, Washington, D.C., 4 de dezembro de 2001.

Divulgação do processo das Cúpulas

Com o propósito de divulgar informação sobre a implementação dos mandatos da Cúpula, o Escritório de Seguimento das Cúpulas deu a público, em outubro, a primeira edição do *Boletín de las Cumbres de las Américas*. Esta publicação foi distribuída aos governos, a ONGs e a instituições acadêmicas, *think tanks* e jornais de toda a região.

Por outro lado, o Escritório realizou apresentações e prestou apoio aos seguintes eventos:

- Foro Interamericano de Parlamentares (FIPA), Canadá, 7 a 9 de março de 2001.
- Segunda Conferência Interamericana de Prefeitos e Autoridades Locais, Miami, junho de 2001.
- Reunião preparatória à Reunião de Ministros da Agricultura, em que foi preparada a Declaração posteriormente aprovada pelos Ministros da JIA em Punta Cana, República Dominicana (o Escritório prestou apoio técnico), Costa Rica, 29 a 31 de outubro de 2001.
- Reunião dos *Partners of the Americas* sobre Sociedade Civil, Washington, D.C., 30 de novembro de 2001.
- Reunião do Sistema Interamericano de Metrologia na Área de Ciência e Tecnologia, Miami, 10 a 14 de dezembro de 2001.
- Foro Interamericano sobre Partidos Políticos, Miami, 13 a 14 de dezembro de 2001.

Outras atividades

O Escritório de Seguimento das Cúpulas tem a seu cargo a gestão do Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas sobre Sistemas de Registro de Propriedade (IPSI), mecanismo criado pelo Escritório e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em resposta ao mandato sobre registro de propriedade emanado da Segunda Cúpula das Américas. Este mandato foi reiterado na Terceira Cúpula das Américas, sob o título “Crescimento com Equidade”. Em 2001, as atividades concentraram-se no desenvolvimento da biblioteca de documentos e do banco de dados de projetos. Por outro lado, o Escritório de Seguimento das Cúpulas é responsável pelo *site* oficial em rede da Iniciativa de Transportes do Hemisfério Ocidental, através da qual os Ministros dos Transportes se comunicam e dão a público seus relatórios de seguimento sobre este tema.

ESCRITÓRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Escritório de Ciência e Tecnologia (ECT) foi estabelecido mediante a Ordem Executiva Nº 97-1, de 29 de janeiro de 1997. É a entidade assessora da Secretaria em todos os aspectos vinculados a atividades em matéria de ciência e tecnologia. Suas funções e responsabilidades são o fortalecimento da capacidade técnica e dos programas que tenham um componente científico e/ou tecnológico; o apoio aos Estados membros na área de sua competência; a cooperação e o apoio às atividades da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral; a facilitação do intercâmbio e a divulgação de informação especializada; e a coordenação dos Prêmios Interamericanos em sua especialidade.

O Escritório de Ciência e Tecnologia (ECT), na qualidade de Secretaria Técnica da Primeira Reunião Hemisférica de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia, preparou vários documentos sobre áreas prioritárias para a região, para deliberação ministerial e a preparação do novo Plano de Ação em Ciência e Tecnologia.

O Plano de Atividades do Escritório, preparado no segundo semestre de 2001 e disponível na Internet, projeta as atividades e esforços do ECT e estabelece suas prioridades e necessidades de recursos.

No Colégio Interamericano de Defesa, o ECT apresentou o tema “Ciência, tecnologia e inovação no contexto do desenvolvimento e crescimento dos países”. Essa apresentação foi feita a um grupo de peritos de outras instituições, reunido para discutir o impacto da ciência e da tecnologia no desenvolvimento econômico.

Projetos de cooperação técnica

A pedido da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), o Escritório participou da revisão e avaliação de mais de 40 perfis de projeto na área da ciência e tecnologia, apresentados pelos Estados membros. Como resultado desse processo, preparou um relatório que foi utilizado pela Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT) para avaliar e selecionar os mencionados perfis.

Na reunião da COMCYT realizada no Panamá, em 30 e 31 de maio, chegou-se ao ordenamento das propostas de projetos, a fim de facilitar a tarefa da AICD na preparação da programação apresentada perante a Comissão Especializada Não-Permanente (CENPE) de ciência e tecnologia.

MERCOCYT

Na reunião do Comitê Executivo do Programa do Mercado Comum do Conhecimento Científico e Tecnológico (MERCOCYT), realizada em Bogotá, em 26 e 27 de julho, os membros sugeriram a incorporação do tema “Ciência e tecnologia e democracia” na agenda da próxima Reunião de Ministros e Altas Autoridades em Ciência e Tecnologia. Nessa ocasião, o Comitê ressaltou a importância da ciência e da tecnologia para manter o sistema democrático da região, cujos grupos menos favorecidos deveriam ter acesso às técnicas e condições necessárias para fins de utilização em seu próprio benefício social e democrático.

Sistema Interamericano de Metrologia

O ECT atuou como Secretaria Executiva do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM) e em coordenação com as instituições executoras de atividades de apoio ao Sistema, como ocorreu, por exemplo, nas reuniões do seu Conselho, das suas comissões técnicas e da sua Assembléia Geral. Esse apoio responde à necessidade de melhorar a infra-estrutura tecnológica dos países, aspecto que é essencial no processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Nesse sentido, visando a promover o comércio e uniformizar as medições no âmbito da ALCA, o ECT – com recursos do FEMCIDI – prestou apoio técnico e financeiro à realização de exercícios de intercomparação de padrões de medição em radiação ionizante, longitude, pressão, massa, fotometria e volume, bem como de cursos de metrologia dimensional e de massas, com a participação de vários países da região.

Cumprе ressaltar a assistência permanente de instituições nacionais de metrologia (INMs) do Hemisfério, assim como do *National Institute of Standards and Technology* (NIST-USA), *National Research Council* (NRC-Canadá), Centro Nacional de Metrologia (CENAM-México) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO-Brasil), que facilitam o uso de seus laboratórios, equipamentos e peritos por países de menor desenvolvimento relativo da região.

Com o apoio do ECT, vários Estados membros preparam o projeto de metrologia apresentado pelos Estados Unidos à AICD por intermédio do NIST, cujas instituições executoras, ademais do NIST, são o CENAM, o NRC e o Laboratório Tecnológico do Uruguai.

O ECT coordenou a preparação e distribuição da revista SIM, publicação semestral que divulga contribuições de INMs da região e de peritos, as atividades do SIM e documentos sobre longitude. O documento *Six Specialized Information Systems Supported by the OAS for Latin American and Caribbean Industries based in Biotechnology and Food Technology*, elaborado pelo ECT e publicado no portal do MERCOCYT, será apresentado em reunião internacional organizada pelo *National Institute of Standards and Technology* (NIST) dos Estados Unidos e pelo ECT, no contexto da próxima Assembléia Geral do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM), a ser realizada em dezembro, em Miami, Flórida, em cujo âmbito será realizado o Seminário Interamericano de Embalagem e Rotulagem.

Apoio à micro, pequena e média empresa

Autoridades e especialistas do Centro Nacional de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Costa Rica (CITA) e especialistas do ECT das áreas de serviços tecnológicos, apoio à micro, pequena e média empresa (MIPYME) e tecnologias limpas, prestaram assistência técnica e prepararam uma proposta multilateral de aplicação da ciência e tecnologia no fortalecimento de MIPYMEs de agroalimentos em áreas rurais de vários países da região. Este perfil foi avaliado positivamente pela COMCYT e fez parte da programação recomendada pela CENPE.

Na Costa Rica, o ECT e o Centro Agrônômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) exploraram o estabelecimento de um programa de florestação sustentável para a América Central com alternativas de expansão para outras regiões, avaliaram as capacidades do CATIE e estabeleceram contatos, deixando aberta a possibilidade de futuras cooperações.

Informação e telecomunicações

Na área da infra-estrutura da informação e telecomunicações, realizaram-se atividades de coordenação e seguimento relacionadas com o Projeto da Rede Hemisférica Interuniversitária de Informação Científica e Tecnológica (RedHUCyT) e de redes especializadas, com o propósito de promover a nova geração de aplicações e tecnologias na Internet na região. Está em processo de redesenho o portal de ciência e tecnologia que o ECT mantém no seu servidor, que agrupa, além da RedHUCyT, redes especializadas como o Sistema Multinacional de Informação Especializada em Biotecnologia e Tecnologia de Alimentos (SIMBIOSIS), o Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia (INFOCYT), a Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT) e a Rede Latino-Americana de Química (RELAQ), bem como as páginas em rede do SIM, da Cooperação Interamericana de Acreditação (IAAC), e as da COMCYT e de *Calidad-PYME*.

Em março de 2001, o ECT participou, em Washington, D.C., da reunião do Consórcio Internet2, que coordena todas as redes mundiais interligadas por meio do sistema Internet2, da qual participaram 180 universidades da América do Norte, Europa, Ásia e América Latina. Por outro lado, o Coordenador Regional do Projeto RedHUCyT foi convidado a participar, como apresentador principal, da reunião “SIGCOMM América Latina” sobre comunicação de dados na América Latina e no Caribe, realizada em abril, na Costa Rica, sob os auspícios da *Association of Computing Machinery*. Na ocasião, recebeu um reconhecimento especial do Governo da Costa Rica por sua contribuição ao desenvolvimento da Internet na Costa Rica e na região.

O ECT participou da Conferência “INET2001”, organizada pela *Internet Society* e realizada em Estocolmo, Suécia, de 5 a 8 de junho. Nessa reunião, a OEA apresentou sua contribuição ao desenvolvimento da Internet na região. Paralelamente, o ECT participou da reunião anual do Comitê de Coordenação da *Intercontinental Research Networking* (CCIR), também em Estocolmo, em que apresentou o trabalho *Regional Updates*, referente à situação atual das telecomunicações e da Internet na região. O ECT participou do simpósio da *American Path*, organizado pela Universidade Internacional da Flórida, para identificar áreas de colaboração científica entre os países que mantêm conexão com o *American Path* e a Internet2.

INFOCYT e RICyT

O ECT apoiou os projetos INFOCYT e RICyT, coordenados respectivamente pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONICYT), do Chile, e a Universidade de Quilmes, Argentina. Os projetos facilitam acesso a informação científica e tecnológica e a estatísticas de ciência e tecnologia da região. O CONICYT desenvolveu um *software* próprio, instalado em El Salvador e na Guatemala e disponível para os países interessados.

Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED)

O ECT, a convite do Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED), realizou uma apresentação sobre o tema “Cooperação interamericana em ciência e tecnologia – Mecanismos e experiências da cooperação multilateral”, no âmbito da Nona Conferência Científica do Programa CYTED. Nessa reunião, realizada em outubro, no México, a CYTED emitiu uma declaração final, posteriormente apresentada por sua Secretaria *pro tempore*, à Décima Primeira Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lima, Peru.

O ECT promoveu uma estreita colaboração entre a OEA e o Programa CYTED e, graças a esse esforço, participará do Programa Conjunto de Jornadas Ibero-Americanas, co-financiado pela CYTED e pela AICD, para a preparação de profissionais da região. O Programa inclui: a) avaliação, utilização e viabilidade do uso da energia eólica; b) materiais; e c) enfoques integrados da problemática da água.

Cooperação interinstitucional

No segundo semestre de 2001, o ECT, a Unidade de Turismo e a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da OEA realizaram negociações com a *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), dos Estados Unidos, para facilitar a assinatura de um acordo de cooperação entre a NASA e a AICD, cujo objetivo é treinar cientistas da região no uso de técnicas avançadas de percepção remota. Também participou da assinatura de um memorando de entendimento entre a Secretaria-Geral da OEA e a Universidade Tecnológica de Pereira, que inclui o apoio que o ECT e a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente prestarão à região em atividades prioritárias em que contam com ampla experiência.

UNIDADE DE COMÉRCIO

A Unidade de Comércio (UC) foi criada mediante a Ordem Executiva Nº 95-4 de 3 de abril de 1995. Seu objetivo básico é prestar apoio aos Estados membros em matéria de comércio, inclusive nas tarefas atribuídas à OEA pela Cúpula das Américas, relativas ao estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). São suas funções: prestar apoio técnico à Comissão Especial de Comércio (CEC); estudar os diversos aspectos das relações comerciais hemisféricas; assegurar a efetiva coordenação com organizações regionais e sub-regionais de integração; e fortalecer os sistemas de informação sobre comércio.

Em seu Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, realizado em São José, Costa Rica, a Assembléia Geral reafirmou, na resolução “Comércio e integração nas Américas” [AG/RES. 1813 (XXXI-O/01)], o apoio da OEA ao processo de livre comércio e integração econômica no Hemisfério. A respeito, incumbiu “a Secretaria-Geral de continuar a prestar apoio analítico e assistência técnica por intermédio da Unidade de Comércio e de continuar a realizar estudos correlatos no âmbito do Comitê Tripartite, ou segundo a solicitação das respectivas entidades estabelecidas nas Declarações Ministeriais de São José, Toronto e Buenos Aires, no processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”; e de “continuar a prestar assistência técnica aos países membros, especialmente às economias menores, que a solicitem, relacionada com questões referentes à ALCA, segundo a solicitação dos Ministros do Comércio na Declaração Ministerial de São José, reiterada nas reuniões ministeriais de Toronto e de Buenos Aires, bem como a solicitação constante do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas”.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

A Unidade de Comércio prestou assistência aos Estados membros no contexto das três instâncias do processo da ALCA, a saber: reuniões dos grupos de negociação da ALCA; Sexta Reunião dos Ministros do Comércio, realizada em Buenos Aires, em 7 de abril de 2001; e reuniões vice-ministeriais realizadas na Argentina, em abril, e em Manágua, em setembro de 2001.

Estas atividades foram realizadas em coordenação com as demais instituições que integram o Comitê Tripartite (CT), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). No período preparatório prévio à Reunião Ministerial de Buenos Aires e à Cúpula das Américas de Québec, correspondeu à OEA coordenar o Comitê Tripartite, que foi instalado em janeiro de 2001, de acordo com o período semestral de rotatividade.

Segundo as medidas aprovadas pelos Ministros na reunião de Buenos Aires, os grupos de negociação concentraram seus esforços na preparação de uma segunda versão preliminar do Acordo da ALCA, procurando resolver as divergências existentes e chegar a um consenso quanto à eliminação dos colchetes nos projetos de texto. Os Ministros também determinaram que as negociações de acesso a mercados sejam iniciadas em 15 de maio de 2002, a mais tardar. O trabalho de apoio da Unidade de Comércio aos grupos de negociação girou em torno deste mandato e incluiu a realização de compilações, estudos, análises e tarefas de assistência técnica solicitadas por esses grupos.

Na Declaração de Buenos Aires, os Ministros também formularam diversos pedidos concretos ao Comitê Tripartite, a saber: 1) divulgação, na página oficial, de maior informação sobre o processo da ALCA, incluindo a publicação do Segundo Relatório da Comissão de Representantes Governamentais

sobre Participação da Sociedade Civil; 2) busca de fontes de financiamento para a lista de opções aprovada pela Comissão de Negociações Comerciais (CNC), em Manágua e facilitação de um processo de comunicação crescente e sustentada com a sociedade civil; 3) continuação do desenvolvimento do banco de dados que contém as necessidades e fontes de prestação de assistência técnica às pequenas economias e aos esforços adicionais para fortalecer o sistema; 4) apoio do Comitê Tripartite e do Grupo Consultivo sobre Economias Menores ao CNC para a formulação de normas ou diretrizes sobre a forma de aplicação do tratamento das diferenças de níveis de desenvolvimento e tamanho das economias; e 5) instrução ao Comitê Tripartite para que, em coordenação com o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados e o Grupo de Negociação sobre Agricultura, facilite o pleno funcionamento do banco hemisférico de dados.

Reunido na Nicarágua, o CNC aprovou as diretrizes sobre a forma de aplicação do tratamento das diferenças dos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias, que deverão ser levadas em conta pelos grupos de negociação e por outras entidades da ALCA. Como medidas de apoio, o CNC decidiu que o Grupo Consultivo sobre Economias Menores formule uma proposta de programa de cooperação hemisférica. O Comitê Tripartite executará esses mandatos, e os Ministros do Comércio na sua próxima reunião, no Equador, emitirão novas diretrizes. Além disso, em conformidade com o mandato ministerial de Buenos Aires e as instruções do CNC emitidas em Manágua, o Banco de Dados de Assistência Técnica em Matéria de Comércio foi publicado na página oficial da ALCA, em dezembro de 2001, e a OEA será responsável por manter atualizada essa informação.

No período deste relatório, a Unidade apoiou sete dos 10 grupos de negociação, a saber: investimento; serviços; direitos de propriedade intelectual; subsídios; *antidumping* e direitos compensatórios; política de concorrência; e solução de divergências. A Unidade de Comércio também apoiou o Grupo de Acesso a Mercados no tema referente a normas e barreiras técnicas ao comércio e prestou assistência ao Comitê Técnico de Assuntos Institucionais, ao Grupo Consultivo sobre Economias Menores, à Comissão Conjunta de Peritos dos Setores Público e Privado em Comércio Eletrônico e ao Grupo de Peritos sobre Medidas de Facilitação de Negócios em Matéria de Assuntos Alfandegários.

Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE)

O Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE) tem como objetivo proporcionar, nos quatro idiomas oficiais da OEA, informação atualizada sobre comércio no Hemisfério. Desde que o SICE foi transformado em página da Internet (www.sice.oas.org), o número de usuários aumentou regularmente, totalizando 463.272 visitas em 2001. A página contém documentos relativos aos seguintes assuntos: o processo da ALCA; acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre países membros da OEA; propriedade intelectual; arbitragem comercial; instituições vinculadas ao comércio; informação geral sobre os países, empresas e câmaras de comércio; bem como dados quantitativos, incluindo fluxos de comércio, tarifas e preços. O conteúdo completo do *site* está agora disponível em formato CD-ROM.

Com o apoio do SICE, iniciou-se em abril de 1999 o Serviço de Distribuição de Documentos (DDS) da ALCA, como método de depósito e divulgação de documentos atuais existentes nos arquivos, gerados pelo processo de negociação da ALCA. Prevê-se a ampliação das atividades relacionadas com a sua segurança em 2002, à medida que as negociações evoluam para a etapa seguinte. Como parte dos mandatos recebidos da Reunião Ministerial realizada em Toronto, em novembro de 1999, a Unidade de Comércio (SICE) manteve um calendário atualizado dos prazos fixados pelos grupos de negociação para o recebimento de insumos das delegações.

Cooperação interinstitucional

A Unidade de Comércio trabalhou com o BID e a CEPAL no apoio às distintas instâncias da ALCA, bem como em projetos específicos com instituições internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e organismos sub-regionais como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Secretaria Permanente do Tratado de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA), a Comunidade Andina, o Mecanismo de Negociações Regionais da CARICOM e o MERCOSUL.

Cooperação técnica

Em cumprimento aos mandatos recebidos, deu-se ênfase às tarefas de assistência técnica aos países da região, em particular às economias menores, atividades que facilitam a efetiva participação desses países nas atuais negociações comerciais e fortalecem sua capacidade de implementar resultados.

O componente central em matéria de assistência técnica é o programa “Comércio e integração nas Américas: Curso de treinamento avançado para funcionários governamentais”, financiado pelo CIDI. No âmbito deste programa, realizaram-se seminários e reuniões técnicas em escala multilateral e sub-regional, a saber:

- Pelo quarto ano consecutivo, realizou-se em junho e julho de 2001, sob o patrocínio de Trinidad e Tobago, o curso de treinamento de funcionários governamentais em negociações comerciais regionais e multilaterais com ênfase nas economias menores, organizado em cooperação com a *Georgetown University* e a OMC. Participaram do curso 59 funcionários de 32 países do Continente e do Mecanismo de Negociações Regionais do Caribe, ademais de 50 conferencistas provenientes dos Estados membros, de organismos internacionais e de centros de pesquisa e organizações não-governamentais.
- Em abril e outubro de 2001, realizaram-se reuniões para dar andamento à Rede de Pesquisas sobre Integração Hemisférica, que dotará os pesquisadores de acesso a informação atualizada sobre questões comerciais.
- Em maio, sob o patrocínio da Jamaica, realizou-se um seminário de familiarização de Embaixadas e Missões Permanentes com temas da ALCA e da OMC.
- Em setembro e outubro de 2001, a Unidade organizou, para funcionários governamentais, dois seminários na área de serviços: o primeiro, realizado em setembro, em Bridgetown, Barbados, por solicitação da CARICOM e do RNM; e o segundo, em outubro, em Lima, organizado com a Secretaria da Comunidade Andina, no qual participaram os países andinos, o MERCOSUL e o Chile. Os seminários abrangeram cinco temas no contexto da negociação de acordos comerciais, a saber: mecanismos de maior liberalização dos serviços; transparência; tratamento de nação mais favorecida; relação entre os serviços e disciplinas de investimento; e temas de regulamentação do comércio de serviços.
- Em outubro de 2001, em Bogotá, realizou-se o Seminário Regional sobre a Comunidade Andina e os Acordos de Investimento nas Américas. O evento, que contou com a

participação de 32 delegados dos cinco países andinos e da Secretaria da Comunidade Andina, visou a oferecer, a funcionários governamentais com responsabilidades no tema de investimentos, a oportunidade de discutir os recentes acontecimentos nessa área e de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Funcionários da Unidade de Comércio colaboraram com os Estados membros mediante o atendimento de pedidos de assistência em projetos específicos de comércio e integração e participaram de seminários e outras sessões de trabalho e conferências, na qualidade de peritos convidados.

Publicações

Em abril de 2001, em conjunto com o *Brookings Institution Press*, publicou-se o livro *Hacia el Libre Comercio en las Américas*, editado por José M. Salazar e Maryse Robert. Trata-se do terceiro volume produzido pela Unidade de Comércio, que descreve e analisa as tendências, os acontecimentos e as perspectivas da integração e dos acordos comerciais entre os países do Hemisfério. O livro foi utilizado como texto no Curso de Capacitação de Funcionários Governamentais.

Na série Estudos da Unidade de Comércio, publicou-se o seguinte: *Multilateral and Regional Investment Rules: What Comes Next?* Maryse Robert, março de 2001, OEA/Ser.D/XXII, SG/TU/TUS-8; *Multilateral and Regional Services Liberalization by Latin America and the Caribbean*, Sherry M. Stephenson, março de 2001, OEA/Ser.D/XXII, SG/TU/TUS-9; *Antidumping in the Americas*, José Tavares de Araujo Jr., Carla Macario, e Karsten Steinfatt, março de 2001, OEA-SER.D/XXII, SG/TU/TUS-10; *Deepening Disciplines for Trade in Services*, Sherry M. Stephenson, março 2001, OEA/Ser.D/XXII, SG/TU/TUS-11; *Business Facilitation: Concrete Progress in the FTAA Process*, Jane Thery, março 2001, OEA/Ser.D/XXII, SG/TU/TUS-12; *Trade and Competition in B2B Markets*, José Tavares de Araujo Jr., maio de 2001, OEA/Ser.D/XXII, SG/TU/TUS-13.

Comissão Especial de Comércio (CEC) e seu Grupo Assessor

A CEC e seu Grupo Assessor não se reuniram no ano 2001. Em consequência, a Unidade de Comércio não proporcionou apoio a esses órgãos. A Assembléia Geral, em seu Trigésimo Período Ordinário de Sessões, realizado em Windsor, decidiu “aceitar a recomendação do Presidente da Comissão Especial de Comércio (CEC), com base em suas consultas com os Estados membros da CEC de manter o *status quo*, ou seja, manter a existência da CEC sem convocar a Comissão”.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Unidade de Desenvolvimento Social e Educação foi criada mediante a Ordem Executiva Nº 96-5, de 5 de junho de 1996. Seu objetivo é prestar apoio técnico e operacional aos Estados membros e aos órgãos dirigentes da OEA em matéria de fortalecimento dos sistemas de educação, promoção das oportunidades de emprego e capacitação para o trabalho e de formulação de políticas públicas e estratégias de ação orientadas para o combate à pobreza e à discriminação. Para alcançar este objetivo, a Unidade realiza e coordena estudos e pesquisas, leva a cabo atividades de intercâmbio de informação e experiências, promove atividades de formação de recursos humanos e apóia iniciativas para promover a ação cooperativa entre países, entre agências internacionais de cooperação e desenvolvimento e entre entidades governamentais e não-governamentais em matéria de formulação de políticas de educação, emprego e desenvolvimento social. Conforme estabelecido pela Assembléia Geral, a partir de 1º de janeiro de 2001, o Programa de Cultura é parte integrante da Unidade de Desenvolvimento Social e Educação.

As prioridades da Unidade centraram-se no seguimento dos mandatos da Cúpula das Américas, da Assembléia Geral da OEA e do CIDI, para cujo fim trabalhou em coordenação com entidades nacionais, organismos internacionais de cooperação e desenvolvimento e organizações da sociedade civil.

Desenvolvimento social e superação da pobreza

Rede Social da América Latina e do Caribe

A Unidade atuou como Secretaria Técnica da Rede Social da América Latina e do Caribe, que realizou sua Oitava Conferência Anual, de 23 a 26 de outubro, em Santo Domingo, organizada em coordenação com a PROCOMUNIDAD, da República Dominicana e a OEA. A reunião, da qual participaram a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Banco Mundial, aprovou a Declaração de Santo Domingo e o Plano de Trabalho 2002 da Rede.

Nos termos de um acordo assinado com o BID, a OEA atua como entidade executora do Programa Intra-Regional de Estágios entre as instituições membros da Rede Social, em cujo âmbito realizaram-se 39 estágios; preparou-se e distribuiu-se o Boletim do Programa *Infopasantías (InternshipNews)*; e concluiu-se a avaliação da cooperação horizontal da Rede Social, cujos resultados aparecem no documento *Red Social de América Latina y el Caribe: Lecciones aprendidas y perspectivas de cooperación entre los Fondos de Inversión Social*, publicado em novembro de 2001.

Em conjunto com a Rede Social e a CEPAL, a OEA coordenou o Segundo Seminário Técnico *Evaluación, Monitoreo y Elaboración de Proyectos Sociales*, realizado em Santiago, Chile, de 9 a 13 de julho. Também preparou a Primeira Reunião do Comitê Coordenador da Rede Social, realizada na Colômbia, em janeiro de 2002, e o seminário *Ética y Políticas Sociales*, organizado com o INDES, do BID, realizado em abril de 2002.

Cooperação interagencial

A convite da CEPAL, a OEA participou da Terceira Reunião Interagencial de Seguimento ao Acordo sobre Infância e Juventude, da Décima Cúpula Ibero-Americana, realizada em Santiago, Chile, em 22 de março, ocasião em que se considerou a versão preliminar do documento *Construir equidad desde la infancia y adolescencia en Iberoamérica*. A OEA também preparou o documento *Globalización y Convención sobre los Derechos del Niño*, publicado na série *Políticas Sociales* da CEPAL, N° 48, maio de 2001.

Convocada pela UNICEF, a OEA participou da Reunião da Comissão Interagencial de Seguimento da Cúpula Mundial para a Infância, realizada em 27 de março de 2001, a fim de preparar o Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da ONU para a Infância. A convite da OPAS, a OEA apresentou o trabalho “Enfoque de direitos e políticas para a infância”, na Reunião de Peritos sobre Saúde e Desenvolvimento Integral da Infância: Uma Proposta de Plano Regional para as Américas, realizada em 6 de setembro de 2001.

Cooperação acadêmica

Pelo segundo ano consecutivo, a OEA efetuou uma exposição na Segunda Conferência Internacional sobre os Direitos de Educação da Criança, organizada pela Universidade de Victoria, Canadá, de 18 a 22 de agosto de 2001.

Cooperação com outras unidades da OEA

A pedido da Unidade para a Promoção da Democracia, a UDSE participou do Fórum Interparlamentar das Américas, realizado de 7 a 9 de março de 2001, onde assessorou o grupo de trabalho encarregado do tema “Realização do potencial humano”.

Educação

Em cumprimento a mandatos da Segunda e Terceira Cúpulas das Américas, e em sua qualidade de Secretária Técnica da Segunda Reunião dos Ministros da Educação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), a Unidade participou da identificação dos desafios educacionais e de melhores práticas para a cooperação horizontal, a saber:

- A Unidade, em coordenação com a AICD, convocou cinco reuniões sub-regionais entre maio e agosto de 2001, para analisar e propor os mecanismos que garantam a implementação das iniciativas constantes do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas. Peritos em educação e cooperação internacional dos países membros apresentaram programas de educação a serem oferecidos no contexto da cooperação horizontal e destinados a compor uma “carteira permanente de programas consolidados”. Apresentou-se também o Portal da Educação das Américas (www.educoea.org) e analisaram-se as necessidades de formação de recursos humanos em educação que poderiam beneficiar-se do uso desse Portal.
- Criação da Comissão Interagencial em Educação, em atendimento aos objetivos educacionais da Terceira Cúpula das Américas. A Comissão reuniu-se em 6 e 7 de agosto de 2001, com a presença de representantes da Organização dos Estados Ibero-

Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), do BID, do Banco Mundial, do UNICEF, da SECAB e do Fundo das Nações Unidas para Atividades da População. Cada entidade especificou sua contribuição a cada um dos temas do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas. Elaborou-se uma matriz para dar a conhecer aos Ministros da Educação as áreas de apoio por organismo. Propôs-se também a formulação de uma estratégia de alcance regional em apoio aos compromissos de Dacar e da Terceira Cúpula das Américas.

- A Unidade participou da Reunião Preparatória da Segunda Reunião dos Ministros da Educação das Américas, convocada pela Secretaria de Educação Pública do México, na qualidade de coordenadora do tema educacional e do seguimento dos acordos da Segunda Cúpula das Américas. A Unidade foi confirmada como Secretaria Técnica do G-11 e responsável pelo seguimento dos acordos da Terceira Cúpula das Américas em matéria de educação.
- A Unidade participou, em setembro, da Reunião de Ministros da Educação da América Central. O objetivo da reunião foi avaliar os avanços da sub-região no que se refere aos compromissos da Segunda Cúpula e analisar os acordos da Terceira Cúpula das Américas.
- A Unidade participou da Reunião dos Ministros da Educação do MERCOSUL, realizada em Montevideu, em 23 de setembro de 2001, a fim de analisar os acordos prévios à Segunda Reunião dos Ministros da Educação no âmbito do CIDI.
- A Unidade apoiou a realização da Segunda Reunião dos Ministros da Educação no âmbito do CIDI, realizada em Punta del Este, em 24 e 25 de setembro. Nessa reunião, a Unidade foi confirmada como Secretaria Técnica, responsável pela promoção de mecanismos de cooperação horizontal, a facilitação de intercâmbio de experiências e a manutenção da comunicação entre os países membros.

Os Ministros da Educação e Chefes de Delegação aprovaram as prioridades em educação constantes do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas em cinco áreas substantivas: 1) equidade e qualidade; 2) gestão, descentralização, participação social e atualização docente; 3) jovens, educação secundária e certificação de aptidões vocacionais; 4) educação superior, ciência e tecnologia e mobilidade acadêmica; e 5) novas tecnologias a serviço da educação. Aprovaram também a Declaração de Punta del Este e a Declaração contra a Violência, em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro, e adotaram as resoluções sobre propostas de projetos em educação e mecanismos de seguimento. Em relação a estes últimos, mencionou-se a possível criação da Comissão Interamericana de Educação, incumbindo-se esta tarefa ao México, na qualidade de coordenador do G-11 e encarregado do seguimento dos acordos da Segunda Cúpula das Américas.

Paralelamente, a Unidade trabalhou nas áreas técnicas apresentadas a seguir:

Carteira permanente de programas consolidados

Identificação dos programas de educação que possam ser oferecidos para fins de cooperação horizontal e reunidos numa carteira permanente composta de 19 programas. Nestas bases, realizou-se uma consulta hemisférica para a elaboração de uma matriz de oferta e demanda de programas educacionais, a fim de dar início à cooperação horizontal.

Diagnóstico continental em matéria de educação e desenvolvimento social

Identificação dos problemas principais para facilitar a reflexão sobre a importância de uma política social sustentada no Hemisfério e acompanhada de crescentes investimentos. Fundamentam o estudo a análise dos indicadores de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os estudos de pobreza da CEPAL e do Banco Mundial, os indicadores de emprego e desemprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os indicadores de educação preparados pelo Chile/UNESCO-OREALC (PRIE) e do Sistema de Indicadores Comparáveis sobre Mercados de Trabalho (SISMEL).

Apoio às iniciativas dos países sobre educação e desenvolvimento da primeira infância

A Unidade prestou apoio técnico ao Ministério da Educação de El Salvador na realização de pesquisas sobre o tema.

Cooperação com outras agências e organismos internacionais

- *Programa de Cooperação OEA/UNESCO*: apoio aos Estados nos acordos de “Educação para todos” de Dacar e da Cúpula das Américas
- *Programa de Cooperação OEA/OEI*: assinatura de um acordo de cooperação com a OEI em fevereiro de 2001, sobre qualidade da educação, equidade e desenvolvimento infantil e preparação de agentes educacionais
- *Programa de Cooperação OEA/Banco Mundial/UNICEF sobre educação e desenvolvimento infantil*: criação de uma página em rede de educação e desenvolvimento infantil
- *Programa de Cooperação OEA/OPAS*: apoio aos países para alcançar uma educação de qualidade com ênfase em populações vulneráveis
- *Programa de Cooperação OEA/Fundação Bernard van Leer/Governo de Israel*: assessoramento especializado em educação infantil
- *Programa de Cooperação OEA/Universidade de Maryland*: obteve-se financiamento para o projeto *Strengthening Democracy in the Americas: Values, Citizenship and the Role of Education*, na fase correspondente a 2002

- *Programa de Cooperação OEA/Harvard University-Rockefeller Center*: convênio com o *Rockefeller Center for Latin American Studies*, da Universidade de Harvard, para que estudantes de pós-graduação das escolas de Educação e Governo participem da identificação e sistematização de melhores práticas nas áreas temáticas da Unidade.
- *Programa de Cooperação OEA/Harvard Graduate School of Education*: oferta de um seminário sobre equidade e qualidade da educação, no âmbito dos compromissos da Terceira Cúpula das Américas.

Emprego e desenvolvimento trabalhista

O Programa de Emprego e Desenvolvimento Trabalhista apoiou os esforços das conferências dos Ministros do Trabalho realizadas no âmbito do CIDI. As conferências giram em torno das dimensões trabalhistas do processo da Cúpula das Américas e dos desafios enfrentados pela modernização dos Ministérios do Trabalho. Em função das suas recomendações, realizaram-se as seguintes atividades:

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Modernização dos Ministérios do Trabalho

O Grupo, estabelecido na Décima Primeira Conferência de Viña del Mar, reuniu-se de 4 a 6 de abril de 2001. Nesta Terceira Reunião, analisaram-se as experiências em matéria de inspeção do trabalho e justiça do trabalho no Brasil e na Argentina, revisou-se a execução de projetos de cooperação horizontal entre os países participantes do Grupo e discutiu-se a proposta de agenda da Décima Segunda Conferência, realizada no Canadá, em outubro de 2001.

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Globalização e os Processos de Integração

Com a participação de 12 países, o Grupo reuniu-se pela terceira vez em Santa Cruz de la Sierra, de 25 a 27 de abril de 2001, para discutir os aspectos trabalhistas dos processos de integração da União Européia, do MERCOSUL e da NAFTA. No caso da União Européia, analisou-se a harmonização das legislações e a criação do Direito Trabalhista Comunitário. No caso do MERCOSUL, analisou-se o desenvolvimento de mecanismos destinados a proteger os trabalhadores e, no caso da NAFTA, estudou-se a harmonização das normas trabalhistas dos países signatários.

Reunião Técnica Preparatória da Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho

A Reunião realizou-se em 12 e 13 de julho, em Miami, com a participação de representantes de 30 países, de empregadores e sindicatos, de organismos internacionais e de um país observador. A Reunião foi preparada pelo Canadá, com o apoio da Unidade como Secretaria Técnica da Conferência. Na Reunião, tomou-se nota do progresso da execução do Plano de Ação de Viña del Mar e acordou-se o projeto de Declaração e Plano de Ação de Ottawa.

Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho

A Conferência realizou-se em Ottawa, de 17 a 19 de outubro de 2001, com a participação de delegados de 33 Estados membros, entre os quais 26 Ministros do Trabalho. Fizeram-se presentes à reunião representantes dos empregadores e sindicatos, de organismos internacionais e de países observadores e convidados especiais. A OEA participou da preparação e organização da Conferência, em conjunto com o Governo do Canadá e com o apoio do Chile, como presidente *pro tempore* da Décima Primeira Reunião, e do Brasil, que deverá presidir a Décima Terceira Conferência, a ser realizada em 2003.

Os ministros acordaram em que a globalização deve gerar desenvolvimento social e econômico para que todos os habitantes da região alcancem melhores níveis de vida sem exclusão nem discriminação, e reconheceram a contribuição dos seus ministérios para a geração de emprego e o estabelecimento de mecanismos de proteção social. Assinalaram a importância do diálogo social para o desenvolvimento trabalhista do Hemisfério e reconheceram a necessidade de modernizar, no campo jurídico, a legislação e as normas trabalhistas. Afirmaram a necessidade de combater o desemprego, apoiar a educação, o treinamento e a formação vocacional, estabelecer mecanismos para evitar a discriminação da mulher no trabalho e apoiar a abolição do trabalho infantil no Continente. A Décima Segunda Conferência, ademais de aprovar a Declaração e Plano de Ação de Ottawa, adotou um pronunciamento contra os ataques terroristas de 11 de setembro e uma declaração de apoio ao processo de paz na Colômbia. A Conferência continuará com o Grupo sobre a Dimensão Trabalhista do Processo das Cúpulas das Américas e o Grupo sobre Fortalecimento das Capacidades dos Ministérios do Trabalho.

A Unidade desenvolveu as seguintes atividades adicionais de natureza técnica:

- *Cooperação Interagencial OEA/OIT*: participação na Reunião Técnica de Avaliação do Projeto USA-OIT de apoio à Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho, realizada em Lima, de 3 a 5 de setembro, para melhorar a coordenação entre os organismos que apoiam os compromissos decorrentes da Décima Segunda Conferência dos Ministros do Trabalho.
- *Cooperação técnica horizontal*
 - Assinatura do acordo operacional entre a Secretaria do Trabalho e Previdência Social do México e o Conselho dos Ministros do Trabalho da América Central, Belize, Panamá e República Dominicana, para apoiar a cooperação horizontal entre os nove países em matéria de normalização e certificação de aptidões para o trabalho.
 - Apoio à sistematização e avaliação do Sistema de Indicadores Comparáveis sobre Mercados de Trabalho, coordenado pelo Peru e a ser futuramente transferido para a presidência *pro tempore* do Uruguai, como mecanismo de acompanhamento continental dos mercados de trabalho na região.
 - Em 2001, a entidade *Young Americas Business Trust* (YABT) estabeleceu associações com organizações privadas e governamentais em benefício de jovens empresários, colaborando com o Projeto do Caribe da Universidade de Georgetown, a Subsecretaria de Igualdade de Oportunidades de Buenos Aires, a

Missão Observadora Permanente de Israel, a Conferência das Primeiras Damas das Américas, os Voluntários Internacionais da Flórida, os Voluntários das Américas, o Foro de Líderes Empresários do Príncipe de Gales e a *Southeastern Louisiana University*. Com a Argentina, o YABT produziu um programa de televisão do qual participaram jovens empresários, que foi transmitido durante seis meses para toda a América Latina pela televisão a cabo.

Cultura

Participação em Reuniões Ministeriais de Cultura no âmbito de outros organismos internacionais

- *Fórum dos Ministros e Responsáveis pelas Políticas Culturais da América Latina e do Caribe*, auspiciado pela UNESCO/OREALC e pelo Governo da República Dominicana. Aprovou-se a Declaração de Santo Domingo, que reconhece a importância da diversidade cultural americana, especialmente do seu patrimônio tangível e intangível.
- *Quinta Conferência dos Ministros da Cultura da Ibero-América*, preparatória da Cúpula Ibero-Americana de Presidentes em Lima, organizada pelo Governo do Peru, a Secretaria Executiva de Cúpulas Ibero-Americanas e a OEI. A Conferência realizou o seguimento de seus mandatos, planejou suas novas atividades e aprovou seus projetos.
- *Reunião Anual da Organização CARIMOS* (Organização do Grão Caribe para os Monumentos e Sítios). A convite dessa organização, a Unidade fez uma apresentação sobre as atividades da OEA no campo do patrimônio imóvel.

Apoio técnico aos Estados membros

- Assessoramento a Estados membros da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente sobre o tema do tráfico ilícito de bens culturais.
- Assessoramento aos Estados membros para a convocação da Primeira Reunião dos Ministros da Cultura no âmbito do CIDI. Participação nos trabalhos preparatórios da CEPCIDI, mediante a elaboração dos diferentes documentos de base e de referência a serem apresentados nessa reunião. Apoio ao Governo do Canadá na elaboração e tabulação de um questionário sobre a agenda e a metodologia da Reunião de Ministros, bem como sobre a metodologia a seguir no processo de preparação da reunião.

Publicações

Como parte das suas atividades de promoção e enriquecimento dos intercâmbios e coleções culturais das Américas, a Unidade e o Instituto Cultural Mexicano produziram o livro *Homenaje a Octavio Paz*. Publicou-se o estudo cultural *Las Industrias Culturales en la Economía de América Latina: Situación Actual y Perspectivas en el Marco de la Globalización*, em espanhol e inglês.

Relações com outras organizações

- Assinatura de um acordo de cooperação com o Instituto Ítalo-Latino-Americano, para promover a colaboração desta organização em projetos e fontes de financiamento.

- Preparação de um acordo de cooperação com a organização *Youth Orchestras of the Americas* do Conservatório da Nova Inglaterra, Estados Unidos.
- Assinatura de um acordo de cooperação com a organização *CARIMOS Monumentos y Sitios* do Grão Caribe e a Orquestra de Câmara do Rio de Janeiro.
- Colaboração com o Museu de Arte das Américas para vincular os museus da região e recomendação para estreitar vínculos com o Instituto Latino-Americano de Etnomusicologia e Folclore.
- Planejamento, com a *Southeastern Louisiana University*, de um seminário para artesãos do Panamá em janeiro de 2002, com ênfase na capacitação de mão-de-obra especializada e no ensino de técnicas de comercialização.
- Organização de uma reunião com dirigentes da Confederação de Artesãos Unidos da Sub-Região Andina e o Conselho Andino e Latino-Americano de Artesanatos e Artes Populares.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 96-6, de 28 de junho de 1996. É a principal entidade da Secretaria-Geral encarregada dos assuntos diretamente relacionados com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Sua finalidade é apoiar as atividades da Organização, seus órgãos e entidades, na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente na região. Formula, avalia e executa os projetos de cooperação técnica em suas áreas de competência e presta assessoramento e apoio técnico em aspectos referentes ao desenvolvimento sustentável, incluindo os programas orientados para o desenvolvimento da legislação sobre meio ambiente, a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis e a educação ambiental.

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) atuou nas áreas do processo de cúpulas hemisféricas e no seguimento do Plano de Ação de Santa Cruz, adotado pela Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável (Santa Cruz de la Sierra, dezembro de 1996). Em 2001, suas atividades desenvolveram-se de acordo com as resoluções das Assembléias Gerais da Organização e os mandatos do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, aprovado no Vigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Lima, em junho de 1997.

No momento, a Unidade está executando uma carteira de projetos no montante de US\$49 milhões, mais de 90% dos quais financiados com recursos de fontes externas da OEA. A página da Unidade na Internet continua a ser atualizada, com a incorporação das principais atividades em execução e seus vínculos. Seu endereço eletrônico é <http://www.oas.org/usde>.

Atividades relacionadas com a Cúpula de Santa Cruz

A Unidade continuou suas atividades de coordenação e seguimento do Plano de Ação de Santa Cruz e apoiou o Grupo de Trabalho da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), da CEPACI, na preparação da reunião de Santa Cruz+5. Para avaliar a execução do Plano de Ação, preparou uma matriz a ser completada em cada país, que servirá de base para o processo de consultas e discussões prévias à Reunião Santa Cruz+5, a realizar-se em Washington, D.C., em fevereiro de 2002.

Em cumprimento aos mandatos relativos ao Plano de Ação de Santa Cruz incluídos no Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, a Unidade realizou as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de um programa para a implementação da Estratégia Interamericana de Promoção da Participação Pública no Processo Decisório sobre Desenvolvimento Sustentável (ISP), de acordo com a resolução CIDI/RES. 98 (V-O/00). A Unidade preparou várias propostas de apoio financeiro ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), à UNESCO, à Fundação *Bill and Melinda Gates*, à Fundação *Turner* e ao Governo da França.
- Apoio à Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN) e a criação da página da Internet. As atividades de apoio à IABIN mediante um projeto financiado pelo FMAM estão em andamento, e 26 dos 34 pontos focais aprovaram o projeto. O

Estatuto da IABIN foi aprovado pelo Conselho Executivo e pelos pontos focais e elegeram-se o Comitê Diretor. Em julho de 2000, a Colômbia apresentou à OEA/FEMCIDI o projeto Protótipo de Catálogo para a Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade, que servirá de base para a IABIN, já que facilitará o intercâmbio de informação sobre biodiversidade e será utilizado como instrumento para a educação e o processo decisório nas Américas.

- Planejamento e estruturação do Fórum Interamericano sobre Direito Ambiental (FIDA) e realização de mesas-redondas sobre as políticas de água na América Latina, das quais participaram peritos em políticas de gestão de recursos hídricos, com o apoio da Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH), da USAID, do Banco Mundial e do BID.
- A Unidade prestou assistência técnica ao Ministério do Meio Ambiente e à Secretaria de Recursos Hídricos do Brasil para a realização do Quarto Diálogo Interamericano sobre Gestão de Águas, de 2 a 6 de setembro, em Foz do Iguaçu. Apoiou o Governo do Brasil na preparação de um perfil de projeto destinado ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), para fortalecer a Rede Interamericana de Recursos Hídricos. Convocou o Comitê Internacional de Organização do Quarto Diálogo, apoiou a definição do seu programa, formulou propostas de projetos para o seguimento das conclusões do evento e gestionou fundos para o seu financiamento.
- Em seguimento ao Ponto II.4 do Plano de Ação de Santa Cruz, do Ponto 4.4 do PIDS e da resolução CIDI/CIDS/RES. 3 (II-O/99), a Unidade executou projetos especiais que definem as políticas nacionais e regionais de gestão integrada de recursos hídricos e zonas costeiras em vários países das Américas. Esses projetos formam uma carteira de aproximadamente US\$30 milhões. Além disso, gestionou junto ao FMAM e ao Banco Mundial o primeiro projeto mundial do Fundo para a Gestão de Lençóis Freáticos, destinado a proteger o Sistema Aquífero Guarani, compartilhado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O projeto, aprovado pelos países, solicitou uma doação de aproximadamente US\$14 milhões e será iniciado em 2002, mediante acordo com o Banco Mundial.

Cúpula de Québec, Canadá

Em cumprimento aos mandatos da Terceira Cúpula das Américas, realizada em Québec, a Unidade levou a cabo as gestões necessárias para “organizar uma reunião de nível ministerial antes do fim do ano 2001, na Bolívia, por ocasião do quinto aniversário da Cúpula de Santa Cruz de la Sierra, de 1996, e apresentar contribuições para a Cúpula do Rio+10, em 2002 ...”. Também deu cumprimento às resoluções da Segunda Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) [CIDI/CIDS/RES. 8 (II-O/99)], que recomendou a realização de uma reunião de alto nível para “ampliar a implementação do desenvolvimento sustentável no Hemisfério ...” e solicitou que fosse endossada a convocatória da Reunião Ministerial de Alto Nível para Santa Cruz+5 para que, juntamente com a Reunião da CIDS, atue como comissão preparatória dessa Reunião, e sugeriu que a Reunião Ministerial de Alto Nível sirva para preparar a Reunião Hemisférica Rio+10.

Atividades de cooperação técnica

Recursos hídricos e ecossistemas transfronteiriços

A Unidade deu seqüência ao processo de fortalecimento da cooperação técnica aos Estados membros para a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos em bacias transfronteiriças e zonas costeiras. A Unidade faz parte da Comissão Diretora do Projeto FMAM Bloco B, denominado “Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento”.

O Plano Estratégico de Ação para a Bacia Binacional do Rio Bermejo (PEA), preparado com a cooperação da Unidade, foi aprovado pelo FMAM e teve iniciada a sua execução, cujo montante se eleva a US\$11,4 milhões. Em maio, realizou-se em Washington, D.C. a primeira reunião do Conselho Diretor, com a participação do PNUMA e a Secretaria do FMAM.

Os projetos de gestão das bacias dos rios Alto Paraguai e São Francisco, no Brasil, passaram a ser executados pela Agência Nacional de Águas, do Brasil, com o apoio da Unidade e com financiamento do FMAM e do PNUMA, mediante uma doação de US\$11 milhões.

Na Costa Rica e na Nicarágua, continuou a execução do Plano Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira (CRSJ), que conta com um financiamento de US\$4 milhões do FMAM. O Conselho Diretor deste projeto realizou duas reuniões, avançou nos termos de referência e deu início à execução dos projetos de demonstração, a cargo de instituições acadêmicas, da sociedade civil e de governos nacionais e municipais.

Em julho, a Unidade finalizou a preparação do Projeto Sistema Aquífero Guarani, que deverá receber um financiamento de US\$14 milhões do FMAM, encaminhando-o à consideração, aprovação e apresentação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O montante total do projeto é de US\$26 milhões, e seu início está previsto para junho de 2002. Os países selecionaram a Unidade como entidade executora junto ao Banco Mundial (Agência de implementação do FMAM).

Com a assistência técnica da Unidade, os governos centro-americanos executaram o projeto de cooperação solidária “Ações Estratégicas para Fortalecer a Política de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas na América Central”, financiados com fundos do FEMCIDI 2000.

A Direção da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF) convidou a Unidade para participar da preparação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP), a ser iniciado em fevereiro de 2002. O custo desse plano é calculado em US\$1,1 milhão.

A Unidade apoiou as atividades de elaboração de um projeto quadro para a gestão da Bacia do Prata, para cujo fim realizou, em setembro, uma reunião em que representantes dos cinco países da Bacia do Prata acordaram um programa de trabalho.

Por outro lado, prorrogou-se até fevereiro de 2002 a execução do projeto Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira (PRODEAM) que deveria concluir-se em 28 de junho de 2001, e reforçou-se sua execução no valor total de US\$5.092.000.

Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH)

A Unidade operou como Secretaria Técnica da Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH), o que facilitou o intercâmbio de experiências e informação técnica por intermédio de 30 pontos focais designados pelos Estados membros. Neste período a Rede preparou o Quarto Diálogo Interamericano de Gestão de Águas, realizado em Foz do Iguaçu. Participaram do evento mais de 1.100 especialistas de todos os países das Américas, bem como da Europa e da Ásia. O Quarto Diálogo foi reconhecido no processo mundial de preparação do Terceiro Foro Mundial da Água, a realizar-se no Japão, em março de 2003. Com um financiamento de US\$80.000, o Governo japonês auspiciou, por intermédio da Unidade, a participação dos 30 pontos focais da Rede no Diálogo, assim possibilitando a emissão da Declaração de Foz do Iguaçu e dos relatórios técnicos da Reunião.

Planejamento para a adaptação à mudança climática global

O projeto Caribe: Planejamento para a adaptação à mudança climática global (CPACC) está no seu quarto ano de execução, e sua conclusão está prevista para dezembro de 2001. Em atendimento a um pedido formulado pela região no sentido de se desenvolver um mecanismo permanente de atenção aos temas da mudança climática, a UDSMA e a Unidade Regional executora do Projeto CPACC estão trabalhando com a Secretaria da Comunidade do Caribe (CARICOM) para ampliar o estabelecimento de um centro caribenho para a mudança climática. Além disso, levando em conta o aumento da importância da mudança e da variedade climática e seus impactos sobre o desenvolvimento sustentável dos pequenos Estados insulares, a Unidade, em conjunto com o Banco Mundial, executa o projeto Adaptação da Corrente Maior ao Câmbio Climático, do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) PDF-B, como projeto de seguimento do CPACC. Este projeto atenderá às necessidades críticas dos setores sócio-econômicos do Caribe, tais como os do turismo, energia, saúde, agricultura e água, desenvolvendo planos estratégicos a longo prazo.

Projeto de mitigação de desastres no Caribe

A Unidade executou o projeto Mitigação de Desastres resultantes do Furacão Georges (PGDM), em Saint Kitts e Nevis e em Antígua e Barbuda. O projeto é financiado por uma subvenção de cooperação entre a USAID e a OEA, no valor de US\$1,5 milhão. Como apoio à preparação de planos e políticas nacionais para mitigar as situações de perigo, o projeto completou a avaliação da vulnerabilidade de cada país e dos perigos representados por marés, tempestades, ventos perigosos, erosão costeira, secas, inundações insulares e ameaças vulcânicas.

Mediante o Programa de Treinamento em Desenho de Infra-Estrutura Costeira, Construção e Manutenção (CDCM), financiado pela USAID, a Unidade trabalhou com a Faculdade de Engenharia da Universidade das Índias Ocidentais (UWI), na preparação de um programa de capacitação de engenheiros em desenho, construção e manutenção da infra-estrutura costeira.

Mitigação de desastres na América Central

Em janeiro de 2001, iniciou-se a quinta etapa do projeto Alerta sobre Inundações e Redução da Vulnerabilidade em Pequenos Vales da América Central, em coordenação com a Federação de Municipalidades do Istmo Centro-Americano, o Centro de Coordenação para a Prevenção de Desastres Naturais na América Central (CEPREDENAC) e o Comitê Regional de Recursos Hídricos do Istmo Centro-Americano.

A Unidade executou o projeto Rede de Observação do Nível de Água na América Central (RONMAC), financiado pela USAID por intermédio da Administração Nacional de Oceanos e da Atmosfera (NOAA), em resposta às conseqüências do Furacão Mitch em quatro países da América Central.

No âmbito do Programa Redução da Vulnerabilidade do Setor da Educação, realizou-se um seminário prático sobre Reconstrução de Escolas na América Central e o Plano para a Redução de Desastres no Setor da Educação (EDUPLANhemisférico) com a participação das instituições que operam nos níveis comunitário, educacional, administrativo e/ou geográfico.

A Unidade, em coordenação com a Secretaria de Integração Econômica na América Central (SIECA), o CEPREDENAC e o Departamento de Transportes dos Estados Unidos (USDOT), levou a cabo o estudo da vulnerabilidade das rodovias da América Central em face de riscos naturais.

Corredores de comércio

O Programa de Capacitação e Pesquisa do Projeto de Desenvolvimento de Corredores de Comércio (PROCORREDOR) incluí projetos regionais de formação e pesquisas de campo sobre temas complementares, para assessorar os governos, manter consultas com o setor privado e preparar a próxima geração de especialistas em desenvolvimento de corredores de comércio. Os centros que colaboram com o PROCORREDOR a partir da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Honduras, Peru e Uruguai participaram da Conferência Hemisférica sobre Redução da Vulnerabilidade dos Corredores de Comércio aos Desastres Socionaturais (TCC), realizada em Mendoza, Argentina, em março de 2001.

Energia Renovável nas Américas

A Secretaria Técnica da Iniciativa de Energia Renovável nas Américas (EREA) colaborou com o Governo de Santa Lúcia na preparação de um plano de energia sustentável. O plano estabelece políticas mediante as quais Santa Lúcia transformará o seu setor energético para a identificação de fontes internas de energia renovável. O Primeiro-Ministro apresentou o plano à consideração de seu Gabinete.

Por outro lado, a Unidade realizou atividades na Guatemala com o apoio recebido do Ministério da Energia para a análise e a formulação de legislação em matéria de energia renovável. A EREA, que é a unidade técnica líder do estabelecimento da Iniciativa sobre Energia e Conectividade Rural, apóia o exame e a preparação de normas em energia renovável. A EREA colabora com a Iniciativa sobre Energia Sustentável para as Ilhas, em conjunto com *The Climate Institute* e *Winrock International*. Essa iniciativa, lançada em colaboração com a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (IACD), oferecerá conexões de telecomunicações, automatização e eletricidade para escolas e outros serviços comunitários nas populações rurais.

UNIDADE INTERSETORIAL DE TURISMO

A Unidade Intersetorial do Turismo foi estabelecida pela Ordem Executiva Nº 96-7, a fim de estimular o desenvolvimento turístico interdisciplinar, fortalecer e estabilizar a cooperação funcional com outras organizações regionais e internacionais, revitalizar o Congresso Interamericano de Turismo (CIT) e conduzir a cooperação técnica e os programas de treinamento para promover o desenvolvimento sustentável nos Estados membros.

Educação e treinamento

Manuais educativos para escolas

Em cumprimento ao mandato do Programa Interamericano para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo, a Unidade Intersetorial de Turismo colaborou com a Organização de Turismo do Caribe (OTC) na preparação de manuais educativos para as escolas primárias e secundárias. A OEA financiou a contratação de dois consultores, que completaram a publicação *Módulos de Capacitación en Turismo para Escuelas Primarias*. Um segundo módulo para escolas secundárias também foi completado e está em fase de impressão.

Treinamento em educação e conscientização na América Latina

Este programa procura educar os sócios turísticos a respeito da importância do turismo como produto na América Central. O programa está sendo implementado em associação com a *Continental Airlines* e inclui Honduras, Costa Rica, Guatemala, Nicarágua, Panamá e Belize.

Desenvolvimento do turismo

No período analisado, a Unidade concluiu as negociações e recebeu, em março de 2001, a aprovação de financiamento da USAID para dar marcha ao Programa da Pequena Empresa Turística, financiado por esta agência. O Programa da Pequena Empresa Turística foi concebido em resposta ao desempenho deficiente e à baixa rentabilidade das pequenas propriedades e à exigência do mercado em matéria de atenção aos aspectos ambientais no planejamento e na gestão de negócios turísticos.

O programa reconhece que as pequenas propriedades representam uma significativa parcela do alojamento e contribuem para a geração de emprego em vários países membros da OEA. Além disso, as pequenas propriedades representam consideráveis investimentos de capital, possibilitados em boa parte por instituições financeiras nacionais locais. No âmbito do programa, completaram-se os seguintes trabalhos correspondentes à etapa de análise:

- *Desenvolvimento de marcas e padrões para hotéis e empresas auxiliares no setor turístico*. Elaboração de marcas e padrões para o subsetor hoteleiro, tendo como objetivo principal o grupo de pequenos hotéis. É intenção do projeto que os centros de alojamento identifiquem o tipo de produto que oferecem no mercado, para cujo fim realizaram-se reuniões com técnicos, agentes de viagens, operadores turísticos e outros sócios da indústria do turismo. Para a segunda fase, prevê-se que essa informação seja compartilhada com o setor hoteleiro em 2002 e que se adotem marcas e padrões que melhor categorizem os hotéis, incrementando o seu potencial de comercialização segundo

as demandas dos operadores turísticos da Europa e da América do Norte. Outro componente do projeto estará centrado no desenvolvimento de normas para a operação de atrações turísticas, esperando-se que isto se realize em colaboração com os ministérios e instituições regionais encarregados da atividade turística.

- *Desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental.* Este componente gira em torno do uso da água e da energia, das descargas e da gestão de dejetos sólidos pelos próprios hotéis ou outros negócios do setor. Seu objetivo é reduzir os custos operacionais e atrair os turistas interessados em passar suas férias em lugares que respeitam o meio ambiente. O projeto piloto foi implementado nos países da Organização dos Estados do Caribe Oriental e em Barbados. A Unidade Intersetorial de Turismo espera completar 200 inspeções em 2002, que serão realizadas em colaboração com a Aliança Caribenha para o Turismo Sustentável (CAST).

Sistemas de informação e transferência de tecnologia

Desenvolvimento de um sistema baseado na Internet

O desenvolvimento deste sistema visa a dar aos hotéis e demais negócios participantes do Programa da Pequena Empresa Turística maior exposição aos mercados. A parte central deste projeto é o portal www.Caribbeanexperiences.com, que será utilizado para ajudar os hotéis e outros negócios turísticos na distribuição de seus produtos on-line.

Assistência em tecnologia

Mais de 400 hotéis de 13 países conseguiram melhorar sua tecnologia de automatização, inclusive com a criação de páginas em rede para comercializar e sistematizar certas operações administrativas, tais como contabilidade e o sistema de reservas. O projeto beneficiou-se da participação de *Net Corps America* e *Net Corps Canada*, e o pessoal hoteleiro beneficiou-se de um programa de treinamento em gerência, oferecido por meio dos Serviços Executivos do Canadá para o Estrangeiro (CESO).

Lançamento da página em rede “Caribbeaninnkeeper.com”

Este projeto oferece informação aos operadores de hotéis e a pessoas ligadas à indústria turística sobre operação de negócios turísticos, oferecida por meio da Internet. A criação desta página foi possibilitada pela cooperação do Banco de Desenvolvimento do Caribe e da Associação Hoteleira do Caribe. Nessa etapa, melhorou-se o conteúdo e a interface da página em rede.

O Centro Virtual de Recursos é complementado pelo estabelecimento de centros físicos de recursos nos países participantes do Programa da Pequena Empresa Turística. Em fevereiro de 2002, inauguraram-se seis centros, devendo os seis restantes ser inaugurados no fim do ano. Os centros oferecerão vídeos e materiais de treinamento, equipamento de automatização, televisores e vídeo-cassetes.

Desenvolvimento de “ferramentas” de instrução

Este projeto abrange a produção de melhores práticas sob a forma de “ferramentas” de instrução. Estas incluem melhoria dos alojamentos, gestão ambiental e financeira, planejamento de negócios, localização de propriedades, preços competitivos e melhoria da rentabilidade. Prevê-se que a aplicação

de algumas das práticas demonstradas sirva para melhorar a eficiência operacional dos negócios no setor turístico.

Atividades na América Central

A Unidade apoiou os esforços de desenvolvimento do turismo na América Central em três áreas principais:

- Concepção, desenvolvimento e preparação de uma proposta de projeto de assistência regional a pequenos hotéis, semelhante à que está sendo executada atualmente na região do Caribe.
- Apoio à campanha promocional da América Central, em sociedade com a *Continental Airlines*.
- Apoio ao Governo do Panamá na preparação e execução de planos de desenvolvimento regional no país, financiados pelo Instituto Panamenho de Turismo.

Projeto de assistência regional a pequenos hotéis

Devido ao êxito do Projeto Caribenho de Pequenos Hotéis, a Unidade foi convidada a trabalhar em conjunto com os Governos da América Central, por intermédio da Gerência de Projetos Turísticos (GEPROTUR), entidade encarregada da promoção e comercialização do sistema de Integração da América Central (SICA), no sentido de planejar e implementar a busca de financiamento do Projeto Centro-Americano de Desenvolvimento de Pequenos Hotéis.

Por intermédio da GEPROTUR, a Unidade trabalhou com os Escritórios Nacionais de Turismo da Costa Rica, Belize, Nicarágua, Honduras, Guatemala e Panamá no desenvolvimento de um projeto a ser submetido ao estudo da respectiva Comissão Especializada Não-Permanente (CENPE) da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).

Recentemente, a diretoria do Instituto de Turismo da Costa Rica (ICT) destinou US\$100 mil para a implementação do Projeto de Desenvolvimento do Café e do Turismo, para tanto contando com a ajuda da Unidade. Os objetivos do projeto incluem a diversificação da base econômica da Província de Los Santos, bem como a introdução do turismo nas comunidades que se dedicam ao cultivo do café. Essa iniciativa foi bem recebida, considerando a queda das cotações do café no ano passado.

Além disso, o Governo da Guatemala, por meio do Instituto Guatemalteco do Turismo (INGUAT), apresentou uma proposta de projeto e a versão preliminar de um acordo com a Secretaria-Geral da OEA. A proposta inclui o diagnóstico e a determinação de necessidades do Programa de Assistência a Pequenos Hotéis na Guatemala. Por sua vez, o Governo da Nicarágua indicou que estaria disposto a apoiar, mediante financiamento, o início da implementação do projeto. Outros Estados membros da América Central comprometeram-se a participar do projeto, mas ainda não asseguraram financiamento para o mesmo.

Campanha promocional com a empresa *Continental Airlines*

Este é o quarto ano consecutivo e o mais bem-sucedido da campanha promocional auspiciada pela empresa *Continental Airlines*. Nos últimos três anos, o programa ofereceu seminários promocionais nos Estados Unidos, no Canadá e nos países de destino, visando a familiarizar os agentes de viagens com os produtos turísticos dos países participantes. Neste período, grupos de agentes de viagens da América do Norte foram levados a El Salvador, Costa Rica, Guatemala, Belize, Honduras e Panamá, onde participaram de seminários destinados a melhor prepará-los para vender os produtos turísticos dos países. Para tudo isso, os Estados membros ofereceram todas as facilidades, inclusive refeições e transporte local, a *Continental Airlines* ofereceu as viagens internacionais e a Unidade Intersetorial de Turismo encarregou-se da logística, da organização e da gestão da campanha. Os Ministros do Turismo dos países participantes e o SICA também ofereceram seu apoio ao programa, que voltará a ser realizado em 2002 graças a sua boa acolhida.

Outras atividades na América Latina

No período analisado, a Unidade Intersetorial de Turismo manteve conversações com a Organização Maya, apoiando-a na apresentação de uma proposta ao CENPE, que foi favoravelmente recebida. Continuam as conversações com o SICA e o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN) visando a desenvolver algumas atividades conjuntas.

Envolvimento de populações indígenas no turismo

Está em fase de preparação um projeto que envolve as populações indígenas da Dominica, de São Vicente e de Belize no setor do turismo. Espera-se que as pesquisas, realizadas na etapa de análise, sejam utilizadas no desenho do projeto.

Turismo esportivo

Realizaram-se pesquisas visando a preparar um projeto que maximize os benefícios e incentivos econômicos do turismo esportivo.

Certificação de trabalhadores industriais

A Secretaria-Geral da OEA concedeu ao Instituto Educativo da Associação Americana de Hospedagem e Hotelaria uma licença para o uso de seus materiais de capacitação e certificação, bem como padrões de treinamento e certificação de empregados de hotéis. Dado que esses padrões são reconhecidos e aceitos internacionalmente, a certificação do pessoal poderia ser utilizada pelos hotéis como ferramenta de *marketing*, ajudando a melhorar os padrões da indústria em geral, principalmente na área do serviço ao cliente.

Mecanismos institucionais

Na etapa de análise, a Unidade Intersetorial de Turismo participou de conversações com algumas instituições membros, tais como a Organização de Turismo do Caribe, a Associação Hoteleira do Caribe, a Aliança Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável, a Unidade de Gestão de Recursos Naturais da Secretaria da OECS, o SICA, o Centro Epidemiológico do Caribe (CAREC) e a Universidade George Washington. Além disso, a Unidade iniciou os preparativos para o Primeiro Conselho Interamericano de

Desenvolvimento Integral (CIDI) de Ministros do Turismo e para o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo, a ser convocado no começo de 2002.

Planos de desenvolvimento do turismo – Panamá

Nos últimos oito anos, a Secretaria-Geral da OEA tem apoiado o Governo do Panamá, por meio do seu Instituto de Turismo, no desenvolvimento e implementação de um plano mestre para o turismo no Panamá e de uma série de planos de desenvolvimento regional. Apesar da utilidade desse apoio, o consultor da Unidade indicou que seria necessário realizar muito mais, para cujo fim o Governo do Panamá está estudando o plano, a fim de determinar sua capacidade de geração de valor agregado.

Nos últimos quatro anos, o Governo do Panamá financiou essa iniciativa, dada a impossibilidade de se encontrar os recursos necessários para uma contribuição da OEA ao projeto. Em agosto, ao final do último acordo, concluiu-se que o Governo do Panamá não poderia aumentar suas contribuições em razão da dificuldade da OEA em prestar apoio financeiro ao projeto.

UNIDADE PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

A Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 90-3, de 15 de outubro de 1990, em conformidade com a resolução AG/RES. 1063 (XX-O/90) da Assembléia Geral, a fim de implementar um programa de assistência destinado a preservar e fortalecer suas instituições políticas e procedimentos democráticos. A Unidade executa seu plano de trabalho no âmbito do Programa de Apoio para a Promoção da Democracia, aprovado pela resolução CP/RES. 572 (882/91), do Conselho Permanente.

A Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) tem como funções: prestar, aos Estados membros que a solicitem, assistência aos seus esforços para aperfeiçoar as instituições e processos democráticos; apoiar atividades tendentes a divulgar e intercambiar novos conhecimentos sobre práticas e valores democráticos no Hemisfério; promover o intercâmbio de experiências entre instituições e peritos em matéria de temas relacionados com a promoção da democracia; realizar, quando assim solicitada, missões de observação de processos eleitorais nos países; e fortalecer as iniciativas de paz e reconciliação nacional. As atividades da UPD seguem as orientações e os mandatos das Cúpulas das Américas e da Assembléia Geral da OEA. A estrutura orgânica da UPD inclui as seguintes áreas programáticas: fortalecimento das instituições democráticas, assistência técnica eleitoral, informação e diálogo/foro democrático, ação integral contra as minas antipessoal e programas especiais.

Fortalecimento das instituições democráticas

O Programa de Apoio às Instituições Legislativas (PAFIL), da UPD, promoveu o diálogo e a cooperação interparlamentar e apoiou o fortalecimento e a modernização do poder legislativo no Hemisfério. Colaborou para a criação do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cuja reunião constitutiva realizou-se em março de 2001, em Ottawa, Canadá, e para a realização da Primeira Reunião do Foro de Presidentes dos Poderes Legislativos da Região Andina. No período, continuou a atuar como instância principal de apoio técnico-substantivo do Fórum de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Central e da República Dominicana (FOPREL).

Com o Parlamento Andino, organizou o Seminário Regional sobre Estratégias de Comunicação nos Congressos, prestou apoio técnico à Sessão de Planejamento Estratégico do FOPREL Centro-Americano e organizou um seminário regional sobre Técnica Legislativa. Em novembro, prestou assistência à instalação definitiva da Rede Andina de Informação Legislativa (RAIL) na sede central do Parlamento Andino e apoiou a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (CPC) para o desenvolvimento da Rede Interparlamentar de Informação Legislativa do MERCOSUL (RIIL). Por outro lado, com vistas a gerar e divulgar novos conhecimentos sobre assuntos legislativos e melhorar as práticas parlamentares, apoiou a elaboração de vários estudos comparativos e contribuiu para a publicação de cinco livros, em conjunto com instituições acadêmicas do Hemisfério.

Também realizou dois cursos regionais sobre parlamentos, democracia e integração e dois seminários de alto nível: o primeiro, sobre Modernização Legislativa e Integração para os países membros do MERCOSUL e, o segundo, em Honduras, sobre Reforma Política e Ética Parlamentar. Por outro lado, apoiou os esforços de modernização legislativa dos Congressos da Guatemala, Honduras e Equador e da Província de Córdoba, Argentina.

A UPD, por meio do seu Programa de Apoio aos Processos de Descentralização e Governo Local, prestou assistência técnica aos Estados membros nos processos de fortalecimento do marco normativo e institucional. Nesse sentido, apoiou os órgãos políticos da Organização e o Governo da Bolívia para a realização da Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal no Hemisfério, realizada em La Paz, de 29 a 31 de julho de 2001.

Como resultado principal deste evento, emitiu-se a Declaração da Cidade de La Paz sobre Fortalecimento das Administrações Regionais e Municipais e da Participação da Sociedade Civil, criando-se a Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação Cidadã (RIAD). Designou-se o México como país sede da próxima reunião e solicitou-se que a Secretaria Técnica da Rede seja exercida pela UPD.

Com a Fundação Interamericana dos Estados Unidos, a UPD colaborou para a organização do foro “Construindo a Democracia a Partir das Bases”, que reuniu formuladores de políticas de níveis centrais e locais de governo, da sociedade civil e do setor acadêmico de todo o Hemisfério, ademais de representantes e agências internacionais e entidades promotoras do desenvolvimento.

Na América Central, o Programa colaborou com o Parlamento Centro-Americano e o Instituto de Estudos Políticos (INCEP) para a realização de um curso nacional na Nicarágua e de um curso sub-regional na Guatemala, e analisou os processos de descentralização nessa região. Prestou assistência técnica à Assembléia Legislativa da Costa Rica para a elaboração de uma lei sobre descentralização e promoveu a colaboração entre a reunião especializada de municípios e prefeituras do MERCOSUL e da RIAD.

Levando em conta os mandatos específicos enumerados na Seção VI da Carta Democrática Interamericana, “Promoção da cultura democrática”, a UPD realizou atividades de capacitação, assessoramento, pesquisa e publicação no âmbito do Programa de Promoção de Valores e Práticas Democráticas e ofereceu cursos regionais de capacitação de jovens líderes. Nesse sentido, realizou-se em junho, em San Pedro de Macorís, República Dominicana, o Quarto Curso para Jovens Líderes da América Central e da República Dominicana sobre instituições, valores e práticas democráticas, em colaboração com o Colégio das Américas, da Organização Universitária Interamericana (COLAM/OUI) e várias instituições sub-regionais e nacional.

Em agosto, realizou-se o Terceiro Curso Andino de Análise e Solução de Conflitos Políticos, organizado em Bogotá, com a colaboração da Pontifícia Universidade Javeriana, a AICD e o Governo da Colômbia. Em novembro, realizou-se o Terceiro Curso Regional para Jovens Líderes do MERCOSUL sobre Instituições, Valores e Práticas Democráticas. O curso foi auspiciado pela Universidade Alberto Hurtado, pelo Instituto Nacional da Juventude, pelo Ministério de Planejamento e Cooperação (MIDEPLAN) do Chile e pelo COLAM.

Em colaboração com a *Graduate School of Political Management* da Universidade George Washington, realizou-se o Primeiro Seminário Internacional sobre Estratégias de Comunicação Política, oferecido a mais de 100 chefes ou diretores de comunicação de governos centrais, parlamentos, governos regionais e importantes municipalidades dos países da América Latina e do Caribe, como instrumento para melhorar a qualidade da liderança democrática e a gestão governamental nos Estados membros.

Em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, estabeleceu-se o Programa de Capacitação de Líderes Democráticos (CALIDEM), cujo objetivo é formar uma liderança democrática mediante cursos nacionais. Neste primeiro ano, completou-se o desenho da estrutura teórica e operacional do Programa e deu-se início ao processo de licitação para a realização de quatro cursos nacionais no primeiro trimestre de 2002. A UPD prestou assistência ao Instituto Luis Carlos Galán para o Desenvolvimento da Democracia no âmbito de um programa de capacitação do qual participaram mais de 600 jovens de Bogotá.

A UPD assessorou e apoiou a criação da Rede de Jovens pela Democracia (JPD), instituição centro-americana sem finalidade de lucro com capítulos nacionais integrados pelos graduados dos cursos regionais da UPD, com o objetivo de promover a democracia em seus países. Em colaboração com instituições acadêmicas, iniciou pesquisas destinadas a gerar novos conhecimentos sobre instituições, valores e práticas democráticas e sobre o papel dos diferentes atores do sistema político democrático, que servirão de referência para os cursos do Programa. Também publicou o livro *Estratégias de Comunicação para Governos* e preparou um programa de televisão sobre a Carta Democrática Interamericana e a promoção da cultura democrática.

Assistência técnica eleitoral

No período 2001-02, a Área de Assistência Técnica Eleitoral concentrou-se no fortalecimento dos sistemas e instituições eleitorais mediante assessoramento e assistência eleitoral, bem como na realização de trabalhos de pesquisa sobre o fortalecimento dos regimes eleitorais do Hemisfério.

Em 2001, a UPD apoiou os esforços do Equador, Guatemala, Honduras e Paraguai e cooperou na preparação de ações e estratégias que promoveram o uso dos instrumentos e procedimentos mais adequados no campo da organização eleitoral. Em países da região Andina, da América Central e do Caribe, continuou os programas de modernização dos mecanismos eleitorais, utilizando tecnologia de ponta desenvolvida pelos peritos da Unidade. Essa tecnologia permite implementar total ou parcialmente a automatização nas diferentes fases que compõem um processo eleitoral, incluindo as de votação, contagem e escrutínio de votos e transmissão e totalização de resultados eleitorais.

Também trabalhou no desenvolvimento e implementação de programas no campo do registro civil, cujo objetivo é modernizar as instituições e processos de registro mediante a substituição de atas, a avaliação de estruturas administrativas, estudos de eventuais reformas da estrutura jurídica, apoio tecnológico aos procedimentos de inscrição, notificação e controle, capacitação de funcionários, campanhas de promoção sobre usos dos dados estatísticos e redefinição de objetivos do sistema.

A UPD apoiou a primeira experiência de cooperação horizontal entre organismos eleitorais do Hemisfério (Brasil e Paraguai) no campo da automatização. Essa experiência implementou um plano piloto de votação eletrônica, que resultou na informatização de todos os níveis da administração eleitoral e foi aplicado nas últimas eleições municipais do Paraguai. O processo implicou o uso de urnas eletrônicas brasileiras numa votação que abrangeu 34.000 eleitores.

No campo da participação e da educação cívica eleitoral, realizaram-se reuniões práticas e seminários na Guatemala e em Honduras e organizou-se uma campanha de divulgação pelos meios de comunicação com o propósito de apoiar o desenvolvimento da cultura política democrática e fomentar a participação dos cidadãos em processos eleitorais.

No que se refere a pesquisas e estudos, a UPD iniciou a execução de um estudo comparado no âmbito interamericano, acerca dos procedimentos aplicados aos processos eleitorais. Para tanto, realizaram-se reuniões de trabalho com peritos na matéria e deu-se início à elaboração do banco de dados e da página da iniciativa na Internet.

Informação e diálogo/Foro Democrático

A UPD produziu e divulgou informação eletrônica e escrita sobre suas atividades e sobre o tema geral do desenvolvimento democrático no Hemisfério, com o objetivo de aumentar a disponibilidade de dados críticos, detalhados e oportunos sobre esses temas e de fazê-los chegar a uma audiência mais ampla. A UPD aumentou a informação disponível na página da Internet, incluindo a consolidação de informação e de documentos relacionados com a Carta Democrática Interamericana da Organização, recentemente aprovada, e o estabelecimento de interfaces com as páginas de todas as observações eleitorais efetuadas pela Organização e de muitos dos projetos especiais da UPD.

Similarmente, a UPD trabalhou no sentido de ganhar acesso a novos bancos de dados e de torná-los interativos com sua página da Internet, como é o caso de um banco de dados que inclui uma relação de peritos em temas de democracia no Hemisfério, e continua colaborando com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Georgetown no desenvolvimento do Banco de Dados Políticos das Américas, uma fonte de recursos acadêmicos, documentos fundamentais e dados estatísticos sobre temas democráticos.

A Unidade publicou relatórios das observações eleitorais, relatórios especiais e relatórios das atividades e seminários por ela auspiciados e preparou um boletim eletrônico denominado *UPDate*. Este boletim, que foi divulgado em inglês e espanhol entre as Missões Permanentes e Observadoras, a Secretaria-Geral da OEA e uma lista de contatos relacionados com a promoção da democracia, contém as últimas notícias sobre missões de observação eleitoral, cursos, seminários, foros, publicações e demais atividades da UPD.

Na âmbito do Foro Democrático da Unidade, realizaram-se seminários e reuniões para aprofundar o diálogo e o intercâmbio de informação sobre os temas relacionados com o desenvolvimento democrático. Em 20 e 21 de fevereiro de 2001, realizou-se, com os países promotores da iniciativa da Comunidade de Democracias, a conferência *O Papel das Organizações Multilaterais e Regionais na Promoção e Defesa da Democracia*. A reunião propiciou diálogos e intercâmbios de experiências entre organizações regionais e multilaterais de várias regiões do mundo sobre o seu papel de apoio à democracia.

Em outubro de 2001, levou-se a cabo em Tegucigalpa o Fórum *Democracia, Governabilidade e Eleições em Honduras*. Em 13 e 14 de dezembro, no contexto do Foro Democrático e em resposta aos princípios da Carta Democrática e ao mandato da Terceira Cúpula das Américas, realizou-se em Miami, Flórida, a Primeira Reunião do Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos. O evento, que reuniu representantes de partidos políticos, acadêmicos, representantes governamentais e de ONGs, deu início a

uma reflexão sobre o estado dos sistemas de partidos políticos nas Américas e estabeleceu diretrizes de ação para o seu melhoramento e fortalecimento.

Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA)

Como parte do seu mandato de apoio à reconciliação nacional e ao fortalecimento da paz por meio do programa de Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA), a Unidade continuou a apoiar as ações contra minas no Hemisfério e o cumprimento da Convenção de Ottawa por seus Estados Partes. Em particular, o AICMA apoiou as atividades de remoção de minas na América Central, especificamente na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua, e expandiu suas atividades no Peru e no Equador. Os elementos críticos desse apoio continuaram a ser o financiamento e a assessoria técnica, esta última prestada pela Junta Interamericana de Defesa.

Com os avanços registrados na América Central em matéria de remoção de minas, a fase final está prestes a ser concluída em Honduras, que passará a ser, no âmbito do Programa, o primeiro país livre de minas antipessoal, incluindo as minas armazenadas. Em 2001, o AICMA apoiou o Governo da Nicarágua nos preparativos da Terceira Reunião dos Estados Partes da Convenção de Ottawa, realizada em Manágua, em setembro. A reunião focalizou o fortalecimento e a divulgação das atividades de remoção de minas apoiadas pela OEA, cujo objetivo é transformar o Hemisfério, no prazo mais breve possível, em zona livre de minas antipessoal.

A liderança da OEA no apoio à Convenção de Ottawa (Convenção para a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre Sua Destruição) refletiu-se na assistência prestada pelo AICMA para a destruição das minas armazenadas em vários Estados membros. Essa assistência concretizou-se no âmbito do “Desafio de Manágua”, iniciativa que resultou na destruição, entre janeiro e setembro de 2001, de mais de 500.000 minas, eliminando por completo as minas armazenadas do Peru e no Equador. Outras 46.000 minas deverão ser destruídas pela Nicarágua em 2002. Os Governos do Canadá e da Austrália exerceram papel essencial nessa iniciativa por meio de um programa de contribuição de um dólar dos Estados Unidos por mina eliminada.

Para dar pleno atendimento às necessidades da população afetada, a OEA apoiou em 2001 o Programa de Atenção a Vítimas de Minas e Artefatos Não-Defensivos, que prestou assistência a 340 vítimas na América Central, a maioria das quais na Nicarágua. À falta deste programa, muitas vítimas estariam ao desamparo, sem condições de reabilitar-se e reintegrar-se às suas comunidades como membros produtivos.

O AICMA também implementou, na Nicarágua, o Sistema de Gestão de Informação para Atividades Relativas a Minas (IMSMA), com o apoio das Nações Unidas. O Sistema serve de banco primário de dados para a hierarquização das atividades de remoção de minas, educação preventiva e esforços de assistência a vítimas e será utilizado para desenvolver um detalhado estudo sobre o impacto sócio-econômico nas regiões afetadas por minas.

Programas especiais

A UPD desenvolveu e executou vários programas e missões especiais em diversos países do Hemisfério: o Programa de Apoio ao Processo de Paz na Guatemala; o Programa de Colaboração Técnica para a Paz e a Reinserção na Nicarágua; e a Agência Especializada para o Programa Nacional de Governabilidade (PRONAGOB, Bolívia).

Na categoria de Programas Especiais, inclui-se também a Observação Eleitoral (Missões de Observação Eleitoral – MOEs) da Organização, que é uma das tarefas mais visíveis e de impacto mais imediato cumpridas pela UPD. Em 2001, a UPD organizou e realizou missões de observação eleitoral na Guiana, Honduras, Nicarágua, Peru e São Vicente e Granadinas. Essas missões contribuíram significativamente para o acompanhamento dos respectivos processos eleitorais, empregando um método de observação integral.

A UPD também estabeleceu um programa de apoio aos Estados membros interessados na promoção do diálogo e da solução pacífica de conflitos internos. O programa pretende apoiar iniciativas governamentais e da sociedade civil para promover o diálogo, formar consensos e dar solução pacífica aos conflitos sociais. Também presta assistência no desenho e na facilitação de processos de diálogo público, gestão de conflitos e institucionalização de sistemas de resolução.

Entre as atividades desenvolvidas em 2001, encontra-se também o apoio técnico da UPD aos Gabinetes do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto, em seus esforços de negociação política no Haiti. A UPD também trabalhou no desenho de processos sub-regionais de intercâmbio de experiências em matéria de diálogo político e continua a receber pedidos de assistência de vários Estados membros nesse campo.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

No contexto do artigo 115 da Carta da OEA e em conformidade com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto atua como Secretaria do Conselho Permanente, presta serviços de consultoria ao Secretário-Geral e tem a seu cargo as atividades de que este lhe incumba.

O Gabinete do Secretário-Geral Adjunto prestou apoio técnico e operacional ao Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizada em São José, Costa Rica; ao Vigésimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Lima, Peru; à Vigésima Terceira e à Vigésima Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada na sede da Organização; e aos trabalhos de preparação do Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a ser realizado em Bridgetown, Barbados, em junho de 2002.

Em cumprimento à Ordem Executiva 97-2, o Gabinete coordenou e supervisou as seguintes áreas: a Secretaria de Reuniões e Conferências; a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM); a Biblioteca Colombo; o Instituto Interamericano da Criança (IIN); o Museu das Américas; a Comissão Interamericana sobre Situações de Emergência; e os escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Coordenou as relações de cooperação com a Organização das Nações Unidas e seus órgãos especializados; os órgãos do Sistema Interamericano; a Associação de Estados Caribenhos; e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), entre outros. Desenvolveu tarefas específicas de coordenação com a Comunidade do Caribe (CARICOM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, associadas à situação do Haiti.

O Gabinete contribuiu para os esforços do Secretário-Geral na busca de uma solução para o conflito político-institucional no Haiti, em cumprimento à vontade expressa pelos Estados membros da Organização, e organizou e participou das reuniões do Grupo de Amigos do Haiti. Além disso, coordenou a Missão de Verificação Internacional da OEA para Honduras e a Nicarágua e apoiou o Gabinete do Secretário-Geral no processo de negociações para a solução pacífica da controvérsia territorial entre Belize e a Guatemala.

O Secretário-Geral Adjunto, na qualidade de Secretário do Conselho Permanente e dos seus órgãos subsidiários, colaborou com os representantes dos países membros e observadores na preparação e realização de 23 sessões ordinárias, oito sessões extraordinárias, seis sessões solenes e uma reunião conjunta do Conselho Permanente com a CEPCIDI. Ademais, acompanhou o trabalho das comissões e grupos de trabalho do Conselho Permanente ao longo de mais de 130 reuniões.

Assembléia Geral Modelo da OEA

A realização dessas reuniões tem por objetivo fortalecer o conhecimento dos estudantes de nível secundário e universitário a respeito da Organização, sua agenda e seus processos decisórios, para cujo fim a Secretaria apoiou a realização da Assembléia Geral Modelo (Modelo Maia), de 8 a 13 de abril de 2001, em Washington, D.C.

Também apoiou as atividades do Vigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da OEA para Universidades, realizado de 29 de abril a 4 de maio de 2001 em San Martín de los Andes, Argentina, da qual participaram 350 estudantes e 32 professores procedentes de

universidades da Argentina e de vários países membros da Organização. Como preparativo para evento, realizaram-se atividades prévias de treinamento para docentes e estudantes de diversos países.

Na sede da OEA, a Secretaria prestou apoio técnico e logístico a 300 estudantes e 35 professores de 27 colégios dos Estados Unidos e do México, que participaram do Vigésimo Período Ordinário da Assembléia Geral Modelo da OEA para Colégios Secundários, realizada de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2001.

ESCRITÓRIOS DA SECRETARIA-GERAL DA OEA NOS ESTADOS MEMBROS

Os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros apóiam a preparação, execução e avaliação dos programas de cooperação técnica da OEA no respectivo país. Representam a Secretaria-Geral, prestam apoio a outras atividades da Organização e contribuem para a divulgação dos seus propósitos.

Em cumprimento ao mandato emanado do Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, efetuou-se um estudo dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros, a cargo do Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e da Subsecretaria de Administração, com a cooperação e colaboração dos diretores desses Escritórios. O relatório sobre o estudo foi apresentado ao Presidente do Conselho Permanente em 21 de novembro de 2001 (CP/doc.3532/01). Indicam-se a seguir algumas das atividades principais realizadas pelos Escritórios da OEA:

Apoio administrativo e logístico prestado aos órgãos da OEA

Os Escritórios da OEA prestaram apoio a diversos órgãos da OEA na execução de programas e projetos aprovados nos respectivos países e ao Programa de Bolsas de Estudos da OEA e seus bolsistas. Tais atividades incluíram a publicação de anúncios de bolsas de estudos, a orientação dos candidatos em matéria de tramitação do processo, o recebimento e envio de pedidos de bolsas de estudos, a informação sobre a adjudicação de bolsas e o acompanhamento do progresso dos bolsistas.

Os Escritórios da OEA promoveram a cooperação técnica entre a OEA e seus Estados membros, em colaboração com a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD). Diversos Escritórios prestaram assistência na preparação de projetos apresentados à AICD e mantiveram contatos periódicos com os representantes residentes dos governos doadores e das organizações regionais e multilaterais, com vistas a facilitar a implementação de projetos atuais e futuros.

Nesse sentido, os Escritórios desempenharam tarefas administrativas que incluíram, por exemplo, a assistência à Secretaria de Reuniões e Conferências e a preparação da Assembléia Geral pelo Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Costa Rica, bem como entendimentos para a realização de conferências e seminários da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da AICD e de unidades da Secretaria-Geral, atividades de representação da Secretaria-Geral em seminários, conferências e simpósios e representação institucional da OEA.

Apoio à cooperação

Os Escritórios da OEA desembolsaram, em nome de diferentes áreas da Secretaria-Geral, um montante substancial de recursos para projetos nos Estados Membros, e em alguns casos supervisaram a implementação dos projetos. Os Escritórios também facilitaram o apoio à Área de Livre Comércio das Américas em termos de seminários, reuniões técnicas e sessões de treinamento.

Especificamente, receberam apoio dos Escritórios os seguintes órgãos: AICD, Escritório de Ciência e Tecnologia (OCyT), CICAD, CIM, Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), Unidade de Comércio, Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE), Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA), Unidade Intersetorial de Turismo, Unidade

para a Promoção da Democracia (UPD), Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Instituto Interamericano da Criança (IIN) e Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (CIDI).

Realizaram-se as seguintes atividades:

- a) Combate às drogas – Facilitar esforços da CICAD na preparação e/ou modernização dos planos nacionais antidrogas.
- b) Promoção dos direitos da mulher – Colaborar com a CIM na defesa de um tratamento igualitário da mulher nos setores público e privado.
- c) Fortalecimento da democracia – Colaborar com a UPD para o aumento da participação cidadã no processo político, por meio de missões de observação eleitoral, processos de paz e fortalecimento das instituições democráticas.
- d) Fomento do livre comércio – Apoiar a Unidade de Comércio na participação dos Estados membros nas negociações da ALCA e na cooperação técnica conexa.
- e) Proteção do meio ambiente – Apoiar as atividades da UDSMA no estímulo ao desenvolvimento sustentável, com ênfase na preservação ambiental.
- f) Defesa dos direitos humanos – Facilitar as atividades de apoio da CIDH aos cidadãos vítimas de violações de direitos humanos.
- g) Desenvolvimento do turismo – Trabalhar com a Unidade Intersectorial de Turismo no melhoramento da infra-estrutura turística local e no fomento do potencial local, particularmente o Projeto de Turismo Sustentável na região do Caribe.
- h) Incentivo à educação – Apoiar diferentes áreas da Secretaria-Geral a fim de melhorar as condições de educação na região.

Intercâmbio de informação

Em colaboração com o Departamento de Informação Pública e o Escritório de Relações Externas, os Escritórios da OEA serviram de agentes para o intercâmbio de informação entre os Estados membros. Os Escritórios da OEA obtiveram e divulgaram informação junto aos organismos governamentais pertinentes (locais, regionais e internacionais), ONGs e agências de notícias. Também convocaram reuniões e seminários em seus respectivos países a fim de dar publicidade aos diversos programas de assistência técnica da OEA em execução nos países. Os Escritórios também procederam ao acompanhamento da evolução política e econômica nos respectivos Estados membros e informaram as áreas pertinentes da Sede.

O intercâmbio de informação realizou-se no nível oficial e oficioso. Muitos Escritórios da OEA trabalharam com os serviços de informação dos governos locais na preparação de comunicados de imprensa, divulgados por meio da imprensa escrita e eletrônica local. Em matéria de informação, os Escritórios desenvolveram as seguintes atividades:

- Reuniões periódicas com os Escritórios nacionais de ligação com a OEA (ONEs), para examinar projetos de desenvolvimento atuais e futuros.
- Distribuição de formulários de pedido de bolsas de estudos da OEA e de informação sobre os programas de bolsas de pré-graduação, pós-graduação e desenvolvimento profissional.
- Distribuição do material produzido pelo Departamento de Informação Pública e da Revista *Américas* entre o público local, o governo, o setor privado e as ONGs.
- Publicidade das viagens do pessoal da OEA em visita.

Cooperação com outros doadores

A maioria dos Escritórios da OEA manteve um diálogo permanente com os escritórios locais dos doadores internacionais e com outras organizações multilaterais, visando a fortalecer a coordenação entre a comunidade local de doadores. Os Escritórios da OEA participaram de reuniões mensais ou trimestrais da comunidade local de doadores ou quando sua assistência foi solicitada para fins de informação de missões de doadores e de funcionários de outros governos visitantes. O maior nível de coordenação de doadores ocorreu entre organismos do Sistema Interamericano e nas áreas em que os programas de cooperação revestiam importância substancial para alguns dos Estados membros da Organização.

Mandatos das Cúpulas das Américas

O Escritório de Seguimento das Cúpulas reconheceu a necessidade de maior orientação das áreas pertinentes da Secretaria, para dar maior efetividade ao uso dos Escritórios da OEA na implementação dos mandatos das Cúpulas das Américas. Em consequência, o Escritório de Seguimento das Cúpulas e o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto prepararam atividades específicas para tornar mais eficiente o uso dos Escritórios da OEA na implementação desses mandatos.

SECRETARIA DE CONFERÊNCIAS E REUNIÕES

Esta Secretaria foi estabelecida mediante a Ordem Executiva N° 97-2, em cumprimento às resoluções AG/RES. 954 (XVIII-O/88) e AG/RES. 1381 (XXVI-O/96), a fim de unificar e melhorar os serviços de conferências da Secretaria-Geral. É constituída por sua Direção e três divisões: Serviços de Conferências, Serviços de Idiomas e Documentos e Informação.

No período abrangido por este Relatório, continuou o processo de modernização iniciado em 1997 e ampliaram-se os horizontes da Secretaria de Conferências e Reuniões, tal como ilustrado a seguir.

Gestão de conferências e reuniões

A Secretaria trabalhou com a área da Administração na elaboração de procedimentos para serviços gerenciais e gestão de reuniões, execução orçamentária, melhoramento de instalações e equipamento e migração para o sistema OASES 11i. Na área de desenvolvimento e operações de sistemas, trabalhou com o Departamento de Sistemas para consolidar uma plataforma automatizada de serviços integrados, para cujo fim preparou uma versão mais avançada, simples e intuitiva do Sistema de Administração de Documentos (IDMS). Além disso, desenvolveram-se novas versões dos sistemas automatizados de calendário de eventos e reuniões e de reserva de salas, que permitem acesso remoto pela Internet. Efetuou-se a integração funcional dos três sistemas, o que habilita os representantes dos Estados membros, ao consultarem o calendário de reuniões, a obter os documentos correspondentes via Internet. Está em fase de desenvolvimento um banco de dados, a ser integrado aos sistemas existentes como mecanismo de seguimento administrativo dos serviços e gastos.

Serviços de conferências

Em matéria de conferências, a Secretaria prestou apoio logístico à organização de aproximadamente 500 reuniões. Na sede, realizaram-se 274 reuniões dos corpos políticos e técnicos, do Conselho Permanente e seus órgãos subsidiários, do CIDI e seus órgãos subsidiários e dos demais órgãos e organismos especializados, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e o Instituto Interamericano da Criança (IIN). Nos Estados membros, realizaram-se 233 reuniões, entre as quais O Período Ordinário e o Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Sexta Reunião Ordinária do CIDI, a Trigésima Reunião da CICAD, a Segunda Reunião dos Ministros da Educação, a Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, reuniões técnicas da CIDH, da CITEL e da CICAD, ademais de outras, o que significou a mobilização de recursos humanos e tecnológicos da sede da OEA para os países anfitriões das reuniões. Neste período, a Secretaria atualizou um calendário semestral de reuniões da Organização como instrumento para a racionalização do uso dos recursos necessários para os serviços de conferências.

Serviços de idiomas

A Secretaria ampliou a política de renovação de equipamento e de programas, como é o caso do TRADOS, que foi atualizado e melhorado a fim de aperfeiçoar e agilizar o processo de apoio à tradução mediante o reconhecimento integrado de termos. Também foi iniciado o glossário automatizado da OEA, nos quatro idiomas oficiais, cujo conteúdo é atualizado continuamente. Com vistas a facilitar o acesso

dos tradutores externos aos recursos da Divisão de Serviços de Idiomas, estabeleceu-se na Internet um portal de acesso da Secretaria de Conferências e Reuniões. O portal dá acesso a uma biblioteca eletrônica com materiais de referência, que pode ser consultada pelos tradutores externos a partir de qualquer parte do mundo. Também foi substancialmente ampliada a lista de tradutores e intérpretes externos, agrupando-se os profissionais segundo os seus campos de especialização. A ampliação inclui um incremento no número de tradutores e intérpretes residentes nos Estados membros, o que gera consideráveis poupanças no caso de reuniões que se realizam fora da sede.

Documentos e informação

A Secretaria renovou equipamentos obsoletos de reprodução de documentos, a fim de manter os padrões de alta velocidade e eficiência requeridos pela Organização. Neste período, produziram-se 5.700 trabalhos, no total geral de 5.500.000 páginas impressas, o que implica poupanças para a Organização. Também apoiou as áreas da Secretaria-Geral, das Missões Permanentes e dos Observadores que solicitaram serviços de publicação de documentos, material informativo, convites, catálogos e identificações.

A Secretaria iniciou um serviço eletrônico de distribuição a todas as Missões Permanentes e dos Observadores e aos escritórios da Secretaria-Geral fora da sede. Também expandiu o arquivo de informação e gestão de documentos por meio do sistema IDMS, programa que permite um controle preciso dos documentos desde a sua preparação inicial até o seu armazenamento final. Ao término deste período, haviam sido classificados e armazenados 29.179 documentos, equivalentes a um total de 85.000 documentos em suas versões em dois ou mais dos quatro idiomas oficiais da Organização.

MUSEU DE ARTE DAS AMÉRICAS

O Museu de Arte das Américas foi criado em 1976, mediante resolução do Conselho Permanente da OEA para incentivar o interesse pela arte das Américas, estimular o seu estudo, intensificar os intercâmbios interamericanos e promover a produção artística no Hemisfério.

O Museu de Arte das Américas, com suas exposições, coleções, programas educativos e serviços de referência, promove e documenta arte do Hemisfério. Mencionam-se a seguir algumas das atividades mais representativas realizadas pelo Museu neste período.

Exposições

Foram organizadas oito exposições. No Museu, apresentaram-se as seguintes: *Récords Permanentes y Personales: 17 Fotografos de América del Sur*; *De lo Clásico a lo Moderno: Re-Descubriendo la Figura Humana en la Colección Permanente*; *Imaginación Artística en la Cerámica: Ceramistas Contemporáneos de los Estados Unidos*; e *Tradiciones en Blanco y Negro*, de Jeannie Thib, do Canadá.

Na Galeria, apresentaram-se as seguintes: *Pinturas* de Marcelo Legrand, do Uruguai; *Estereoretratos* de Bernardo Krasniansky, do Paraguai; *Cabinas de Curiosidades: Dibujos y Grabados* de José Antonio Suárez, da Colômbia; e *Rumbos Eclécticos* de Elvis López, de Aruba. Várias exposições captaram a atenção da imprensa local. A exposição do acervo permanente foi comentada no *Washington Post Weekend* (8/24/01) e no *Washington Journal* (26/8/01); a de fotografias, no *Washington Post* (8/6/01); a de Bernardo Krasniansky, no *Washington Post Weekend* (31/8/01) e *Tiempos del Mundo* (9/8/01); e a de cerâmica no *American Craft Magazine* (2/02). A exposição de cerâmica foi co-auspicada pela *National Tile Heritage Foundation*, dos Estados Unidos. Representantes da Instituição Smithsonian e da Galeria de Arte Corcoran participaram do júri de seleção de artistas.

Acervo permanente

Neste período, o acervo permanente foi enriquecido com 21 obras adicionais, adquiridas mediante doações. Entre estas, cabe destacar a doação do Senhor Ralph Dimmick, ex-funcionário da Organização, que doou vários desenhos e gravuras de José Luis Cuevas, do México, e de Raquel Forner, da Argentina. O Museu também recebeu obras dos seguintes artistas que participaram do programa de exposições temporárias do Museu: Marcelo Legrand, do Uruguai; Rimer Cardillo do Uruguai; Carolina Mayorga, da Colômbia; e Maricruz Arribas, do Peru. A escultura de grande formato de John Castles, da Colômbia, doada no ano 2000, foi instalada no jardim da sede. Efetuaram-se empréstimos de obras de arte do acervo permanente para exposições organizadas pelo Museu Nacional da Colômbia e pelo Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Museu emprestou 50 obras da coleção a vários escritórios da sede e continuou a documentar seu acervo permanente por meio de *Collection*, um banco de dados especializado para acervos de museus.

Conservação e preservação

Em colaboração com o Departamento de Recursos Materiais, o Museu finalizou a reconstrução do depósito do acervo permanente, com a impermeabilização de paredes, a estabilização do teto, a remoção de asbestos, a substituição de calhas e a construção de uma nova infra-estrutura de alta

densidade para o acervo. A implementação deste projeto era uma necessidade crítica do Museu, já que o acervo permanente cresceu de 250 obras em 1976 para mais de 1.500 obras atualmente. O novo depósito tem capacidade para armazenar aproximadamente 500 pinturas, 50 esculturas, ademais de estantes para 1.000 obras sobre papel, e representa uma duplicação do espaço disponível para coleção. O Museu continuou suas atividades de conservação preventiva (16 obras) e tratamentos de conservação a fundo (12 obras) do acervo permanente e prestou serviços de conservação para o tratamento de 20 obras recebidas a título de empréstimos para as exposições temporárias.

Arquivos de arte e material audiovisual

Por meio dos seus arquivos de arte, o Museu prestou serviços de referência a estudantes, pesquisadores e colecionadores interessados na arte da América Latina e do Caribe. Ao mesmo tempo, incorporou ao arquivo 400 catálogos de arte e outros materiais bibliográficos enviados por artistas, galerias e diversas instituições culturais das Américas. Com o seu programa de audiovisuais, o Museu emprestou e vendeu material para uso didático e para fins de reprodução em livros e outras publicações educativas. Neste período, modernizou o programa com a conversão de 45 vídeos do programa no formato *master U-Matic* para o formato *standard VHS*. Isto resultou no aumento das vendas de vídeos a entidades como a Universidade de Illinois e *Facets Multimedia Distributors*. Além disso, transferiu 19 caixas com filmes de 16 mm do programa de audiovisuais para o arquivo da Biblioteca Colombo e produziu 300 novos diapositivos de obras de arte das exposições temporárias, a serem usadas em publicações, na imprensa e no *website* do Museu.

Educação

O Museu produziu dois catálogos, seis folhetos didáticos e dois CD-ROM e ofereceu duas sessões de arte para crianças. Em associação com a *National Tile Heritage Foundation*, realizou um simpósio sobre a arte da cerâmica, do qual participaram historiadores da arte, da arquitetura e da cerâmica. O Museu ofereceu visitas guiadas às seguintes universidades, colégios e associações: *Fairfax Collegiate High School, Prince Georges County Public Schools, Association of Concerned Black Men of the DC Public Schools, Wakefield High School, Rotary International Club, Holton Arms High School, The Severn School, Eleanor Roosevelt High School, Foreign Service Institute, Ocean Lakes High School, Covenant of Life Home School, Spanish Educational Development Center, Grace Brethren High School, Frostburg State University, Easton High School, Flowers High School, Marymount University, National Youth Leadership Conference, DCEETA, United States Census Bureau, International Institute of Education, Association for International Development, Manchester High School, Association of Migrant Farm Workers Children e Gilchrist Tours*.

Museu virtual

Na página em rede do Museu, introduziu-se um museu virtual que oferece ensaios críticos, obras de arte e informação biográfica e bibliográfica de vários mestres da arte do século XX, entre os quais Joaquin Torres-García, Fernando de Szyszlo, Jesús Soto, Roberto Matta, Pedro Figari, Marisol Escobar e José Luis Cuevas.

Atividades especiais

Na qualidade de membro do consórcio “Vizinhos do Presidente”, o Museu participou da organização e realização do Dia dos Museus (*Beyond the Monuments Day*) para famílias e do seminário

didático *Washington Histories* para professores de escolas e colégios secundários dos estados de Maryland e Virginia e do Distrito de Columbia, cuja finalidade é aumentar o conhecimento dos acervos e dos programas educacionais dos museus membros desse consórcio.

Por ocasião das festas natalinas, o Museu organizou uma venda de obras de arte doadas em seu benefício. Mediante o aluguel do Museu a grupos externos, arrecadou um total de US\$6.000 e apresentou um pedido de fundos (*grant application*) no montante de US\$30.000 à *Andy Warhol Foundation for the Visual Arts*, para apoiar o programa de exposições temporárias.

A fim de incrementar o número de membros da Associação dos Amigos do Museu, organizaram-se três eventos especiais com visitas guiadas às coleções de arte das embaixadas do Brasil, Colômbia e Peru, e prestou-se apoio técnico ao Setor de Protocolo para a instalação de cinco exposições das suas “Semanas de Arte”, bem como à Associação de Funcionários para a sua terceira exposição anual de arte. A Diretora do Museu participou, como conferencista, de um ciclo de palestras sobre Fernando Botero realizado no Banco da República da Colômbia, e de uma mesa redonda sobre arte latino-americana no *Moderna Musset*, em Estocolmo, Suécia.

Assistência

Segundo as estimativas, 15.300 pessoas visitaram o Museu, e sua página em rede registrou um total de 64.000 “sessões” e 843.944 “hits” ao longo do período compreendido entre março e novembro de 2001.

BIBLIOTECA COLOMBO

A Biblioteca Colombo foi estabelecida pela Primeira Conferência Internacional Americana, em 18 de abril de 1890. Funciona como moderno centro de informação e documentação que oferece informação essencial às Missões Permanentes, à Secretaria-Geral, à comunidade diplomática e ao público em geral. Atualmente, a Biblioteca é depositária da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, de sua organização predecessora, a União Pan-Americana, e do Sistema Interamericano, correspondente aos dois últimos séculos.

Plano trienal da Biblioteca Colombo

A Assembléia Geral da OEA, no seu Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, aprovou a resolução AG/RES. 1839 (XXXI-O/01), “Orçamento-programa da Organização para o ano 2002, cotas e contribuições para o fundo voluntário, 2002”, mediante a qual encarrega o Secretário-Geral de “apresentar à Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários, por meio do Conselho Permanente, até 31 de outubro de 2001, um plano de ação de três anos para o fortalecimento da Biblioteca Colombo, indicando maneiras concretas de obter recursos não-provenientes do Fundo Ordinário”. Em consequência, preparou-se o relatório “Plano de ação trienal para o fortalecimento da situação financeira da Biblioteca Colombo”, distribuído como documento CP/doc.3530/01 e apresentado ao Conselho Permanente em 28 de novembro de 2001.

Automatização

A Biblioteca atualizou sua página na Internet, que contém o Catálogo em Linha de Acesso Público (OPAC), cujo objetivo é oferecer acesso aos pesquisadores a mais de 30.000 publicações catalogadas.

Aquisições

A Biblioteca comprou 450 títulos, reduziu de 130 para 58 a renovação das assinaturas de publicações periódicas e assinou duas novas publicações. Para a Secretaria-Geral, a Biblioteca preparou, processou e aprovou a compra de 75 livros e publicações e processou e agregou ao seu acervo 2.543 exemplares.

A Biblioteca recebeu 2.000 doações em diferentes formatos, procedentes dos escritórios e departamentos da Secretaria-Geral e de doadores externos. Uma significativa doação partiu da Missão Permanente da Venezuela, que ofereceu as publicações da Biblioteca Ayacucho. A Biblioteca selecionou e agregou 1.252 títulos, que foram enviados à Unidade de Catalogação.

Entre as aquisições, cabe mencionar uma coleção especial do Caribe, de aproximadamente 250 livros de literatura e de referência, comprada de uma instituição privada. Também processou os livros, documentos de publicações da coleção do Doutor Zanotti, recebida no ano 2000.

Catalogação

A Biblioteca Colombo catalogou 2.000 livros e expediu números de registro do *International Standard Book Number* (ISBN) e da Publicação na Fonte (CIP) para as publicações e documentos da OEA, o que assegura a disponibilidade imediata das novas publicações e documentos da OEA no catálogo

em linha. A Biblioteca também continua a publicação e atualização, na sua página em rede, de *Selective List of Books Accessioned and New Periodicals*.

Serviços de referência

A demanda de serviços de referência foi superior a 25.000 consultas, e para atender 3.692 pedidos de fotografias, utilizaram-se 37.830 fotos. Em apoio a atividades de pesquisa, a Unidade de Controle de Documentos atendeu 1.512 pedidos, e a Unidade de Administração de Arquivos, 750 pedidos. Na Unidade de Referências, a circulação foi de 11.697 livros e 2.003 publicações; a Unidade solicitou empréstimos de 1.974 artigos e, por sua vez, emprestou 1.833 artigos a outras bibliotecas. O número de pedidos de informação por correio eletrônico aumentou de 428 em 1998, 572 em 1999 e 1.135 em 2000, para 1.470 em 2001.

Também aumentou a capacidade de serviços de referência com a aquisição de bancos de dados adicionais. A Biblioteca é assinante do banco *First Search* e tem acesso a 70 bancos de dados, que abrangem uma ampla gama de temas, a milhares de bibliotecas em todo o mundo e a 5,9 milhões de artigos de 9.000 publicações periódicas, entre as quais publicações periódicas eletrônicas.

A Biblioteca dispõe da versão de busca em rede *Hispanic American Periodicals Index*, que oferece informação sobre a América Latina e o Caribe, a região da fronteira entre o México e os Estados Unidos e a população hispânica dos Estados Unidos. A Biblioteca continua a ter acesso a *WorldCat*, ao banco de dados da Série de Tratados das Nações Unidas e a *Lexis-Nexis*.

Administração de documentos

A Biblioteca processou um total de 35.140 documentos e publicou um volume da *Síntesis de las decisiones adoptadas en las sesiones y textos de las resoluciones aprobadas del Consejo Permanente*, correspondente a 1999; publicou em espanhol e inglês a *Lista de resoluciones y declaraciones aprobadas por la Asamblea General en los períodos ordinarios y extraordinarios de sesiones correspondiente al período 1970–1999*; preparou um guia para busca de dados nos Tratados e Convenções Interamericanas, nos quatro idiomas oficiais, e o *Índice Analítico de resoluciones y decisiones sobre el tema Democracia*, e completou o *Índice de los Documentos de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 1960-2001 y de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, 1980-2001*. A Unidade deu início à preparação de um catálogo de documentos e publicações interamericanas a partir de 1989.

Documentos e publicações da OEA

No período abrangido por este Relatório, a Biblioteca enfrentou problemas causados pelo fechamento da livraria da OEA. A Biblioteca recebeu 985 pedidos e apresentou um plano de trabalho que propõe um novo sistema para a gestão dos documentos e publicações da OEA. Também preparou uma lista de universidades e de bibliotecas especializadas e lançou uma campanha de promoção da oferta de documentos da Organização.

Preservação

A Biblioteca completou o trabalho de microfilmagem dos Arquivos Oficiais da OEA correspondentes a 1998 e preparou, para o mesmo fim, os documentos e publicações da Comissão

Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos correspondentes ao período 1995-2001.

Serviço de administração de arquivos e registros

A Biblioteca realizou três sessões de treinamento sobre a forma mais eficiente de administração de arquivos, inclusive os de formato eletrônico. Uma destas sessões, cuja realização coincidiu com o Mês Nacional de Administração de Arquivos e Informação, incluiu a instrução sobre o uso do *Manual de Administración de Archivos*, recentemente publicado.

A Biblioteca depositou mediante contrato externo um total de 3.470 caixas de arquivos e, nesse mesmo lugar, foram eliminadas 1.000 caixas de arquivos obsoletos. O Centro de Administração de Arquivos recebeu, em depósito, 600 caixas de arquivos semi-ativos e enviou, para fins de transferência de arquivos, 708 caixas vazias para os escritórios da Secretaria; processou 50 caixas de arquivos de valor permanente e incluiu nos Arquivos uma coleção de filmes do Museu da América Latina.

Exposições

A Biblioteca Colombo realizou as exposições *U.S. Presidents and the OAS* e *Pan American Union Day Celebrations*, que apresentaram os originais de declarações, publicações, programas, fotografias em branco-e-preto e *posters* dos seus arquivos, bem como uma exposição das publicações da Biblioteca Ayacucho.

Guias e bibliografias

A Biblioteca produziu a Série Bibliográfica Hipólito Unanue, N° 12, *Guyana: A Bibliography of Books in the Columbus Memorial Library*. No mesmo período, o pessoal da Biblioteca, assim como, membros do programa de estágio da OEA prepararam outros guias e bibliografias. Em razão dos recentes ataques terroristas e do seu impacto nos Estados membros, a Biblioteca preparou o *Guía de recursos de información sobre terrorismo y su impacto económico y social*.

Doações e ofertas

A Biblioteca recebeu uma significativa doação de computadores da Missão de Observação Permanente da Coreia junto à OEA e, da Instituição Smithsonian, uma doação de estantes de face dupla, mesas de estudo ou pesquisa, estantes de metal e separadores metálicos de livros, no montante aproximado de US\$30.000.

Internos e voluntários

A Biblioteca Colombo beneficiou-se com a contribuição de estagiários e voluntários designados para projetos específicos, que assim supriram a carência de pessoal próprio. Para o Projeto de Catalogação de Mapas, um voluntário criou um banco de dados que permite incluir informação sobre a coleção de mapas históricos de que a Biblioteca é depositária.

COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

O artigo 112, h, da Carta atribui à Secretaria-Geral a função de “estabelecer relações de cooperação, consoante o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e com outros organismos nacionais e internacionais”.

Em cumprimento aos mandatos emanados da Assembléia Geral no seu Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões realizado em São José, Costa Rica, bem como de resoluções de períodos anteriores de sessões da Assembléia Geral, teve prosseguimento a coordenação com organizações e organismos internacionais e regionais. O nível de cooperação mais significativo foi estabelecido com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Secretaria da CARICOM.

Nos casos da ONU e da CARICOM, uma das atividades de cooperação mais importantes girou em torno da solução das dificuldades políticas do Haiti. A Organização manteve intercâmbios de informação com a Secretaria das Nações Unidas, e o Diretor para as Américas do Departamento de Assuntos Políticos. Também realizou atividades de cooperação setorial com distintas dependências e escritórios da Secretaria-Geral e com departamentos das Nações Unidas. Estas atividades deram margem a projetos em várias esferas relacionadas com as Nações Unidas, entre os quais várias iniciativas sobre meio ambiente, que contam com o apoio da Unidade de Desenvolvimento Sustentável, e nas áreas da remoção de minas, boa governação e democracia, com o apoio da UPD.

Em maio de 2001, a Secretaria da CARICOM uniu seus esforços aos da OEA na preparação de uma missão conjunta ao Haiti, sob a chefia conjunta do Secretário-Geral e da ex-Primeira-Ministra da Dominica, Senhora Eugenia Charles. Em missões subseqüentes de seguimento, realizadas em junho e julho, a Secretaria da CARICOM, por intermédio do Subsecretário-Geral de Relações Exteriores e Comunitárias, respaldou o empenho da OEA no sentido de facilitar as negociações entre os partidos políticos e a sociedade civil e outras entidades do Haiti. O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto também estiveram presentes na Reunião Anual de Chefes de Estado e de Governo da CARICOM, realizada em Nassau, Bahamas, de 3 a 6 de julho. A reunião serviu de oportunidade para o diálogo com Chefes de Estado e de Governo sobre assuntos e acontecimentos hemisféricos, entre os quais a situação do Haiti. A Secretaria da CARICOM continua vinculada a essa questão.

As Secretarias da OEA e da CARICOM trabalharam em conjunto na implementação de projetos de cooperação técnica, entre os quais projeto Caribe: adaptação à mudança climática (GPACC) e o Programa de Apoio à Governação nas Democracias Parlamentares. As duas Secretarias prestaram assistência recíproca nas missões de observação eleitoral na Guiana e em São Vicente e Granadinas, ambas realizadas em março de 2001. Em decorrência dessas missões e como parte do programa de apoio à governação, as Secretarias da OEA e da CARICOM cooperaram na convocação, em janeiro de 2002, de uma conferência sobre reforma constitucional nos Estados membros da CARICOM. A OEA apoiou e participou da Cúpula Especial sobre Turismo da CARICOM, realizada em dezembro de 2001.

A Organização dos Estados Americanos continuou empenhada em programas e projetos de cooperação com outras organizações regionais com as quais estabeleceu acordos formais, a saber: o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Associação de Estados do Caribe (ACS) e a Secretaria do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). Com a ACS, prestou e recebeu apoio e assistência nas reuniões anuais das respectivas organizações e formulou iniciativas em áreas comuns de cooperação. A Secretaria manteve consultas com funcionários da ACS por ocasião da Reunião Anual da Assembléia Geral da OEA realizada na Costa Rica, e um alto funcionário da Secretaria participou da Terceira Cúpula da ACS, na Venezuela. Além disso, fortaleceu a cooperação com o Sistema Interamericano por meio da Comissão Interamericana para a Redução de Desastres Naturais, com a ativa participação da OPAS, do BID, do IICA e da Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento, que atuaram em conjunto com a Secretaria-Geral da OEA em resposta a desastres naturais e na adoção de medidas sobre assuntos ligados à redução de riscos.

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA AGÊNCIA INTERAMERICANA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), segundo estabelece o artigo 98 da Carta da Organização, é a instância responsável perante o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) pelos programas, projetos e atividades de cooperação. A Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), órgão subsidiário do CIDI, determina, em suas reuniões ordinárias, extraordinárias e setoriais de nível ministerial ou equivalentes nas áreas de sua competência, as políticas e orientações da AICD. Foi estabelecida em junho de 1999 pela Assembléia Geral e iniciou suas atividades em janeiro de 2000. A finalidade da Agência é promover, coordenar, gerir e facilitar o planejamento e a execução de programas, projetos e atividades de cooperação solidária na OEA e, em particular, no contexto do Plano Estratégico de Cooperação Solidária.

Ao longo de 2001, seu segundo ano de operações, a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) continuou seu processo de consolidação para assim poder cumprir seu mandato básico de aumentar a qualidade e a quantidade da cooperação técnica no Hemisfério.

Em matéria de políticas, as atividades mais importantes incluíram a aprovação, pelo CIDI, do novo Plano Estratégico de Cooperação Solidária; o apoio da SEDI aos órgãos políticos e à organização de reuniões ministeriais nas áreas da educação e trabalho; e a promoção do papel da AICD nos temas de desenvolvimento na OEA, em função do aumento dos mandatos atribuídos à Organização na Terceira Cúpula das Américas, realizada em abril de 2001. Além disso, após os atos de terrorismo perpetrados em 11 de setembro nos Estados Unidos, o reconhecimento da necessidade de enfrentar as ameaças do terrorismo ocupou espaço prioritário especial na agenda de desenvolvimento social e econômico, com ênfase em programas de redução da pobreza. A respeito, o tema do diálogo da reunião ordinária do CIDI girou em torno dos mecanismos de cooperação para fazer face ao impacto desses atos. E, um dia antes da realização dessa reunião do CIDI, a AICD, com o objetivo de contribuir para o diálogo, realizou, em conjunto com o BID, um seminário sobre o impacto desses atos sobre a agenda do desenvolvimento.

Em termos de programas, a AICD fez grande progresso na definição de novos projetos de desenvolvimento humano ao diversificar as atividades de bolsas de estudo e treinamento existentes, criando um Portal Educacional e realizando acordos para oferecer cursos de treinamento à distância. Procuraram-se instrumentos para projetos mais eficazes com base no conceito de transferência, entre países, de experiências de práticas ótimas em várias áreas prioritárias do desenvolvimento, com simultâneo reforço do sistema multilateral de financiamento de projetos existente no âmbito do FEMCIDI, iniciando-se também o seu processo de reforma.

No que se refere ao governo da Agência, a Junta Diretora da AICD que se reuniu em três oportunidades durante o ano e atendeu a grande número de consultas por via eletrônica, está desempenhando um papel de crescente importância ao orientar o rumo operacional da Agência e promover a criação de alianças estratégicas fortes com outros sócios do desenvolvimento, sobretudo as Agências Nacionais de Cooperação, outras instituições interamericanas de desenvolvimento, os bancos sub-regionais de desenvolvimento, as empresas privadas e o setor não-governamental. No mesmo período, a Junta efetuou o primeiro rodízio de seus membros (quatro dos nove países) e procedeu à eleição de uma nova diretoria.

A AICD reorganizou-se internamente em dois departamentos programáticos – programas para o desenvolvimento e programas de tecnologia da informação para o desenvolvimento humano – e em dois novos departamentos funcionais, que foram incumbidos de importantes mandatos – coordenação de políticas e operações e finanças. Ademais, mediante Ordem Executiva, a responsabilidade da secretaria técnica da Comissão Interamericana de Portos foi transferida para a AICD.

Atividades da Junta Diretora da AICD em 2001

A Junta Diretora reuniu-se em quatro ocasiões no período abrangido por este relatório. A primeira reunião, realizada em Saint Kitts e Nevis, abordou temas relacionados com o Estatuto do FEMCIDI, o Regulamento da Junta Diretora, o Plano Estratégico de Cooperação Solidária e os aspectos financeiros e de política de pessoal. Examinaram-se também atividades da OEA na região do Caribe e possibilidades de maior cooperação. A reunião seguinte, realizada em Washington, D.C., possibilitou um diálogo sobre o processo de programação e o destino dos recursos do FEMCIDI. Além disso, o Presidente cessante apresentou um relatório sobre a sua gestão.

Na terceira reunião, realizada em Manágua, elegeu-se o Representante da Nicarágua como novo Presidente da Junta e a Representante de Belize como Vice-Presidente. Consideraram-se diversos relatórios e ouviram-se apresentações sobre o projeto de Plano Estratégico, a programação das atividades de cooperação, o Programa de Bolsas de Estudo e o Portal Educacional das Américas. Também realizaram-se apresentações sobre aspectos de natureza financeira. A última reunião da Junta aprovou a proposta de programação dos recursos para os projetos de cooperação solidária e recebeu o relatório das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES). A Junta Diretora também deu atendimento a diversas consultas relacionadas com a programação de recursos por via eletrônica.

Programas da AICD

Programas no âmbito do FEMCIDI

Como resultado de uma proposta da AICD, o ciclo de programação 2001 incluiu uma reforma transitória do atual regime do FEMCIDI, a fim de separar a programação entre uma etapa de apresentação inicial de perfis de projetos e, a seguir, uma etapa de apresentação definitiva. Autorizou-se também a proposição e a alocação de recursos para projetos multianuais. Embora implementada experimentalmente, a experiência foi positiva. As mudanças facilitaram a avaliação preliminar das propostas feitas pela Secretaria Executiva, permitindo a participação dos membros das CENPES na programação e dando ao pessoal da Secretaria Executiva a oportunidade de assessorar a preparação definitiva das propostas.

A Proposta de Programação 2001 incluiu 103 projetos, e o montante solicitado elevou-se a US\$12,6 milhões. As CENPES analisaram e avaliaram 103 projetos, apresentados por 33 Estados membros. Destes, 89 projetos, no montante total de US\$7,15 milhões, receberam recomendação favorável. A contribuição líquida de recursos disponíveis foi de US\$6,3 milhões, uma vez descontadas as contribuições para o Fundo Ordinário e a Conta de Reserva do FEMCIDI; contudo, ao somar-se a Conta de Reserva, os juros auferidos pelo FEMCIDI 2001 e os fundos não-programados, o montante disponível é de US\$7,97 milhões. Dos 89 projetos recomendados, 48 são regionais e 41 nacionais.

O quadro seguinte indica o número de projetos e os montantes correspondentes por conta setorial:

Conta Setorial	Número de Projetos	Montantes (em US\$)
Comércio	5	490.352
Desenvolvimento social	20	1.250.301
Educação	22	1.961.412
Cultura	2	103.000
Ciência e tecnologia	21	1.656.841
Democracia	6	484.524
Turismo	6	485.000
Meio ambiente	7	716.419

Programas de cooperação técnica no âmbito da iniciativa de práticas ótimas

- Iniciativas de transparência na área de governo eletrônico: área de aquisições do setor público

O objetivo da iniciativa é ajudar a melhorar a transparência e eficácia na prestação de serviços públicos e, por outro lado, promover o uso de novas tecnologias para a modernização do Estado. A primeira etapa do programa Governo Eletrônico baseou-se na identificação de vários sistemas de alta qualidade e eficácia, em função dos custos para as aquisições do setor público nos âmbitos nacional, estadual, provincial e municipal.

Com o apoio dos Fundos Específicos dos Estados Unidos, a AICD começou a preparar um programa que promove a participação da pequena empresa nos processos de aquisições de governo eletrônico e nas transações de comércio eletrônico em geral, em cooperação com o CONUPIA, do Chile, o Centro Norte-Sul da Universidade de Miami e o Fundo Multilateral de Investimentos do BID. A Agência também iniciou a identificação sistemática das práticas ótimas de governo eletrônico nos âmbitos subnacionais de governo, incluindo aquisições e licenças, registro da propriedade imobiliária e administração fiscal. Uma das áreas principais de interesse nesses âmbitos guarda estreita relação com os sistemas de aumento da receita e uso mais eficaz dos recursos municipais.

- Academias de governo eletrônico

Na Reunião Anual do BID, realizada em Santiago, Chile, em 19 de março, o Diretor-Geral da AICD, com o apoio da Microsoft e a participação da Secretaria-Geral da OEA, lançou o conceito da iniciativa sobre academias de governo eletrônico perante representantes governamentais de alto nível. Posteriormente, a Agência estabeleceu uma associação com o Centro Norte-Sul da Universidade de Miami e as empresas Microsoft, COMPAQ e KPMG, para aprofundar o estudo e o desenvolvimento dessa iniciativa.

A primeira etapa incluiu a organização de diversas reuniões técnicas regionais ou sub-regionais de alto nível, com o financiamento dos citados sócios do setor privado, com a finalidade de oferecer às instituições algumas práticas ótimas e oferecer uma oportunidade para a definição de estratégias de governo eletrônico em seus países. A primeira dessas reuniões realizou-se no Brasil, em outubro de 2001, e as restantes estão sendo preparadas em consulta com os governos interessados, a começar pelo Chile e o México, e continuando com a Argentina, Costa Rica e Peru.

- Iniciativa de eletrificação rural e telecomunicações

Como resultado do mandato em matéria de conectividade emanado da Terceira Cúpula das Américas, a Agência, concentrando-se nos mais necessitados, está explorando uma grande iniciativa de eletrificação e telecomunicações nas zonas rurais, que se baseará nos resultados satisfatórios do projeto do CIDI em Honduras (aldeias solares) como parte do seu Programa de Práticas Ótimas. A meta é proporcionar eletrificação e sistemas de telecomunicações de baixo custo e sustentáveis, utilizando fontes de energia renovável. Estes sistemas darão acesso a serviços de telefonia, automatização e Internet e serão instalados nos prédios de serviços comunitários (por exemplo, escolas, centros de saúde e igrejas) e em povoações sem acesso a redes elétricas e de telecomunicações.

A etapa de desenho desse projeto já está em andamento e, nesta primeira etapa, estará centrada em cinco países (Guatemala, Honduras, Bolívia, Colômbia e Belize); os dados compilados nesses países serão utilizados como modelo para incentivar a participação de outros Estados membros da OEA na iniciativa.

- Programa de desenvolvimento municipal

O objetivo do programa é proporcionar assistência técnica e treinamento em benefício do desenvolvimento do governo local nos Estados membros. O projeto e as atividades previstas ajudarão as instituições a melhorar suas capacidades gerenciais do ponto de vista do desenvolvimento. Estabeleceu-se uma rede de contatos com as instituições dos setores público e privado que participam do desenvolvimento municipal. Estabeleceram-se associações estratégicas com *Empresas Públicas de Medellín* (EEPPM), com o Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAM) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) para a prestação de serviços municipais de melhores práticas.

O acordo entre a AICD e *Empresas Públicas de Medellín* (EEPPM), assinado por ocasião da mais recente Assembléia Geral da OEA, estabelece o contexto em que estas últimas proporcionarão cooperação técnica e treinamento em matéria de serviços municipais de telecomunicações, energia, abastecimento de água e saneamento e planejamento estratégico. Assinou-se também um acordo com o IBAM para a prestação de assistência técnica e treinamento nas áreas de gerência fiscal, financeira, desenvolvimento de recursos humanos municipais, prestação de serviços, políticas de meio ambiente, desenvolvimento urbano e participação civil. Está sendo negociado um acordo similar com o IPPUC em suas respectivas áreas de conhecimentos técnicos especializados.

- Programa de fortalecimento das instituições trabalhistas

O objetivo do programa é melhorar a capacidade dos Ministérios do Trabalho, em matéria de desenvolvimento e implementação de efetivas políticas de emprego com a estreita colaboração dos agentes interessados: empregado e empregador. O programa também visa a orientar a tensão dos empresários dos Estados membros para a necessidade de adotar princípios de responsabilidade social e suas práticas de negócios, com ênfase particular na saúde e na segurança ocupacional.

No caso da saúde e da segurança no trabalho, mantêm-se conversações com os Ministérios do Trabalho do Chile e do Peru, com vistas à elaboração de um programa de cooperação técnica referente à prestação de serviços na área de melhores práticas, que poderia ser co-financiado pelo Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No caso do fortalecimento dos Ministérios do Trabalho, existe uma iniciativa similar, sendo a entidade prestadora de serviços o DIESSE do Brasil e a contraparte interessada em prestar a cooperação, o Ministério do Trabalho da Argentina.

- Habitação, mitigação de desastres e financiamento no Caribe e em El Salvador

O objetivo desta colaboração será estruturar um pacote financeiro com o apoio de *Overseas Private Investment Corporation*, especialmente para o tema de garantias asseguradas e colocação de bônus no mercado financeiro dos Estados Unidos. Paralelamente, outro objetivo é concentrar vários tipos de assistência técnica no fortalecimento institucional do *Eastern Caribbean Housing and Mortgage Bank* (ECHMB) e de sua capacidade de crescimento, para assim aproveitar as oportunidades oferecidas pela liberalização dos mercados financeiros. O ECHMD também está buscando assistência técnica para ajudar a mitigar os riscos que a constante ameaça de furacões representa para os Estados do Caribe Oriental, especialmente para os seus recursos habitacionais.

A AICD está desenvolvendo um esforço similar em El Salvador. Os dois recentes terremotos exerceram devastador efeito entre a população rural do país. O desastre, somado à situação já crítica da habitação em El Salvador, levou o Governo a considerar o tratamento a ser dado a algumas das causas básicas dessa escassez habitacional. O pessoal da Agência está trabalhando com o Banco Central da Reserva de El Salvador e outras entidades governamentais, a fim de integrar a assistência técnica necessária para a criação do marco jurídico, regulador, legislativo e operacional em que os ativos financeiros originários de El Salvador possam ser segurados e vendidos nos mercados interno e internacional.

Na área da transparência, iniciaram-se os preparativos para uma conferência sobre medidas de combate à corrupção, tendo-se recebido do Governo do México o apoio para que esse evento seja realizado no país, no primeiro semestre de 2002. Deu-se ênfase especial à promoção da liberdade de expressão e acesso a informação, com base na capacitação de profissionais do jornalismo de pesquisa. *Outros programas administrados pela AICD com fundos específicos*

Em 2001, a AICD teve a seu cargo a administração de vários fundos específicos relacionados com iniciativas de cooperação horizontal e o desenvolvimento sócio-econômico a saber:

- Fundos específicos dos Estados Unidos

Nos últimos anos, além de suas contribuições anuais ao FEMCIDI, os Estados Unidos têm apoiado o CIDI e a AICD com fundos de destinação específica. O valor desses fundos variou ao longo do ano entre US\$5,4 e US\$6,1 milhões, dependendo dos gastos incorridos e na medida da adoção de novas decisões para complementar os saldos existentes.

Em geral, esses fundos têm representado a fonte principal da ajuda aos novos programas da Agência no âmbito do Programa de Práticas Ótimas. Uma parcela desses fundos destinou-se ao reforço dos programas de desenvolvimento humano da Agência, em atividades que ainda deverão ser decididas.

- Outros fundos específicos

Fundo de Cooperação Horizontal da Argentina	(US\$2,26 milhões, montante em 1/1/2001)
Fundos Específicos de Coop. Horiz. do México	(US\$1,78 milhões, montante em 1/1/2001)
Programa BID-OEA-Comissão Capacetes Brancos	(US\$1,5 milhão, valor do Acordo)
Projeto de Habitação AICD-SOPTRAVI Honduras	(US\$6 milhões, valor do Acordo)
Projeto Alfabetização AICD-MINEDUC Guatemala	(US\$4,8 milhões, valor do Acordo)
Projeto Regional de Meteorologia AICD-CONACYT	(US\$2,5 milhões, valor do Acordo)

A AICD também administra outros fundos específicos ou de cooperação horizontal do Uruguai, Peru, Brasil, Colômbia, Honduras, Israel e Espanha, no valor total aproximado de US\$200.000.

Programas de Desenvolvimento Humano e de Tecnologia da Informação

- Bolsas de estudo de pós-graduação

Neste período, processaram-se e apresentaram-se 680 pedidos ao Programa Regular de Treinamento (PRA), tendo-se outorgado 167 novas bolsas de estudo de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de pesquisa em universidades de toda a região. Em sua maioria, os bolsistas estudam nos Estados Unidos (54%), com proporções consideráveis no Brasil (8%), Canadá (5,5%), Chile (12,9%), Costa Rica (8%) e México (8%). Além das novas bolsas, o grupo de bolsas de estudo também processou 115 extensões de bolsas concedidas inicialmente no ano 2000 e prorrogadas por mais um ano. O custo da outorga de bolsas de estudo e suas extensões em 2001 é de aproximadamente US\$5,4 milhões.

- Bolsas de estudo de pré-graduação

O Programa Especial de Bolsas de Estudo para o Caribe de Língua Inglesa (SPECRAF), outorga bolsas para estudos universitários em áreas de desenvolvimento prioritárias para a região do Caribe, levando em conta os campos que exercem impacto sobre o desenvolvimento integral e sustentável. Ativaram-se 28 novas bolsas e concederam-se 22 extensões de um ano acadêmico para bolsas outorgadas em 2000. O custo das novas bolsas e de suas extensões é de aproximadamente US\$900.000.

- Cursos breves de treinamento especializado

Os cursos breves de treinamento especializado do Programa de Bolsas de Estudo incluem os oferecidos pelos Estados membros e Observadores e pelas Unidades Técnicas da Secretaria-Geral da OEA, a saber: o Programa de Cooperação Horizontal para Bolsas de Estudo e Treinamento (CHBA), que ofereceu 65 cursos e concedeu 593 bolsas; o Programa Especial de Treinamento (PEC), que ofereceu 18 cursos e concedeu 99 bolsas; e o Programa de Cursos de Especialização de Áreas Técnicas (CEAT). Dos três cursos anunciados durante o ano, a Agência selecionou e concedeu 152 bolsas de estudo.

O Anexo F deste Relatório contém os detalhes de todas as bolsas de estudo concedidas em 2001.

Novos programas educativos e de desenvolvimento humano

O Portal Educacional das Américas

O Portal Educacional é uma ampla rede de recursos que oferece informação sobre as oportunidades de educação e treinamento à distância existentes na região. Proporciona acesso a mais de 4.500 cursos de educação à distância oferecidos em todas as disciplinas acadêmicas por universidades acreditadas, ademais de informação sobre oportunidades de bolsas de estudo, cursos de desenvolvimento profissional de professores, notícias sobre eventos e outras interfaces de interesse. O Portal foi construído mediante uma contribuição financeira do Governo dos Estados Unidos.

O Portal Educacional foi concebido e desenvolvido em consulta e coordenação com a empresa Microsoft e o Instituto Tecnológico de Monterrey, do México. Ademais, estabeleceram-se alianças estratégicas com instituições públicas e privadas como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização de Estados Ibero-Americanos, o *Institute of Connectivity*, do Canadá, a UNED, da Espanha e outras universidades e instituições de educação superior da América Latina e da Espanha, para a obtenção de equipamento, sistemas, conteúdos e outros serviços necessários para a construção do Portal.

A versão beta do Portal Educacional foi lançada em espanhol e inglês na reunião dos Ministros da Educação, realizada em 24 e 25 de setembro de 2001. Já está disponível a versão em português e francês. No período abrangido por este Relatório, o Portal recebeu mais de 11 milhões de *hits*.

Programa de bolsas de estudo de liderança para as Américas “Alberto Lleras”

Este novo programa evoca a memória do Doutor Alberto Lleras, primeiro Secretário-Geral da OEA e homem visionário que promoveu a educação e o intercâmbio entre os cidadãos das Américas. O programa assim se denomina em sua honra. Seu objetivo é estabelecer um consórcio de universidades com uma base ampla para o financiamento conjunto de bolsas de estudo e de pesquisa, assim multiplicando os recursos de financiamento dos orçamentos das universidades e dos Estados e aumentando os limitados recursos da OEA.

A AICD já assinou 16 acordos e, atualmente, está mantendo negociações com mais de 50 universidades que receberam aprovação preliminar de suas autoridades para acordar o co-financiamento de bolsas. As universidades concordam em compartilhar o custo das matrículas dos bolsistas da OEA, o que reduz consideravelmente os custos para a Organização.

E-Bolsas

E-Bolsas é um novo conceito que habilitará os *e-bolsistas* a participar de programas de educação superior sem sair do próprio país durante o período das respectivas bolsas. O Programa de Bolsas de Estudo oferecerá bolsas por via eletrônica – as *E-Bolsas* – como alternativa eficaz em função dos custos para expandir as oportunidades de educação nas comunidades remotas das Américas.

O Instituto Tecnológico de Monterrey (ITESM) já formalizou a concessão de 340 bolsas para cursos de educação à distância, a serem oferecidos por meio do Portal da Educação das Américas. Um processo semelhante está em curso com a Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED), da Espanha, por meio de um acordo de colaboração e cooperação assinado entre a Agência e a UNED para oferecer oportunidades de educação à distância aos estudantes das Américas. Entabularam-se também negociações com outras instituições acadêmicas líderes para assegurar novas ofertas de *e-bolsas*. Atualmente, a Agência está negociando 100 bolsas com o Projeto Zero da Escola de Educação da Universidade de Harvard.

Oportunidades de financiamento interinstitucional e empréstimos de educação

O Programa de Bolsas de Estudo continua sua busca de novas formas de colaboração com organismos que participam da outorga e do financiamento de bolsas de estudo em geral. Isto implica o financiamento conjunto de bolsas com universidades colaboradoras e o desenvolvimento de programas de empréstimos como forma alternativa de assistência aos candidatos que não se qualificam para financiamento a título de doação. Nesse sentido, a Agência formalizou, com o LASPAU, uma instituição

da Universidade de Harvard, e o Programa Fulbright um acordo para o financiamento conjunto de 20 bolsas de estudo para cidadãos do Equador na área da conservação e gestão do meio ambiente.

A Agência também assinou um acordo com a Associação Pan-Americana de Instituições de Crédito Educacional (APICE), para o financiamento conjunto ou a garantia mútua de bolsas de estudo. Com este Programa, o Fundo Leo Rowe concederá empréstimos a estudantes para programas de bolsas de pré e pós-graduação. Este acordo oferecerá mais oportunidades aos estudantes que se candidatam a bolsas, mas que não são selecionados devido à limitação do número de bolsas disponíveis, ou que receberam uma bolsa parcial e necessitam de recursos adicionais para cobrir suas necessidades financeiras.

Além disso, o Fundo Rowe, administrado pela AICD, continua a conceder empréstimos para educação, isentos de juros, a 103 estudantes de pré e pós-graduação dos países da América Latina e do Caribe, no montante total de US\$626.300. A Secretaria considerou alguns candidatos, com os quais chegou a um acordo, já que estes, por não poderem oferecer um garante tradicional, apresentaram instituições como garantes em seus países.

Operações e finanças

Mobilização de recursos alternativos de financiamento

Ao longo do ano, assinaram-se três acordos com instituições financeiras para o financiamento de projetos de cooperação técnica. Dois bancos dos Estados Unidos, o *Bank of America* e o *Riggs National Bank*, além do *Bank of Nova Scotia*, do Canadá, que dispõe de ampla rede de bancos e escritórios na América Latina e no Caribe, encontram-se entre essas instituições. Os acordos somam US\$115 milhões. A AICD também formalizou acordos com a Corporação para o Desenvolvimento das Exportações do Canadá (EDC), a entidade oficial canadense encarregada de promover as exportações do país, e o Instituto de Crédito Oficial (ICO), da Espanha, mediante o qual este financiará a transferência de conhecimentos técnicos especializados.

Sistema de contabilidade/controles financeiros

Em abril de 2001, selecionou-se a firma *EF Kearney* para efetuar um exame do sistema de contabilidade da AICD e recomendar alternativas. Seu relatório, apresentado em junho, foi distribuído aos membros da Junta Diretora. O relatório conclui que a AICD deverá utilizar o sistema *Oracle Financials* e deverá adotar o sistema em janeiro de 2002, ocasião em que o restante da Secretaria-Geral estará adotando o sistema *Oracle 11i*. Além disso, em resposta a certas deficiências operacionais nos controles internos assinaladas pelos Auditores Externos, a Agência preparou as medidas corretivas para saná-las.

O site da Agência na Internet

A Agência lançou o seu *site* na Internet em abril de 2001, em inglês e espanhol. Após uma coordenação com outros departamentos da Agência, os serviços iniciais oferecidos incluem: informação geral sobre a AICD (quem somos, mensagem do Diretor, perguntas e respostas frequentes, etc.), informação sobre os projetos oferecidos por meio da Agência (FEMCIDI, cooperação horizontal, o novo fundo de práticas ótimas, etc.), informação sobre o Programa de Bolsas de Estudo da OEA e empréstimos para educação, uma biblioteca digital em linha, novidades na área do desenvolvimento e cooperação e interfaces com outros *sites* correlatos.

Fundação para as Américas

A Fundação é uma organização não-governamental filiada à AICD, cujo mandato é mobilizar recursos financeiros em associação com o setor privado e outras entidades sem finalidade de lucro. Em 2001, a Fundação expandiu seus programas principais em execução e seus acordos de cooperação em duas áreas: transparência e conectividade.

Na área da conectividade, a Fundação continuou a aplicar o modelo de voluntários da *Net Corps Americas* e mobilizou recursos para a aplicação de tecnologia da informação e comunicação no treinamento de pessoas portadoras de deficiências, meninos de rua e organizações de mulheres que oferecem treinamento em liderança. Na área da transparência, iniciou-se a programação de uma conferência sobre medidas de combate à corrupção no primeiro semestre de 2002. O Governo do México manifestou seu apoio à realização do evento no país. Nesse campo, tem-se dado ênfase especial à promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação, com base na capacitação de jornalistas pesquisadores.

A fim de fortalecer este importante instrumento para o cumprimento dos mandatos de desenvolvimento hemisférico atribuídos à OEA, a direção da AICD e a Junta de Diretores da Fundação reuniram-se em diversas oportunidades durante o ano.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subsecretaria de Assuntos Jurídicos apóia os órgãos da Organização mediante a preparação de estudos, documentos e pareceres jurídicos, assessoramento jurídico e a prestação de serviços de secretaria técnica. Colabora na preparação de tratados, acordos e outros instrumentos internacionais e cuida dos procedimentos legais relativos à assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação quando a Secretaria-Geral é depositária. Presta serviços técnicos e de secretaria à Comissão Jurídica Interamericana e ao Tribunal Administrativo. A Subsecretaria foi reorganizada mediante a Ordem Executiva Nº 96-4, de 13 de maio de 1996, que concentrou suas funções em três áreas: o desenvolvimento do Direito Internacional Público e Privado, as atividades de cooperação na área do Direito e as atividades de informação e divulgação jurídica. Está integrada pelo Escritório do Subsecretário e pelos Departamentos de Direito Internacional e de Cooperação e Divulgação Jurídica e pela Secretaria do Tribunal Administrativo.

Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos

O Escritório, no cumprimento de suas funções de direção, planejamento e coordenação em matéria de assuntos jurídicos, contribuiu para o desenvolvimento e a codificação do Direito Internacional e para a programação e o desenvolvimento de atividades em matéria de cooperação e divulgação jurídica. Também continuou suas tarefas de apoio ao Tribunal Administrativo (TRIBAD) e de supervisão administrativa da Secretaria do Tribunal.

De acordo com estes objetivos e responsabilidades, participou do Quinquagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana (CJI), realizado em Ottawa, Canadá, de 12 a 23 de março de 2001, e do Quinquagésimo Nono Período Ordinário de Sessões da CJI, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 2001. Neste período de sessões, prestou assessoramento principalmente ao tema relativo ao projeto da Carta Democrática Interamericana.

Em ambas as oportunidades, o Escritório prestou apoio jurídico aos períodos de sessões que abordaram a elaboração de um relatório sobre o futuro da Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado e a aprovação de um projeto de orientação legislativa sobre fecundação assistida. Por outro lado, o Escritório prestou apoio aos preparativos da Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI), realizada em fevereiro de 2002.

Também participou das Jornadas de Direito Internacional realizadas na Cidade do México, de 11 a 14 de dezembro de 2001. Nesse encontro, analisaram-se diversos temas que preocupam o Direito Internacional contemporâneo, com vistas a aperfeiçoar o ensino deste ramo do direito e desenvolver vínculos institucionais entre as diversas faculdades de direito do Continente, a fim de atualizar os programas de estudo desta disciplina e melhorar seu ensino. Na ocasião, os participantes ouviram uma apresentação do Escritório sobre os principais temas da agenda jurídica da OEA e o estado do Direito Internacional em geral.

Em março de 2001, o Escritório reuniu-se em Ottawa com altas autoridades do Ministério da Justiça do Canadá para examinar as possibilidades de cooperação para as atividades jurídicas desenvolvidas pela Organização e atendidas pela Subsecretaria de Assuntos Jurídicos. Posteriormente, o

Subsecretário de Assuntos Jurídicos participou, como expositor, da Conferência de Montreal, como integrante do grupo encarregado do tema “Harmonização dos sistemas jurídicos vigentes nas Américas”.

O Escritório se fez presente e prestou assessoramento jurídico ao Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado de 3 a 5 de junho de 2001, em São José, Costa Rica. Também prestou apoio jurídico por ocasião do Vigésimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, que teve lugar em Lima, Peru, de 10 a 12 de setembro de 2001, no qual foi adotada a Carta Democrática Interamericana.

Em junho de 2001, o Subsecretário de Assuntos Jurídicos assistiu ao Curso de Direito Internacional organizado pela Universidade do Panamá e pela Secretaria-Geral da OEA, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos. Na ocasião, discorreu sobre a atual agenda político-jurídica da Organização e pronunciou conferências sobre a evolução do Sistema Interamericano e solução pacífica de controvérsias.

O Escritório, como parte da sua função de contribuir para o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional, participou de diversas conferências e reuniões internacionais destinadas a divulgar a atividade da OEA nesses campos ou esteve presente às mesmas para informar-se sobre as atividades de cooperação jurídica internacional.

Nesse sentido, assistiu, como observador, à conferência realizada em Saltsjobaden, Suécia, organizada pelo Consórcio Internacional sobre Cooperação Jurídica (ILAC). A conferência foi auspiciada pela *International Bar Association*, a Agência de Desenvolvimento Internacional da Suécia e o Colégio de Advogados deste país. Estas instituições dedicam-se a promover e avaliar os sistemas de justiça a partir de uma perspectiva internacional com vistas a aperfeiçoar a administração de justiça nos países. Por outro lado, assistiu à reunião *Terceira Cúpula das Américas: Resultados e Implicações*, organizada pelo Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade George Washington e o Escritório de Relações Externas da OEA. Também em abril de 2001, participou da mesa-redonda a *Cúpula das Américas de Québec: um relatório atualizado*, patrocinada pelo Centro Norte-Sul e realizada em Washington, D.C.

Em abril de 2001, o Escritório participou da reunião anual da *American Society of International Law*. Este encontro de advogados especializados em Direito Internacional abordou temas tais como o passado e o futuro do Direito Internacional e outros aspectos desta disciplina, entre os quais o aperfeiçoamento dos mecanismos para promover os direitos humanos; a democratização das instituições internacionais; jurisdição universal; conflitos de fronteira entre Estados; e o papel desempenhado pelos assessores jurídicos de organizações internacionais e dos tribunais internacionais.

O Escritório também participou da reunião anual da *American Bar Association* e acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela Seção de Direito e Prática Internacional, que abordaram temas como o sistema financeiro global e a dívida pública externa; acordos regionais de comércio; e combate à corrupção. Além disso, mantiveram-se conversações sobre a possibilidade de estabelecer relações de cooperação para impulsionar o programa do Escritório sobre a coexistência de diferentes sistemas jurídicos nas Américas.

Ademais, o Escritório participou da reunião organizada pela *American Society for International Law*, intitulada *To War, To Court, To Both* e destinada a discutir diversos problemas jurídicos decorrentes do uso da força contra terroristas e em face a Estados que não participem desses atos, bem como as

vantagens e desvantagens de processar terroristas. Em outubro, assistiu à mesa-redonda *The Andean Region: Migration Consequences of Political Instability and Economic Crisis*, organizada pelo Centro Norte-Sul, em Washington, D.C. Em novembro, participou de outra mesa-redonda *Terrorism, Porous Borders, and Homeland Security*, patrocinada por esse mesmo Centro.

Por outro lado, o Escritório do Subsecretário preparou e publicou, em julho de 2001, o documento *La Organización de los Estados Americanos (OEA)*, como capítulo da seção sobre organizações internacionais da série *International Encyclopedia of Laws*, Suplemento 9, Kluwer Law International. E, em outubro do mesmo ano, o Escritório preparou e publicou o artigo *La Tercera Cumbre de las Américas y el trigésimo primer período ordinario de sesiones de la Asamblea General de la OEA: desarrollos actuales de la cláusula democrática adoptada por la Cumbre de Quebec y sobre el proyecto de Carta Democrática Interamericana*, em *American Journal of International Law*.

No cumprimento de suas funções de assessoramento jurídico a temas específicos, o Escritório cumpriu diversas tarefas em distintos níveis no âmbito do Conselho Permanente da Organização. Os serviços técnicos prestados abrangeram, por exemplo, a reforma do Regulamento do Conselho Permanente; a consideração do tema da modernização da OEA e renovação do Sistema Interamericano; a consideração do projeto de Convenção para a Prevenção e Eliminação do Terrorismo e o seguimento da discussão e aprovação do projeto de Carta Democrática Interamericana; preparação e apoio técnico para a realização da Quarta Reunião de Ministros da Justiça das Américas; preparação de quatro volumes relativos a essas reuniões ministeriais; prestação de assessoria jurídica à Vigésima Terceira e Vigésima Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; apoio às Assembléias Modelo realizadas pela Secretaria-Geral; planejamento e orientação do CD-ROM sobre as atividades jurídicas da Secretaria-Geral da OEA e diversos outros assuntos.

Projeto OEA/SAJ-ACDI

Com base no acordo geral assinado entre a Secretaria-Geral da OEA e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos encarregou-se da realização do projeto *Las transacciones comerciales internacionales en las Américas: armonización legal y bijuralismo* (24 de julho de 2001). O objetivo do projeto é avaliar as oportunidades para promover uma maior harmonização e uniformidade jurídica no âmbito das transações comerciais no nível hemisférico, levando em conta as dificuldades decorrentes da existência de diferentes sistemas jurídicos nas Américas. Para tanto, contou com a participação de peritos acadêmicos e do setor privado que desenvolveram temas de harmonização legal em áreas dos setores da energia, financiamento, estabelecimento de sociedades no estrangeiro e trabalhos de harmonização legal na área contratual. Como parte da execução deste projeto, o Escritório do Subsecretário deverá publicar esses estudos e trabalhos com o propósito de informar os Estados membros da OEA sobre a matéria e oferecer maior informação sobre estes diferentes campos e problemas jurídicos das transações jurídicas internacionais.

Assuntos administrativos e orçamentários

De acordo com a Ordem Executiva Nº 96-4, o Escritório do Subsecretário, no exercício de suas funções de administração da Subsecretaria, desempenhou tarefas de planejamento, direção e coordenação de todas as atividades da Subsecretaria mediante a elaboração, o controle e a execução do orçamento destinado para sua área, como também aos projetos que executa. Além disso, cumpriu as atividades administrativas, orçamentárias e de supervisão e apoio à Comissão Jurídica Interamericana e ao Tribunal Administrativo.

Entre essas atividades, cumpre mencionar: uma reunião do Tribunal Administrativo; dois períodos de sessões da Comissão Jurídica Interamericana; a realização do Curso de Direito Internacional (Rio de Janeiro) e das Jornadas de Direito Internacional (Cidade do México). Além disso, com o objetivo de captar fundos externos, o Escritório inteirou-se junto ao *Foundation Center* a respeito das diferentes fontes e procedimentos para a obtenção desses fundos. O Escritório do Subsecretário também recebeu uma doação da Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá para apoiar um projeto de harmonização jurídica e bijuralismo, mediante estudos que abranjam o exame dos sistemas do direito civil e consuetudinário. O projeto deverá estar concluído em princípios de março de 2002.

Departamento de Direito Internacional

O Departamento de Direito Internacional desempenhou as seguintes funções: assessoramento no campo do Direito Internacional aos órgãos, organismos e entidades da Organização; Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana; elaboração ou coordenação de estudos e pesquisas em matérias de sua competência; difusão do Direito Internacional mediante cursos, jornadas e publicações; e depositário dos tratados interamericanos e dos acordos de cooperação celebrados pela Organização, cujo detalhe aparece no Anexo C deste relatório.

Assessoramento aos órgãos, organismos e entidades da OEA

O Departamento assessorou e prestou assistência jurídica à Assembléia Geral, ao Conselho Permanente e a suas respectivas comissões e grupos de trabalho. Cabe mencionar o assessoramento prestado durante todo o processo de elaboração da Carta Democrática Interamericana, em particular, por meio do documento GT/CDI-1/01, *Cuadro comparativo entre los textos de la Carta Democrática Interamericana – proyecto de resolución rev. 7 –, de la Carta de la OEA y de la resolución AG/RES. 1080 (XXIX-O/99), sobre democracia representativa*. O Departamento também continuou a desempenhar funções de assessoria ao Grupo de Trabalho sobre Probidade e Ética Cívica da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos. Para tanto, prestou serviços de assessoria e preparou o material que serviu de base para a elaboração do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção, adotado em 6 de maio de 2001, em Buenos Aires, Argentina.

Para a Comissão de Segurança Hemisférica, o Departamento de Direito Internacional finalizou a edição e publicou os documentos referentes à Vigésima Reunião de Consulta, no âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Para o Grupo de Trabalho sobre Democracia Representativa, o Departamento continuou a prestar assessoria solicitada, que abrange as atividades desenvolvidas em relação à participação das organizações da sociedade civil nas atividades da Organização dos Estados Americanos.

O Departamento apoiou os trabalhos dos Grupos de Peritos Encarregados da Preparação dos documentos relativos aos três temas considerados pela Sexta Conferência Especializada Interamericana

sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI), realizada em Washington, D.C., de 4 a 8 de fevereiro de 2002. Os temas referem-se a transporte internacional, garantias mobiliárias e responsabilidade internacional por contaminação transfronteiriça. Além disso, o Departamento preparou estudos e antecedentes sobre o desenvolvimento do Direito Internacional Privado nas Américas, como contribuição para os trabalhos da Comissão Jurídica Interamericana e apresentados na CIDIP-VI. Finalmente, o Departamento de Direito Internacional preparou os projetos de Regulamento e calendário dessa conferência, que foram oportunamente considerados pelo Conselho Permanente.

O Departamento de Direito Internacional assessorou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente na avaliação do funcionamento do sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos, visando ao seu aperfeiçoamento e fortalecimento, e colaborou com a Presidente dessa Comissão na elaboração do documento que abrange todas as atividades desenvolvidas no período 2000-01 nas áreas de universalização do Sistema Interamericano, bem como as contribuições da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, das organizações não-governamentais e das instituições nacionais dedicadas à promoção de direitos humanos. Este relatório resume os mandatos da Terceira Cúpula das Américas e leva em conta as propostas de diversas delegações a respeito do fortalecimento do Sistema.

O Departamento também apoiou a Presidente da CAJP na elaboração dos relatórios sobre as observações e recomendações aos relatórios anuais da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e do relatório que a CAJP submeteu à Comissão sobre a Gestão das Cúpulas, antes da realização da Cúpula das Américas. O Departamento prestou assistência e assessoramento em matéria de promoção e respeito ao direito internacional humanitário, direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e suas famílias, defensores dos direitos humanos nas Américas e apoio aos instrumentos interamericanos de direitos humanos.

O Departamento também prestou serviços de assessoria jurídica ao grupo de trabalho criado pela Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos encarregado de elaborar um projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo, a ser apresentado ao próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral da Organização, tal como disposto pela Vigésima Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Os trabalhos basearam-se nas diferentes propostas formuladas por várias delegações e no anteprojeto que o Departamento preparara em 1995.

O Departamento de Direito Internacional continuou a assessorar e dar sua colaboração ao Grupo de Trabalho Encarregado de Estudar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, participando da preparação de documentos comparativos, da elaboração de um anteprojeto a ser apresentado pela Presidência do Grupo de Trabalho em janeiro de 2002 e da organização da nova reunião especial do Grupo de Trabalho, marcada para a última semana de fevereiro de 2002, em Washington, D.C. No primeiro semestre de 2001, o Departamento cooperou com o Grupo de Trabalho, cujas atividades culminaram com uma reunião especial realizada de 2 a 6 de abril de 2001, que avançou na consideração do citado projeto de Declaração.

Cumprindo suas funções de assessoramento à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente, o Departamento de Direito Internacional preparou o documento “Elaboração de um projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância (estudo do tema no Sistema Interamericano)”, do qual fora encarregado pela Assembléia Geral. Também compilou as atividades e normas relativas ao tema, tanto no Sistema Interamericano, como em outras instâncias internacionais.

Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana

Na qualidade de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana, o Departamento de Direito Internacional prestou apoio técnico e administrativo por ocasião dos dois períodos ordinários de sessões da Comissão, realizados em março e agosto de 2000, respectivamente. Para tanto, preparou as agendas anotadas dos dois períodos de sessões, descritivas da evolução de cada tema incluído na agenda da Comissão. Também redigiu documentos que resumem os mandatos confiados pela Assembléia Geral à Comissão; prestou apoio à redação dos respectivos projetos de resolução; colaborou na edição dos relatórios apresentados pelos membros da Comissão; preparou atas resumidas sobre o desenvolvimento das reuniões da Comissão Jurídica; e encarregou-se da preparação do Relatório Anual da Comissão à Assembléia Geral da OEA. No período de recesso da Comissão Jurídica Interamericana o Departamento apoiou os relatores no desenvolvimento de seus respectivos temas; organizou a participação dos membros da Comissão como observadores junto a diferentes foros e deu cumprimento aos mandatos contidos nas resoluções e decisões da Comissão Jurídica Interamericana. Adicionalmente, o Departamento de Direito Internacional apoiou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente na elaboração de suas observações e recomendações ao relatório anual dessa Comissão correspondente ao ano 2000.

Quanto à divulgação e ao estudo do Direito Internacional, particularmente do Direito Interamericano, o Departamento, dando cumprimento ao Programa Interamericano de Desenvolvimento do Direito Internacional, organizou o Curso de Direito Internacional e as Jornadas de Direito Internacional, apoiou as Assembléias Modelo e publicou as REMJAs, o Curso de Direito Internacional e as Jornadas de Direito Internacional.

Cursos e Jornadas de Direito Internacional

Em conjunto com a Comissão Jurídica Interamericana, o Departamento de Direito Internacional organizou, de 30 de julho a 24 de agosto de 2001, o Vigésimo Oitavo Curso de Direito Internacional, do qual participaram 26 professores, 30 bolsistas da OEA selecionados dentre mais de 100 candidatos e seis alunos que custearam sua participação. O Curso, que girou sobre o tema “A pessoa humana no Direito Internacional Contemporâneo”, foi ministrado no Centro Empresarial Rio, do Rio de Janeiro. O Departamento preparou o programa do Curso, estabelecendo contato com os respectivos professores e organizando sua viagem e estada na cidade; selecionando os bolsistas do Curso, prestando-lhes toda a informação necessária para sua participação e o apoio acadêmico e pessoal durante sua estada; e avaliando a participação dos bolsistas para fins de obtenção do respectivo certificado de aprovação.

De 11 a 14 de dezembro de 2001, o Departamento de Direito Internacional organizou as Jornadas de Direito Internacional pelo terceiro ano consecutivo. Para este período, a Secretaria-Geral aceitou o oferecimento de sede da Universidade Nacional Autônoma do México. As Jornadas de Direito Internacional reuniram destacados professores de universidades das Américas, especialistas em Direito Internacional, tanto Público como Privado, para aprofundar a análise da temática jurídica atual, intercambiar idéias e propostas de ação para melhorar o ensino do Direito Internacional, fortalecer os vínculos entre as instituições acadêmicas do Hemisfério e promover o estudo do Direito Interamericano e sua incorporação sistemática aos programas de Direito Internacional nas faculdades de Direito de diferentes universidades.

O Departamento prestou assessoramento às Assembléias Modelo realizadas neste período: a Vigésima Primeira Assembléia Modelo para Universidades, de 29 de abril a 4 de maio de 2001, em San

Martín de Los Andes, Argentina; e a Vigésima Assembléia Modelo para Escolas Secundárias, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2001, em Washington, D.C. Participou do Curso Regional de Direito Internacional, no Panamá, em junho de 2001 e ofereceu uma palestra sobre Sistema Interamericano no curso introdutório para Representantes e Observadores junto à Organização.

Publicações

Em abril de 2001, o Departamento publicou quatro volumes referentes às três Reuniões de Ministros da Justiça ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJAs) até agora realizadas no âmbito da OEA. O Departamento de Direito Internacional encarregou-se da preparação e publicação desses volumes. A obra inclui os documentos principais apresentados pelos Estados membros e demais participantes, bem como o relatório final de cada uma das três reuniões.

Em junho de 2001, o Departamento publicou o volume sobre as Jornadas de Direito Internacional, realizadas em dezembro de 2000, na cidade de Córdoba, Argentina, que contém os trabalhos apresentados pelos professores, os debates, as conclusões e as recomendações da reunião, bem como os documentos de trabalho preparados pelo Departamento de Direito Internacional.

Em agosto de 2001, o Departamento publicou o Volume 19, referente ao Décimo Sétimo Curso de Direito Internacional, que contém as aulas ministradas durante o Curso em agosto de 2000, na cidade do Rio de Janeiro. O Volume abrange 20 trabalhos publicados no seu idioma original, bem como a lista completa de professores e alunos participantes.

O Departamento de Direito Internacional, em conjunto com o Departamento de Serviços Jurídicos, orientou a produção de um CD-ROM sobre as atividades jurídicas da Secretaria-Geral. Utilizou-se a informação contida em cinco áreas da página eletrônica da OEA: o Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos, o Departamento de Direito Internacional, o Tribunal Administrativo, o Departamento de Cooperação Jurídica e o Departamento de Serviços Jurídicos. O CD-ROM foi lançado em meados de dezembro de 2001.

Tratados interamericanos e acordos bilaterais de cooperação

Em conformidade com o artigo 112, f, da Carta da Organização, a Secretaria-Geral é depositária dos tratados e acordos interamericanos e dos respectivos instrumentos de ratificação. Ademais, conforme o artigo 112, h, corresponde à Secretaria-Geral estabelecer relações de cooperação, segundo o decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e outros organismos nacionais e internacionais.

Mediante a Ordem Executiva N° 96-04, de maio de 1996, referente à reorganização da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, atribui-se ao Departamento de Direito Internacional a função de depositário dos tratados multilaterais interamericanos que a Carta da Organização confere à Secretaria-Geral.

O Departamento de Direito Internacional cumpre a função de depositário dos acordos bilaterais formalizados pelos órgãos da OEA com os Estados americanos ou com outros organismos interamericanos ou entidades nacionais de países membros ou Observadores, bem como dos acordos assinados entre os Estados membros em relação aos quais a Secretaria Geral tenha sido designada como depositária.

Em 2001, no que se refere aos tratados multilaterais interamericanos, velou-se pelo cumprimento das formalidades e dos procedimentos requeridos para a assinatura, o depósito dos instrumentos de ratificação e/ou adesão, a formulação de reservas e outras declarações, a denúncia e outros atos jurídicos, tais como a designação de autoridades centrais no âmbito dos tratados multilaterais interamericanos. Nesse sentido, cumpriram-se os procedimentos de recebimento de pedidos formulados pelos Estados membros, revisão dos documentos apresentados (plenos poderes, instrumentos de ratificação e/ou adesão), coordenação com o Escritório de Protocolo, o Gabinete do Secretário-Geral, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e o Escritório de Informação Pública para as respectivas cerimônias, a preparação das atas e dos discursos, o registro dos atos e sua notificação aos Estados membros e organismos interessados.

Neste contexto, prestou-se assessoria jurídica a representantes dos Estados membros e aos órgãos, organismos e entidades da Organização em matéria de formalidades e procedimentos. Até 30 de novembro de 2001, o Departamento de Direito Internacional participou de 15 processos de assinatura (13 a mais do que em 2000), e de 37 processos de depósito de instrumentos de ratificação e adesão (24 a mais do que em 2000), além de um processo de retirada de declaração, um processo de retirada de reserva e cinco processos de designação de autoridade central (quatro a mais do que em 2000). Registraram-se também, três novos instrumentos jurídicos, a saber: a Declaração dos Estados Partes da Convenção Interamericana contra a Corrupção, a Declaração de Lima sobre a Carta Democrática Interamericana e o Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas.

Ademais do preparo de certificações, prestou-se informação atualizada e completa sobre esses tratados (seu texto, o estado atual de assinaturas e ratificações, etc.), a pedido dos Governos dos Estados membros, das Missões Permanentes e Observadoras junto à OEA, de órgãos, organismos e entidades da Organização, de Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros, de outros organismos internacionais governamentais e não-governamentais e de particulares em geral.

Em relação aos acordos bilaterais, até 30 de novembro de 2001 registraram-se no Departamento de Direito Internacional 73 acordos de cooperação em diversas áreas (22 a mais do que em 2000), concluídos neste período ou no ano 2000. Na maioria dos casos, procedeu-se à revisão final dos acordos de cooperação bilaterais antes de sua assinatura.

Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica

No período abrangido por este relatório, o Departamento continuou a desempenhar as funções de assessoria em assuntos relativos à cooperação jurídica e judicial e no desenvolvimento e fortalecimento da cooperação técnica referente à matéria.

Na área da cooperação técnica, continuou-se a trabalhar em estreito contato com um amplo número de instituições, fundações, universidades, institutos de pesquisa, organismos internacionais e instituições governamentais no desenvolvimento de iniciativas conjuntas. Isto permitiu consolidar alianças estratégicas com essas instituições, entre as quais se destacam o Ministério da Justiça da Bolívia, as Controladorias Gerais da República do Equador e do Paraguai, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável de El Salvador, a Comissão Nacional para o Melhoramento da Administração da Justiça da Costa Rica, e faculdades de Direito do Hemisfério, tais como a Faculdade da Pontifícia Universidade Javeriana da Colômbia, a Universidade Rafael Landívar, da Guatemala, a Universidade Centro-Americana da Nicarágua e a Universidade Nacional Autônoma de Honduras.

As atividades de cooperação também contaram com o auspício de outras organizações internacionais, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Organização das Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Resumem-se a seguir, algumas das atividades representativas desenvolvidas nesta área no período abrangido por este relatório.

Por incumbência dos Chefes de Estado e de Governo, a OEA e o BID uniram esforços para apoiar Estados do Hemisfério no processo de ratificação da Convenção Interamericana contra a Corrupção e, em especial na adequação de suas leis penais às disposições da Convenção.

A fase final deste projeto foi concluída na Argentina, Bolívia, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Peru. Em cada país participante, preparou-se um documento básico para as deliberações de uma reunião técnica, da qual participaram autoridades e peritos na matéria. Algumas dessas reuniões contaram com a participação do Secretário-Geral da Organização e do Presidente do BID e com a presença de Presidentes e Vice-Presidentes dos Governos participantes. Levando em conta as recomendações e conclusões desses encontros técnicos, elaboraram-se propostas específicas para adequar a legislação penal à Convenção.

Esta iniciativa contribuiu para dar início ou para consolidar, em cada país participante, os processos tendentes a promover a adequação da legislação penal à Convenção e, em consequência, a facilitar sua efetiva aplicação a casos concretos. De fato, em vários desses países, as propostas contribuíram para enriquecer os processos de deliberação sobre reformas da legislação penal que estão sendo consideradas pelos órgãos legislativos ou que estão em processo de elaboração pelos governos. Como parte desse esforço, publicaram-se 11 tomos, um para cada país participante, que resumem essas atividades. Os resultados da iniciativa também valem como contribuição muito importante para o mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção que for adotado pelos Estados Partes.

Em relação a esta Convenção, elaborou-se um projeto tendente a desenvolver instrumentos que permitam avançar no efetivo combate à corrupção nos países da América Central. A respeito, promoveu-se a adequação das medidas preventivas a que se refere o artigo 3 da Convenção, referente ao desenvolvimento do direito de acesso a informação para a prevenção da corrupção; a participação civil nos assuntos políticos; a proteção de testemunhas de atos de corrupção; a regras de conduta para o correto, o honroso e adequado desempenho de funções públicas; e as normas sobre declaração de renda, passivos e ativos daqueles que desempenham funções públicas.

Em relação ao tema, organizou-se também, em 5 e 6 de dezembro, no Brasil, o Foro sobre Responsabilidade e Transparência no Setor Público. Esta atividade foi organizada em conjunto com a OCDE e contou com a participação da Comissão de Ética Pública e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Administração, da Organização das Nações Unidas, da Escola de Administração Financeira (ESAF) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Brasil. O foro criou um espaço para o diálogo sobre o desenvolvimento e a aplicação de melhores práticas e políticas de prevenção da corrupção, promovidas nos Estados que integram a OCDE e a OEA. Cumpre destacar a expansão e o fortalecimento da Rede Interamericana de Instituições e Peritos em Matéria de Luta contra a Corrupção, que promove um intercâmbio de informação e experiências para cooperar nesta matéria e coordenar ações no Hemisfério.

Na esfera do direito internacional humanitário, o Departamento participou de uma iniciativa regional auspiciada pelo Governo do Canadá, o Ministério das Relações Exteriores e Culto e a Comissão Nacional para o Melhoramento da Administração da Justiça da República da Costa Rica e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Como parte da iniciativa, o Departamento realizou uma conferência de peritos governamentais sobre a aplicação nacional do direito internacional humanitário e das convenções interamericanas correlatas, realizada em São José, Costa Rica, de 6 a 8 de março de 2001. Sua finalidade principal foi a promoção da aplicação dos tratados de Direito Internacional e das convenções interamericanas correlatas, em particular as referentes à proteção e segurança pessoal.

Por outro lado, o Departamento prestou apoio e assessoria técnica a grupos e comissões que operam no âmbito do Conselho Permanente. Participou do Grupo de Trabalho do Conselho Permanente encarregado de organizar a próxima reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. Esse apoio incluiu a elaboração de documentos de trabalho sobre delito cibernético, assistência jurídica mútua, extradição e meios alternativos de solução de conflitos e outros mecanismos, bem como a elaboração de propostas de agenda e de ações que possam surgir no contexto destas reuniões.

Prestou-se apoio semelhante à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Para apoiar as atividades desta Comissão, prepararam-se indicadores de entidades nacionais ou de pontos únicos de contato a fim de promover a cooperação e o intercâmbio de informação entre os Estados Partes, bem como uma guia de autoridades centrais para facilitar a assistência jurídica mútua. Elaborou-se também um inventário de medidas já adotadas pelos Estados Partes para aplicar a Convenção, baseado num questionário preparado pela Secretaria-Geral da OEA, e elaborou um documento que identifica as medidas para facilitar o intercâmbio de informação, levando em conta o requisito de confidencialidade que o Estado interessado venha a invocar.

Também prosseguem as tarefas da secretaria técnica *pro tempore* do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Este mecanismo foi adotado pelos respectivos Estados Partes em 4 de junho de 2001, por ocasião da Assembléia Geral da OEA. Entre as tarefas desenvolvidas, cabe mencionar a preparação de anteprojetos de agenda, de propostas concretas sobre a operação do Mecanismo e do seu Regulamento, bem como sua colaboração para identificar peritos governamentais. Como parte das atividades da primeira reunião de peritos, está sendo organizado um seminário de indução sobre a forma de operação de outros mecanismos semelhantes que atuam tanto no âmbito regional como extra-regional.

Em matéria de publicações jurídicas, ademais dos 12 trabalhos publicados com parte dos projetos de cooperação técnica, continuou-se a dar apoio sustentado à divulgação dos temas jurídicos da OEA mediante a edição de publicações jurídicas. Neste período, foram publicados uma edição de bolso da Carta da OEA nos quatro idiomas oficiais da Organização, os textos da Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, da Convenção Interamericana sobre a Transparência nas Aquisições de Armas e da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assim como um documento comparativo do estado das assinaturas e ratificações das convenções de cooperação judicial adotadas no âmbito da OEA.

Como parte dessas tarefas de divulgação criaram-se e expandiram-se redes de intercâmbio de informação em matéria de cooperação judicial, delito cibernético e tratados interamericanos, tendo-se contado para tanto com a ativa participação dos Governos dos Estados membros.

As atividades de cooperação técnica e as publicações aqui mencionadas são amplamente divulgadas por meio da página eletrônica mantida na Internet, cujo valor se evidencia pelo crescente número de visitas registradas no seu acesso virtual.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Subsecretaria de Administração é responsável pelo planejamento, organização, coordenação e supervisão geral das atividades administrativas relativas a orçamento-programa, administração financeira, administração de pessoal, aquisição de bens e contratação de serviços, processamento de dados, edifícios e propriedades, comunicações, segurança, ativos e administração dos sistemas e procedimentos da Secretaria-Geral. A prestação destes serviços é realizada por intermédio dos Departamentos de Orçamento-Programa, Serviços Financeiros, Recursos Humanos, Recursos Materiais e Sistemas Administrativos e Tecnologia da Informação.

Os detalhes das atividades da Subsecretaria de Administração aparecem nos relatórios dos seus quatro departamentos e do seu Escritório. Mas, em resumo, as duas atividades principais da Subsecretaria incluem a coordenação da renovação total do Edifício de Serviços Gerais e a transição do sistema de tecnologia Oracle 10.7 para o sistema 11i no âmbito da Secretaria-Geral.

A fase preliminar da renovação do que será o novo edifício de Serviços Gerais completou-se em 2001 com a colaboração do Escritório de Gestão de Compras para a contratação de serviços, do Departamento de Serviços Financeiros para seu financiamento e do Departamento de Serviços de Tecnologia e Instalações para o planejamento logístico. O início das obras de renovação física está programado para os primeiros meses de 2002.

No fim de 2001, os departamentos administrativos deram início aos preparativos para assegurar a transição para a nova versão do banco de dados Oracle 11i no começo de 2002. O sistema será implementado em toda a Secretaria e na Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).

O Escritório do Subsecretário de Administração continuou empenhado em fazer com que cada Estado membro regularize sua situação financeira mediante o pagamento de sua cota ao Fundo Ordinário. Neste período, pela primeira vez na história recente, financiou-se inteiramente o Subfundo de Reserva e dispõe-se de recursos adicionais.

Departamento de Serviços Financeiros

A situação financeira da OEA aparece nos demonstrativos adjuntos ao final deste relatório como Anexo E. Nos Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário, cujo orçamento é aprovado pela Assembléia Geral, o demonstrativo combinado do ativo, passivo e saldos de fundos mostra a situação financeira da Organização ao final do ano (Quadro 1); os demonstrativos combinados da variação nos saldos de fundos refletem o resultado da atividade financeira durante o ano (Quadro 2); e o demonstrativo de dotações complementares ao final do ano aparece no Quadro 3. Nos fundos específicos, financiados por contribuições unilaterais ou multilaterais para atividades extraorçamentárias, o demonstrativo combinado do ativo, passivo e saldos de fundos ao final do ano aparece no Quadro 4.

O compromisso dos Estados membros de reduzir os saldos em mora do Fundo Ordinário gerou um nível de liquidez financeira que habilitou a Organização, pela primeira vez em sua história, a cumprir suas obrigações orçamentárias, financiar o Subfundo de Reserva e manter uma reserva adicional.

A situação financeira do Fundo Ordinário melhorou de um saldo deficitário de US\$8,7 milhões no fim de 2000 para um superávit de US\$23 milhões no fim de 2001. Este montante compõe-se de um saldo de reserva de US\$11,1 milhões (15% das cotas), US\$3,3 milhões de dotações complementares e US\$8,7 milhões adicionais de fundos não comprometidos.

A análise apresentada a seguir contrasta a autorização orçamentária (dotações) pela Assembléia Geral e pelo Conselho Permanente, o financiamento originário dos Estados membros e os níveis de execução ao longo do ano.

Dotações: no Vigésimo Sétimo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral foi autorizada a executar um orçamento-programa de US\$76 milhões correspondente ao orçamento ordinário, formado por US\$73,7 milhões em cotas dos Estados membros e US\$2,5 milhões em outras receitas. Além disso, os Estados membros aprovaram em anos anteriores aproximadamente US\$3,3 milhões em dotações complementares, que não haviam sido executadas em razão da situação financeira do Fundo Ordinário (Quadro 3).

Financiamento e execução: em 31 de dezembro de 2001, o Fundo Ordinário arrecadara um total de US\$90,3 milhões, dos quais US\$85,4 milhões a título de cotas dos Estados membros e US\$4,9 milhões em outras receitas. A receita superou em US\$14,4 milhões o montante orçado. Ao encerramento do período, a Secretaria-Geral havia executado atividades no total de US\$75,9 milhões, montante que é inferior em US\$0,1 milhão ao orçado. O resultado final mostrou um superávit de US\$14,4 milhões.

Impacto financeiro: no início do período, o Fundo Ordinário registrava um total de US\$43,3 milhões em cotas de anos anteriores a cobrar, montante que, somado às cotas de US\$73,7 milhões autorizadas para o ano 2001, resulta numa carteira total a cobrar de US\$117 milhões. Após o recebimento de US\$85,6 milhões em cotas, dos quais US\$45 milhões em cotas do ano corrente e US\$40,4 milhões em cotas de anos anteriores, a dívida dos Estados membros reduziu-se de US\$43,3 milhões para US\$31,5 milhões. Desta última cifra, US\$28,7 milhões correspondem a dívidas do ano 2001 e US\$2,8 milhões a dívidas de anos anteriores.

Neste período, as contribuições aos fundos específicos totalizaram aproximadamente US\$43,4 milhões.

A Secretaria-Geral tem a satisfação de informar que a solidez financeira do Fundo Ordinário reafirmou-se com o estabelecimento do Subfundo de Reserva de US\$11,1 milhões, equivalentes a 15% das cotas, US\$3,3 milhões em dotações complementares e uma cifra adicional de US\$8,7 milhões para cumprir seus mandatos. Os Estados membros têm a oportunidade de melhorar o funcionamento financeiro do Fundo Ordinário e, assim, de evitar o problema recorrente de redução da execução de programas como resultado do efeito inflacionário sobre o orçamento, encontrar soluções para o contínuo e crescente desafio de mandatos não financiados ou parcialmente financiados e confirmar ou cancelar as dotações complementares não executadas.

Departamento de Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio (MAPSS)

Atividades na área do orçamento

O Departamento prestou serviços de apoio aos chefes de programas na preparação da análise, coordenação e formulação do projeto de orçamento-programa e atuou como secretaria da Comissão de

Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) do Conselho Permanente e da Comissão Preparatória da Assembléia Geral. No processo de análise e discussão do projeto de orçamento, produziram-se relatórios de seguimento do processo, que culminaram com o projeto de resolução sobre o orçamento para 2002. Em matéria de execução do orçamento do Fundo Ordinário correspondente ao ano 2000, manteve estritos controles orçamentários em cumprimento à política de austeridade disposta pelo Subsecretário de Administração ao início do ano civil. Os controles visaram a prevenir uma situação de gastos superiores ao nível de arrecadação de cotas que financiam o orçamento aprovado, cujo montante foi de US\$78 milhões. Neste sentido, prepararam-se relatórios bimestrais e trimestrais para manter informada a CAAP, tendo-se encerrado o ano com obrigações de US\$74,3 milhões e gastos de US\$69,8 milhões. O orçamento-programa para 2001, que totaliza US\$76 milhões, foi objeto de controles similares, mas menos rigorosos. O ritmo de arrecadações de cotas melhorou e, segundo indicam cifras preliminares, as obrigações totalizarão US\$74,8 milhões (98%).

O Departamento prestou apoio técnico e administrativo em matéria orçamentária aos Escritórios da OEA nos Estados membros, ao Instituto Interamericano da Criança, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, à Comissão Jurídica Interamericana, à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral e à Junta Interamericana de Defesa.

Além disso, registrou outro avanço em relação ao sistema de formulação do orçamento, que carecia de uma revisão para que a aplicação pudesse ser mantida e operada por um usuário sem a intervenção técnica de programadores. O sistema está em condições de validar dados automaticamente e as projeções em tela foram melhoradas e simplificadas em benefício do usuário.

No que se refere aos protótipos de formato para a apresentação do orçamento-programa, a Secretaria realizou trabalhos de pesquisa e análise que conduziram à apresentação de protótipos de um orçamento baseado em mandatos e de um orçamento baseado em resultados. Esses protótipos foram apresentados ao Conselho Permanente mediante o documento CP/doc. 3526/01.

Sistema de informação administrativa

O Departamento atualizou os sistemas de informação administrativa da Secretaria-Geral, dotando-os das últimas inovações tecnológicas pela Internet. Além disso, expandiu-se inicialmente como projeto piloto o acesso do sistema a cinco Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

O Departamento também coordenou os esforços do pessoal da Secretaria por meio de um grupo de trabalho encarregado da migração para a nova versão do sistema. O grupo, que está representado por todas as dependências da Subsecretaria de Administração, convocou, entre janeiro e novembro de 2001, um total de 42 sessões com o objetivo de organizar os esforços das áreas participantes e manter abertos os canais de comunicação entre os representantes. Por outro lado, o Departamento deu início a um plano de trabalho para expandir os sistemas de informação histórica que, segundo as previsões, estará operando em fins de 2002.

Análise administrativa

A implementação de um novo sistema de informação tem progredido paralelamente com a revisão das práticas orçamentárias atuais e dos procedimentos relativos ao uso do novo sistema financeiro empresarial. O Departamento continuou a revisar e atualizar os manuais que servem de guia e referência para os gerentes de programas e os usuários do sistema de informação, tais como os Manuais de Execução

Orçamentária, Formulação do Orçamento, Regulamento de Aquisições, Contratação, Política e Padrões de Segurança, o Regulamento Orçamentário e Financeiro e o Manual Financeiro de Campo. Estes esforços são de natureza dinâmica, já que será necessário atualizar os documentos na medida em que os instrumentos e procedimentos do sistema sejam objeto de futuras revisões.

Departamento de Serviços de Recursos Humanos

Aumentaram substancialmente os pedidos de apoio do Departamento de Serviços de Recursos Humanos ao conjunto da Secretaria-Geral. Sem aumentar o volume de recursos disponíveis, deu-se atendimento a pedidos de contratações, classificações de cargos, concessão de benefícios e seguros e realização de concursos para o preenchimento de vagas. Além do avanço na eficiência do atendimento das tarefas permanentes acima indicadas, destacam-se a seguir algumas iniciativas especiais mais recentes.

O Programa de Estudantes Estagiários da Secretaria-Geral continua a crescer. Neste período receberam-se aproximadamente 360 pedidos de candidatos, dos quais 161 foram selecionados pelas diferentes dependências da Secretaria-Geral. Além do programa regular de estágios, a Secretaria-Geral recebeu quatro profissionais por intermédio do Programa de Jovens Profissionais auspiciado pelo Governo do Canadá e coordenado pela Fundação Canadense para as Américas (FOCAL), três dos quais estagiaram na sede, e um no Instituto Interamericano da Criança, no Uruguai.

Neste período, completou-se na Secretaria-Geral o segundo ciclo de avaliação de desempenho. O processo exigiu grande número de horas de prestação de apoio a supervisores, diretores e funcionários, abrangendo muitos aspectos do sistema. Essa assistência resultou em avaliações mais detalhadas e em melhor compreensão do sistema. Como resultado das necessidades de capacitação detectadas ao longo do exercício, ofereceu-se um total de 3.700 horas de treinamento para supervisores nas áreas gerenciais de gestão de pessoal, comunicações, planejamento e ainda outras. Com idêntico propósito, a Secretaria-Geral continuou a pagar aos membros do quadro de pessoal reembolsos de até US\$400 anuais, a título de ajuda de custo por sua participação em cursos fora das horas de trabalho. Em 2001, processaram-se mais de 70 pedidos de reembolso de matrículas, no total de US\$22.390. Neste mesmo programa, prestou-se assistência no treinamento de vários funcionários dos Escritórios fora da sede mediante cursos de automatização, idiomas, gerenciamento, gestão de projetos e educação de adultos.

Como parte do atendimento ao pessoal, a Unidades de Serviços de Saúde atendeu a 4.100 consultas em 2001 e o médico contratado por intermédio da Universidade Johns Hopkins realizou 123 exames médicos. Registrou-se neste período um importante aumento da popularidade das Feiras de Saúde, das quais participaram 275 membros do pessoal.

Em maio de 2001, iniciaram-se os estudos preliminares para a atualização do módulo Oracle de recursos humanos. Neste período, introduziram-se melhorias no sistema de pessoal e prossegue com êxito a transição do módulo Oracle 10.7 para o 11i. Estudou-se também a modalidade de auto-serviço, que dará ao funcionário acesso a certos campos e começará a funcionar no primeiro trimestre de 2002.

O Anexo D a este relatório contém informação adicional sobre o pessoal da Secretaria-Geral em 2001.

Departamento de Serviços de Tecnologia e Instalações

Atividades na área dos serviços gerais

As atividades relativas à renovação do Edifício da Secretaria-Geral estão bem encaminhadas. Após a contratação de uma firma de administração de projetos para representar a Secretaria-Geral na condução técnica do projeto, as tarefas realizadas neste período concentraram-se na seleção e contratação de arquitetos e engenheiros para o projeto, na finalização da seleção de propostas para a contratação de um contratista geral e na obtenção de um empréstimo hipotecário para financiar os trabalhos, tal como aprovado pela Assembléia Geral e pelo Conselho Permanente.

Em consulta com todas as áreas que utilizarão o edifício, completou-se um plano preliminar de desenho e programação arquitetônica. O novo desenho atualiza as principais instalações do edifício para novos padrões mecânicos e de engenharia, tanto para melhorar a eficiência operacional como para cumprir novos códigos e regulamentos estruturais. Também atende a necessidades de serviços e facilidades, tais como modernas salas de conferências, avançada tecnologia de infra-estrutura, componentes atualizados de segurança e um desenho arquitetônico atraente, compatível com a importância e o caráter da Organização. O novo desenho prevê dois pisos vagos, a serem arrendados para financiar o custo do empréstimo.

Outros melhoramentos das facilidades físicas do edifício incluíram a instalação de modernos sistemas de segurança e a revisão e atualização dos procedimentos de segurança e do manejo dos sistemas de correio, em consequência dos atos terroristas de 11 de setembro. Também em consequência de uma severa inundação que afetou a área metropolitana da cidade de Washington, efetuaram reparos substanciais nas instalações elétricas, mecânicas e de engenharia em curto espaço de tempo, de modo a evitar suspensões de importantes reuniões programadas pelos corpos políticos. O custo dos reparos foi coberto pela apólice de seguros da Secretaria-Geral. Além das atividades regulares de manutenção, procedeu-se à modernização e a obras de reparo nas partes externas e nas coberturas, instalações e sistemas ambientais dos edifícios da Secretaria-Geral, para mantê-los em adequado e seguro funcionamento, incluindo suas facilidades, e para preservar o grande valor das propriedades da Organização.

Atividades na área da tecnologia

A Organização continuou a expandir e modernizar sua infra-estrutura tecnológica, para satisfazer os pedidos de serviços tecnológicos de apoio a novas atividades e à crescente agenda institucional.

Como prioridade, os componentes de segurança das redes e dos sistemas de informação foram substancialmente modernizados e melhorados, de modo a corresponder aos crescentes padrões de segurança em vista da ameaça de ataques externos aos valiosos sistemas de informação da Organização, mediante a implementação de um sistema de proteção altamente seguro que bloqueia efetivamente o acesso não autorizado aos sistemas da OEA. Esta tecnologia, denominada *DMZ perimeter zone*, é a proteção tecnológica mais avançada contra acessos não autorizados a sistemas de informação.

Outra grande preocupação institucional refere-se à proteção contra os vírus eletrônicos, devido à sua alta sofisticação e à contínua ameaça que representam contra organizações conectadas à Internet. A Secretaria-Geral implementou uma tecnologia de ponta, denominada *Interscan Virus Wall*, que efetivamente oferece três níveis de controle e proteção das redes e dos sistemas de informação da

Organização. Esta proteção tem sido altamente eficiente, habilitando a Organização a defender-se de ataques que paralisaram por períodos consideráveis outras organizações públicas e privadas.

Outras modernizações da infra-estrutura tecnológica incluem a instalação de um sistema automatizado de auto-serviço que reduz o tempo de resposta para resolver problemas técnicos dos usuários, a finalização de uma interface de comunicação rápida com cinco Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros mediante a utilização da conexão segura VPN, a modernização da infra-estrutura de servidores de redes para apoiar a nova versão da aplicação de Oracle Enterprise (OASES), o aumento da capacidade de tráfego de mensagens eletrônicas e de várias outras aplicações departamentais recentemente desenhadas, a modernização do sistema de banda larga (*bandwidth*) e a infra-estrutura da Internet para satisfazer a crescente demanda desses serviços.

Escritório de Serviços de Gestão de Compras (OPMS)

Em conjunto com o Departamento de Serviços Jurídicos, o OPMS revisou e distribuiu as novas regras para os contratos por tarefa (CPR).

No que se refere ao projeto de renovação do Edifício da Secretaria-Geral, a OPMS negociou e assinou contratos com os arquitetos e engenheiros mecânicos. Também participou do projeto de refinanciamento do empréstimo hipotecário referente ao edifício.

Atividades de licitação

A OPMS completou diversos processos formais de licitação, entre os quais:

- Auditores externos para a Secretaria-Geral.
- Firma de contabilidade para atividades de reembolso de impostos.
- Consultores para a atualização para o sistema Oracle 11i.
- Serviços de recebimento de imagens da Bolívia via satélite, para a CICAD.
- Equipamento de interpretação no Salão Bolívar
- Nova cobertura para o Edifício Administrativo.

Atividades relativas ao Sistema Gerencial Oracle (OASES)

- Mais de 13.000 ordens de compra foram ou serão processadas pelo OPMS neste período. Deste total, 7.000 ordens foram processadas eletronicamente.
- O OPMS dedicou-se em grande escala a atividades de treinamento e de preparação de manuais de procedimento para a versão 10.7 do sistema Oracle e, por último, para a versão 11i. Este último treinamento incluiu os diretores e os técnicos administrativos de cinco projetos piloto para seis operações fora da sede.
- Em conexão com outras áreas da Organização, o pessoal do OPMS também participou ativamente dos grupos focais e do grupo de ação para a implementação da nova versão do sistema Oracle. Revisou-se o módulo de compras para obter maior alcance e solucionar deficiências da versão 10.7.

O OPMS correspondeu aos resultados da auditoria do Inspetor-Geral. Nem o Inspetor-Geral nem os auditores externos constataram deficiências ou problemas significativos no controle interno ou em áreas do OPMS.